



2009-2013



Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB

RELATÓRIO DE GESTÃO
OBSERVATÓRIO DA
EDUCAÇÃO

Brasília, 2013

Sumário

Apresentação	4
1. Introdução	10
2. Observatório da Educação	26
3. Observatório da Educação Escolar Indígena	63
3.2. Referências legais	64
3.3. Participantes	65
3.4. Financiamento	65
3.5. Resultados do Observatório da Educação Escolar Indígena	65
3.5.1. Principais números	65
3.6. Seminário do Observatório da Educação Escolar Indígena 2011: principais discussões.	68
3.7. Projeção para 2014	68
4. Apoio ou parceria em Programas de outras diretorias e órgãos	70
4.2. Britannica on line	70
4.3. Revista Brasileira de Pós-Graduação	71
4.4. Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI	71
4.5. Estratégias de Comunicação	71
4.6. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia	72
4.7. Parceria DEB - FNDE	72
5. Acompanhamento e Avaliação dos Programas	73
6. Novos Programas em análise na DEB	77
7. Orçamento e Execução - Período de 2009 a 2013	78
8. Desafios da DEB	96
9. ANEXO I – IES Parceiras	103
10. ANEXO V – IES Observatório da Educação	116
11. ANEXO VI – IES Observatório da Educação Escolar Indígena	118

SIGLAS

AAE – Auxílio por Avaliação Educacional
ACT – Acordo de Cooperação Técnica
CGIN – Coordenação Geral de Informática – Capes
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTC/EB - Conselho Técnico-Científico da Educação Básica - Capes
DEB - Diretoria de Educação Básica Presencial/Capes
DED - Diretoria de Educação a Distância/Capes
DPB - Diretoria de Programas e Bolsas no País/Capes
DRI - Diretoria de Relações Internacionais/Capes
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação/Capes
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IES - Instituição de Ensino Superior
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior
IGC - Índice Geral de Cursos
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES - Instituição Pública de Ensino Superior
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Life – Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores
LOA - Lei Orçamentária Anual
Paep - Programa de Apoio a Eventos no País - Capes
Parfor - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
Prodocência - Programa de Consolidação das Licenciaturas
SAC – Sistema de Auxílios e Concessões (Capes)
SEB – Secretaria de Educação Básica
SESu - Secretaria de Educação Superior
Secadi - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SGB – Sistema de Gestão de Bolsas

Apresentação

Esta Apresentação caracteriza-se como um Resumo Executivo e tem o propósito de dar uma visão sucinta do Relatório de Gestão 2009-2013, da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB, órgão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Optou-se por elaborar um Relatório consolidado pelo fato de a gestão da formação de professores para a educação básica na Capes, no período 2009-2013, representar uma linha de ação marcada pela continuidade dos programas e pela identidade de visão política dos titulares da DEB sobre a relevância social da carreira do magistério da educação básica. A consolidação das informações em poucas páginas tem o propósito de permitir ao leitor uma visão de conjunto e perceber a evolução da área na Capes.

A Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB) foi criada em 2007, quando a Lei 11.502, de 11 de julho de 2007, conferiu à Capes as atribuições de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica e estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino.

Em 2012, o Decreto nº 7.692, de 2 de março, alterou o nome da diretoria para Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, mantendo-se a sigla DEB, já consolidada na Capes e nas instituições parceiras. A mudança não alterou o trabalho desta Diretoria, mas revelou de modo mais claro o foco de sua missão: promover ações voltadas para a valorização do magistério por meio da formação de professores.

Importa ressaltar que a diretoria considera que uma política de valorização do magistério decorre de um conjunto articulado e orgânico que atraia novos profissionais e mantenha na rede os já atuantes. Esse conjunto envolve plano de carreira, salário digno, formação inicial e continuada articulada à progressão funcional, boa infraestrutura física e tecnológica na escola, ambiente favorável à aprendizagem e ao convívio, gestão comprometida com o sucesso escolar de todos e, ainda, reconhecimento social. Sendo, porém, a atribuição legal da diretoria direcionada à formação, é nesse segmento que são concentrados os trabalhos.

Em 2013, a DEB buscou fortalecer seus principais programas, com o propósito de organizá-los a partir de eixos comuns, de forma que o conjunto concretize uma política de Estado voltada à formação inicial e continuada. O sucesso dessa política, acrescido dos demais aspectos elencados no parágrafo anterior, certamente contribuirá para a valorização dos professores da educação básica e de suas instituições formadoras e para a melhoria da educação básica brasileira – condição não única, mas estruturante para a construção de um país verdadeiramente democrático, inclusivo e social e economicamente desenvolvido.

Os eixos comuns a essa política são (a) a busca da excelência e da equidade na formação de professores; (b) a integração entre instituições formadoras, escolas públicas de educação básica e programas de pós-graduação e (c) a produção e disseminação do conhecimento produzido.

A preocupação com excelência considera que formar um professor hoje exige alto grau de complexidade científica, acadêmica, metodológica e prática; a busca pela equidade deve-se ao fato de a Capes considerar o Brasil como um todo e a educação como um sistema nacional democrático: portanto, a excelência do processo de ensino e aprendizagem deve estender-se a todo o país.

Os princípios estruturantes da formação de professores induzida e fomentada pela DEB são: conexão entre teoria e prática; integração entre instituições formadoras, escolas e programas de pós-graduação; equilíbrio entre conhecimento, competências, atitudes e ética; articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Esses princípios básicos respeitam a

autonomia das instituições formadoras e das redes de ensino e, ainda, as características locais e regionais, mas, ao serem intencionalmente traduzidos nos projetos pedagógicos de cada instituição parceira, produzem uma dinâmica capaz de renovar e inovar a formação dos professores do País.

Os dados registrados neste Relatório sinalizam a forte atuação da diretoria e apontam perspectivas de trabalho que aumentam a cada dia ante os bons resultados que estão sendo colhidos. O diferencial que a Capes traz à formação de professores e aos programas de fomento a estudos, pesquisas e inovação na Educação Básica advém de sua experiência de mais de seis décadas na qualificação, expansão e consolidação da pós-graduação no Brasil e de uma visão sistêmica da educação brasileira.

Como decorrência dessa visão sistêmica, a Capes incentiva as instituições de educação superior a reconhecerem nas escolas públicas um espaço de produção e de apropriação de conhecimento, tornando-as, simultaneamente, partícipes e beneficiárias dos estudos e dos programas desenvolvidos. Paralelamente, essa integração contribui para unir ensino, pesquisa e extensão, respeitando o direito de aprender dos professores, valorizando os atores envolvidos e comprometendo a comunidade educacional com a elevação do padrão de qualidade da educação brasileira.

Em 2013, a DEB contabilizou parceria com 311 instituições de ensino superior, algumas com participação em todos os programas fomentados pela Diretoria. Esse número significa o alcance de 1.032 diferentes grupos de docentes de graduação e pós-graduação envolvidos com formação de professores da educação básica. Em percentuais, 9% estão na região Norte, 20% na Nordeste, 7% na Centro-Oeste, 42% na Sudeste e 22% na região Sul. Em 13 estados (AC, AM, AP, RO, RR, BA, CE, AL, PB, RN, SE, MS, SC), a DEB tem parceria com o total das IES públicas ali sediadas. Em sete estados (PA, MA, PI, DF, GO, MT, RS), apenas uma não é alcançada pelos programas da diretoria. Percentualmente, na região Norte, 81% das IES públicas participam dos programas; na Nordeste, 73%, na Centro-Oeste, 80% e na Sul, 80%. Na região Sudeste é onde há maior participação de instituições privadas nos programas: 64%, contra 36% de públicas.

No desenvolvimento de suas atividades de indução e fomento à formação de professores para a Educação Básica, a DEB trabalha em quatro linhas de ação: (a) formação inicial; (b) formação continuada e extensão, (c) formação associada à pesquisa e (d) divulgação científica. A sinergia e a intersecção entre as linhas e os programas podem potencializar os resultados educacionais, modificando o quadro brasileiro com maior velocidade.

É na **formação inicial** do professor que começa a qualidade da educação. A partir desse pensamento, a DEB fomenta três programas importantes. O primeiro, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, destina-se a professores que já atuam na rede pública, porém, sem a formação superior exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; o segundo, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, alcança alunos de licenciaturas – professores ainda em formação; e o terceiro, o Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência, busca promover a melhoria e a inovação nas licenciaturas, inclusive incentivando a atualização dos professores que formam professores.

Para a DEB, a **formação continuada** - nela incluída a extensão - responde à necessidade contemporânea de pensar a formação profissional em um *continuum* que se estende ao longo da vida. Na visão da diretoria, a educação continuada não decorre de um catálogo de cursos prontos, mas de uma concepção de desenvolvimento profissional do professor que leva em conta: (a) os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida; (b) a necessidade de acompanhar a inovação e a evolução associadas ao conhecimento, à ciência e à tecnologia; (c) o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática e (d) o diálogo e a parceria com atores e instituições competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da escola.

Nessa linha, estão os programas Novos Talentos, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Profissional de Professores, a Residência Docente no Colégio Pedro II, os programas de formação de professores e alunos medalhistas associados às Olimpíadas de Matemática e Química e projetos de iniciação científica da Rede Nacional de Educação e Ciência. O programa Residência Docente abre a linha de indução profissional, tema em discussão nos países avançados, e propõe um acompanhamento especial e uma orientação qualificada a docentes recém-iniciados na rede pública.

A formação *stricto sensu* associada à pesquisa concretiza-se com o Observatório da Educação que, contudo, não forma somente doutores e mestres, mas envolve nos estudos e nas pesquisas estudantes de licenciatura e graduação e professores da educação básica.

A divulgação científica busca valorizar a ciência, despertar vocações, propor metodologias ativas e experimentais e, em boa parte, está associada aos demais programas de formação inicial e continuada. Muitas propostas de Feiras de Ciências e Mostras Científicas decorrem de participantes dos programas Pibid, Parfor, Novos Talentos, da Rede Nacional de Educação e Ciência.

O programa de apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life é transversal a todas as linhas e, à semelhança do programa Pró-Equipamentos, da pós-graduação, permite às IES públicas a formação de professores com domínio das novas linguagens e tecnologias, em uma vivência de diálogo interdisciplinar.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor se insere na primeira linha citada. É uma ação emergencial que visa estimular a formação em nível superior de professores em exercício nas redes públicas de educação básica, proporcionando-lhes oportunidades de acesso à qualificação profissional exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Desenvolvido em regime de colaboração entre a União – representada pela Capes -, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o Programa fomenta a implantação de turmas especiais nos seguintes cursos e programas: a) primeira licenciatura – para docentes em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior; b) segunda licenciatura – para docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública que atuem em área distinta da sua formação inicial; e c) formação pedagógica – para docentes graduados, mas não licenciados.

O Parfor, na modalidade presencial¹, apresenta evolução em seu processo de institucionalização e crescimento na demanda e efetivação de matrículas. Em 2009, o número de matriculados era de 4.273 professores, distribuídos em 140 turmas. O Programa encerrou o ano de 2013 com 70.220 professores matriculados em 2.145 turmas especiais ofertadas por 96 IES.

O Parfor é um exemplo do compromisso da Capes com equidade, redução de assimetrias e crescimento inclusivo do Brasil: na modalidade presencial, há 2.480 professores matriculados, oriundos de escolas localizadas em terra indígena dos estados do AC, AM, BA, CE, MA, MT, PA, RR, RS, SC e TO. A região Norte lidera o ranking do número de matrículas efetuadas com o percentual de 48,86%, seguida da Nordeste com 38,18%. No estado do Pará, 71,5% dos professores sem formação estão sendo atendidos pelo Parfor, no Amazonas, 62,4%.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid lançou oito editais, entre 2007 e 2013. As atividades relativas ao primeiro edital somente foram iniciadas nos primeiros meses de 2009. De um total de 3.088 bolsistas em dezembro de 2009, o programa cresceu para a concessão de 49.321 bolsas, em 2012. Nos editais de 2013, foram aprovadas a ampliação de projetos existentes, a inclusão de novos subprojetos/áreas e a

¹ A modalidade a distância é de responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância – DED.

participação de bolsistas do ProUni, uma vez que nas instituições privadas são formados cerca de 70% dos professores em exercício. As bolsas serão implementadas em 2014 e alcançam o número de 90.254 concessões, distribuídas em 2.997 subprojetos e 855 campi. Na região Nordeste está o maior percentual de bolsistas: 31%.

Mesmo com um tempo de maturação que ainda pode ser considerado pequeno, os relatórios e os relatos das instituições participantes do Pibid mostram impactos significativos, em especial:

- a) integração entre teoria e prática e aproximação entre universidades e escolas públicas de educação básica;
- b) formação mais contextualizada e comprometida com o alcance de resultados educacionais;
- c) reconhecimento de um novo *status* para as licenciaturas na comunidade acadêmica e elevação da auto-estima dos futuros professores e dos docentes envolvidos nos programas;
- d) melhoria no desempenho escolar dos alunos envolvidos;
- e) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- f) aumento da produção de jogos didáticos, apostilas, objetos de aprendizagem e outros produtos educacionais;
- g) inserção de novas linguagens e tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores;
- h) participação crescente de bolsistas de iniciação em eventos científicos e acadêmicos no país e no exterior.

A avaliação externa do Pibid realizada em 2013 destaca: *“Constata-se que o Pibid vem possibilitando, na visão de todos os envolvidos com sua realização, um aperfeiçoamento da formação inicial de docentes para a educação básica. Em particular destacamos a apreciação dos Licenciandos que participam deste Programa os quais declaram reiteradamente em seus depoimentos como o Pibid está contribuindo fortemente para sua formação profissional em função de propiciar contato direto com a realidade escolar nos inícios de seu curso, contato com a sala de aula e os alunos, possibilitando-lhes conhecer de perto a escola pública e os desafios da profissão docente.”* (Gatti, B.; André, M., 2013)

O **Observatório da Educação** é um exemplo claro da proposta de incentivo à articulação entre programas de pós-graduação e educação básica. É desenvolvido em parceria com o INEP e teve editais em 2006, 2008, 2010 e 2012. Em 2009, por solicitação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secadi, foi publicado o Observatório da Educação Escolar Indígena, uma edição especial com foco nos territórios etnoeducacionais indígenas. Os projetos do Obeduc podem ter de 2 a 4 anos. Em 2013, estavam vigentes 176 projetos, distribuídos em 136 projetos locais e 40 em rede. No exercício, foram alcançados 212 programas de pós-graduação e concedidas 2.846 bolsas, sendo 184 de doutorado, 491 de mestrado, 977 para professores da educação básica, 175 coordenadores dos projetos e 1.019 para alunos de graduação que se envolvem com as pesquisas. Como produtos do Obeduc, contabilizam-se teses, dissertações, livros, capítulos de livros, artigos científicos, publicações em periódicos e revistas, realização de seminários, simpósios... Impactos como o aprimoramento de políticas públicas municipais, projetos inovadores nas escolas e formação continuada de professores mostram a relevância educacional do Observatório da Educação e seu potencial de contribuir para elevar a qualidade da educação brasileira.

Em 2013, a DEB lançou o segundo edital do programa **Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Life**, com o propósito de oferecer aos professores a oportunidade de uma formação com tecnologias, em uma ambiente que promova o diálogo interdisciplinar, a inovação didático-pedagógica e o domínio de equipamentos e das novas linguagens presentes na sociedade contemporânea. Com os editais 2012 e 2013, implantaram-se 254 laboratórios em instituições públicas de formação de professores. No

Nordeste estão 30% dos Lifes. Os demais distribuem-se da seguinte forma: 13% no Norte, 11% no Centro-Oeste, 20% no Sudeste e 20% no Sul.

No ano de 2013, estavam vigentes 101 projetos do programa **Novos Talentos**, dos quais 16 do Edital 2010 e 85 do Edital 2012. As instituições participantes desenvolveram subprojetos e atividades extracurriculares, aceitando o desafio de aproximar cursos de graduação e programas de pós-graduação, de professores e alunos da rede pública de educação básica, oferecendo cursos criativos, principalmente em períodos de férias e em ambientes inovadores. É uma visão de educação continuada que leva em conta o contexto e o compromisso com a qualidade da educação básica local.

O **Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência** busca fomentar a inovação, a criatividade e o desenho de currículos e projetos pedagógicos de formação que preparem professores para educar e educar-se junto a crianças e jovens de um mundo em permanente mudança. Em 2013 foi lançado edital que selecionou 66 novas instituições.

Na vertente da cooperação internacional para professores da educação básica, a DEB desenhou e implementa o **Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores**, uma proposta sólida de educação continuada que oferece aos professores da educação básica oportunidade de inserção em universidades e instituições de pesquisa de renome internacional. Algumas ações do programa são realizadas com a Diretoria de Relações Internacionais – DRI. No período 2010 a 2013, 2.119 professores participaram de cursos no exterior e o êxito educacional dessas missões incentiva a Capes a ampliar o programa em número de beneficiados e em áreas atendidas.

Nos **Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica**, a DEB investe em ações que incorporem metodologias e estratégias pedagógicas de caráter inovador, principalmente para professores e alunos da educação básica, em escolas e regiões de baixo IDEB e renda. O apoio à Rede Nacional de Educação e Ciência, às ações de formação decorrentes das Olimpíadas de Química e Matemática e a parceria com o CNPq para fomento a Feiras de Ciências e Mostras Científicas e a Olimpíadas Científicas mostram o caráter plural e estratégico dessa linha de ação. O Programa Residência Docente no Colégio Pedro II é um exemplo de projeto inovador apoiado e seus resultados em 2012 e 2013 indicam ser oportuna a extensão da proposta a outras escolas de referência.

Em relação à parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a Capes participa anualmente com dois terços dos recursos do edital de Feiras de Ciências e Mostras Científicas e do edital de Apoio a Olimpíadas Científicas. No período 2010-2014 foram apoiadas 23 feiras e mostras de âmbito nacional, 99 na esfera estadual, 250 na municipal e 33 feiras itinerantes.

Merece registro o trabalho que se iniciou em 2011, em articulação com a DAV e a DED de incentivo aos mestrados profissionais para professores da educação básica que deve promover significativo crescimento da oferta dessa linha de cursos para professores da rede pública. Junto com o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica – CTC-EB, a DEB apoia, na avaliação trienal dos cursos de pós-graduação, a pontuação e o reconhecimento do seu envolvimento com a educação básica. Na avaliação trienal de 2013, todas as áreas da pós-graduação iniciaram esse processo que deve valorizar a docência e a educação básica junto aos programas *stricto sensu*.

Em relação à execução orçamentária, a DEB vem consolidando seu trabalho com reflexos positivos no volume de recursos aplicados e nos percentuais dessa execução. Em 2009, foram aplicados R\$ 44.811.805,00; em 2010, R\$178.967.895,00; em 2011, R\$ 283.190.184,00, em 2012 R\$ 439.807.162,10 e R\$ 500.798.764,92. Nos dois últimos anos, houve contingenciamento. A tendência precisa ser de aumento do montante de recursos orçamentários, considerando (a) o impacto da formação de professores na qualidade da educação; (b) a institucionalização dos programas nas instituições parceiras da DEB, (c) o investimento na racionalização e na informatização dos procedimentos administrativos e no

acompanhamento dos programas, (d) as adequações promovidas pelas Leis 11.502/2007 e 12.695/2013 e (e) as condições institucionais de maior experiência da equipe técnica.

A atual gestão da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica– DEB considera que, embora ainda haja muitos desafios a enfrentar, lançou, nesse período de 2009 a 2013, bases sólidas para concretizar a missão institucional da Capes no que se refere à formação de docentes para a educação básica e à valorização do magistério. Há que se destacar a visão sistêmica de educação do Presidente da Capes, Prof. Dr. Jorge Almeida Guimarães e seu compromisso com a nova missão da agência e, ainda, o empenho e a eficiência da equipe da DEB que movimenta um cotidiano exigente e plural, consciente da ética de ser um servidor público responsável por tão relevante área.

A DEB trabalha ciente da complexidade da educação, das exigências do presente e dos desafios do futuro, e segura de que a Capes será um diferencial no fomento a uma formação de alto padrão, contribuindo para construir um sistema nacional de educação de elevada qualidade.

Nas páginas a seguir, apresentam-se os programas com mais dados e informações.

Carmen Moreira de Castro Neves
Diretora da DEB

1. Introdução

A [Lei nº 11.502](#), de 11 de julho de 2007, modificou os termos da [Lei nº. 8.405](#), de 09 de janeiro de 1992, ampliando as competências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e sua estrutura organizacional, para a agência assumir - além do suporte ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e ao desenvolvimento científico e tecnológico do País – a indução e o fomento a ações de formação e valorização dos profissionais do magistério da educação básica pública. Para responder pelas novas atribuições, foram criadas duas diretorias: a Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB e a Diretoria de Educação a Distância – DED.

Em 2012, dois novos instrumentos introduziram mudanças, com o propósito de adequar a estrutura da Capes a uma realidade que mostra um acentuado crescimento na demanda e no desenvolvimento de programas de formação de docentes e de internacionalização do ensino superior. Trata-se da [Lei nº 12.695](#), de 25 de julho de 2012, artigo 15, e do [Decreto 7.692](#), de 02 de março de 2012. O referido Decreto aprovou novo Estatuto da Capes e alterou a denominação da Diretoria de Educação Básica Presencial para Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB.

Este Relatório refere-se à Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica cujas atribuições estão definidas no art. 24 do Estatuto da Capes, que estabelece:

Art. 24. À Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica compete:

I - fomentar a articulação e o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da educação básica e de educação superior, inclusive da pós-graduação, para a implementação da política nacional de formação de professores de Magistério da Educação Básica;

II - subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

III - apoiar a formação de professores da Educação Básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para o desenvolvimento de estudos, pesquisas, projetos inovadores, conteúdos curriculares e de material didático;

IV - apoiar a formação de professores da Educação Básica mediante programas de estímulo ao ingresso na carreira do magistério; e

V – fomentar o uso de tecnologias de informação e da comunicação nos processos de formação de professores da Educação Básica.

Embasa, ainda, a atuação da DEB, o [Decreto 6.755](#), de 29 de janeiro de 2009, em especial seus artigos 8º, 10 e 11. O Decreto institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Capes no fomento a programas de formação inicial e continuada.

De acordo com o Decreto 7.692/2012, a DEB está assim estruturada:

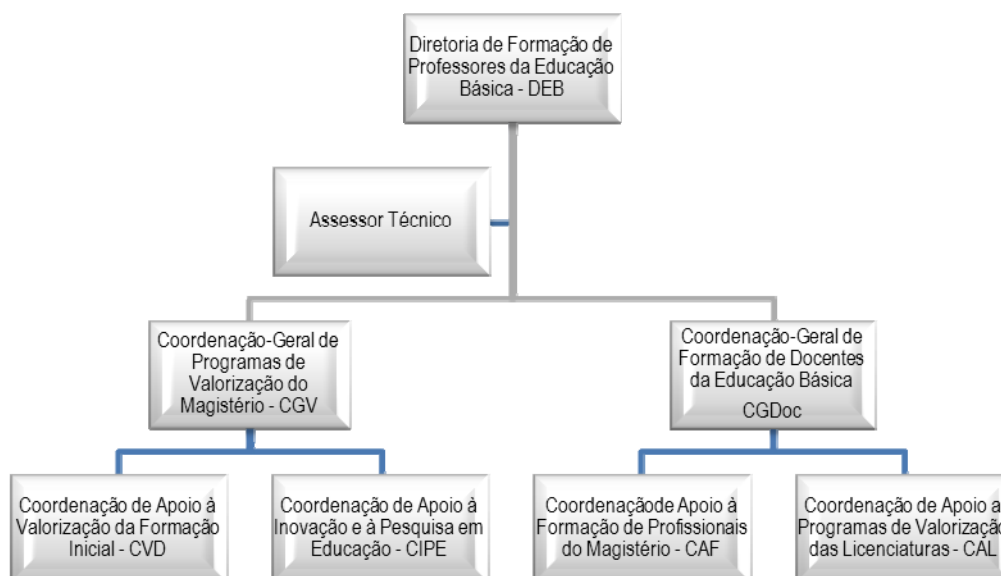


Figura 1: Estrutura da DEB

a. Os gestores da DEB

2007

Ao iniciar suas atividades, após o Decreto [6.316/2007](#), hoje revogado, a DEB teve como diretor o Prof. Dr. Dilvo Ristoff e como coordenadores-gerais os professores doutores Helena Freitas (CGDOC) e José André Angotti (CGC).

2009

Em fevereiro de 2009, assumiu a direção o Prof. Dr. João Carlos Teatini. Para as duas coordenações-gerais foram nomeadas a Professora Alba Rossi (CGDOC) e a Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Carmen Moreira de Castro Neves (CGC).

Estava, então, em processo inicial de desenvolvimento o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, com execução orçamentária por meio do FNDE. Com recursos da Secretaria de Educação Superior – SESu, era implementado o Edital 2008 do Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência, e, com financiamento compartilhado entre INEP e Capes, os editais 2006 e 2008 do Observatório da Educação. No início de 2009, apenas o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid tinha recursos próprios da Capes, mas seus descritores no PPA e na LOA limitavam sua implementação e o programa ainda não se concretizara.

Na mudança de direção, em 2009, esses programas tiveram continuidade e a DEB trabalhou para estabelecer uma base orçamentária que lhe assegurasse autonomia na execução e na gestão dos programas e, ainda, ampliasse suas possibilidades de ação.

2011

Em 2011, o diretor Prof. Dr. João Carlos Teatini assumiu a Diretoria de Educação a Distância e a Prof^a Carmen Moreira de Castro Neves foi nomeada Diretora de Educação Básica Presencial. Com a mudança, passaram a responder pela CGDOC, a Prof^a Dr^a Izabel Lima Pessoa, analista de C&T da Capes, e pela CGV, o Prof. Dr. Hélder Eterno da Silveira, cedido à Capes pela Universidade Federal de Uberlândia.

A mudança do nome da DEB. Em 2012, o Decreto 7.692 alterou o nome da antiga Diretoria de Educação Básica Presencial para Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, mantendo-se a sigla DEB. Essa modificação evita confusões com a Secretaria de Educação Básica (SEB), do MEC e revela de modo mais claro a missão desta Diretoria: promover a formação e valorização de professores da Educação Básica.

b. Princípios de trabalho

A DEB considera que a formação de professores da educação básica é um componente essencial para a universalização e a democratização da educação de qualidade, para o desenvolvimento humano e social do país e para seu crescimento inclusivo e sustentável. O cenário contemporâneo de alta complexidade impõe um sentido de urgência quanto ao desenvolvimento de políticas públicas de valorização docente e, na esfera de suas atribuições legais, a Capes, desde 2009 vem investindo de modo crescente na concretização dessas políticas.

Assim, o conjunto dos programas da DEB organiza-se em uma matriz educacional que articula três vertentes: busca pela excelência e pela equidade na formação dos professores brasileiros; integração entre programas de pós-graduação, cursos de formação de professores e escola básica; e produção e disseminação de conhecimento. Na base de cada ação da DEB está o compromisso da Capes de valorizar o magistério da educação básica, conforme ilustra a figura a seguir.



Figura 2. Matriz educacional da DEB

Para a diretoria, é na formação inicial do professor que começa a qualidade da educação. Os estudos, as pesquisas e as avaliações do ensino superior indicam a necessidade de reformulação das licenciaturas, inclusive com ações que permitam o redesenho dos currículos e a atualização dos professores que formam professores.

O incentivo à busca pela excelência na formação de professores em todo o país insere-se no compromisso da Capes de reduzir as assimetrias regionais e de zelar pela equidade como uma medida de igualdade de oportunidades e democracia plena. Dessa forma, os programas induzem uma formação que garanta o direito de aprender dos professores, com base em projetos pedagógicos que contemplem os seguintes princípios comuns:

- a) conexão entre teoria e prática;
- b) integração entre as escolas e as instituições formadoras;
- c) equilíbrio entre conhecimento, competências, atitudes e a ética que realça a responsabilidade social da profissão e
- d) articulação entre ensino pesquisa e extensão.



Figura 3. Princípios articuladores da formação de docentes

Esses princípios devem ser respeitados pelas IES que façam adesão aos editais. Todavia, eles não colocam uma camisa de força nos projetos institucionais, que devem ser elaborados e desenvolvidos com respeito às especificidades locais e regionais e em resposta às demandas e aos desafios dos sistemas de ensino e do mundo em mudança em que vivemos.

Nessa mesma linha pedagógica, a DEB concebe a formação continuada. Na visão da diretoria, a educação continuada não decorre de um catálogo de cursos prontos, mas de uma concepção de desenvolvimento profissional do professor que leva em conta: (a) os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida; (b) a necessidade de acompanhar a inovação e a evolução associadas ao conhecimento, à ciência e à tecnologia; (c) o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática e (d) o diálogo e a parceria com atores competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da escola.

O foco na educação básica e na atração de novos profissionais para a educação ratifica-se na promoção da formação *stricto sensu* associada à pesquisa. A ampliação do programa Observatório da Educação visa não somente formar mais doutores e mestres em temáticas da educação, mas envolve nos estudos e nas pesquisas estudantes de licenciatura e graduação e professores da educação básica.

O apoio à divulgação científica busca valorizar a ciência, despertar vocações, propor metodologias ativas e experimentais e facilitar o domínio das novas linguagens e tecnologias. A divulgação científica associada a programas de formação inicial e continuada, reforça uma política de valorização do magistério e mobiliza os jovens e a sociedade, comprometendo-os com a agenda da educação brasileira.

c. As linhas de ação da DEB

Com base na matriz e nos princípios, e considerando a complexidade da formação de docentes, a DEB organiza seus programas levando em conta diferentes momentos da formação: (1) a inicial; (2) a continuada e a extensão, (3) a formação comprometida com a pesquisa e (4) a divulgação científica. O programa de apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life é transversal a todos os demais.

A retroalimentação e a sinergia entre os programas e o fato de um programa poder ser enquadrado em mais de um momento, dependendo do enfoque adotado (conforme sugere a seta lateral à Figura 5), otimizam os resultados educacionais. O Pibid, por exemplo, é um programa de formação inicial para os alunos de licenciatura, mas para coordenadores e supervisores, pode adquirir o caráter de formação continuada e pesquisa.

Assim, os programas mantêm um eixo comum com base na matriz educacional e nos princípios de trabalho da DEB, em um processo intencional, articulado e capaz de se retroalimentar, gerando um movimento progressivo de aperfeiçoamento da formação docente e de valorização dos profissionais que nela atuam.

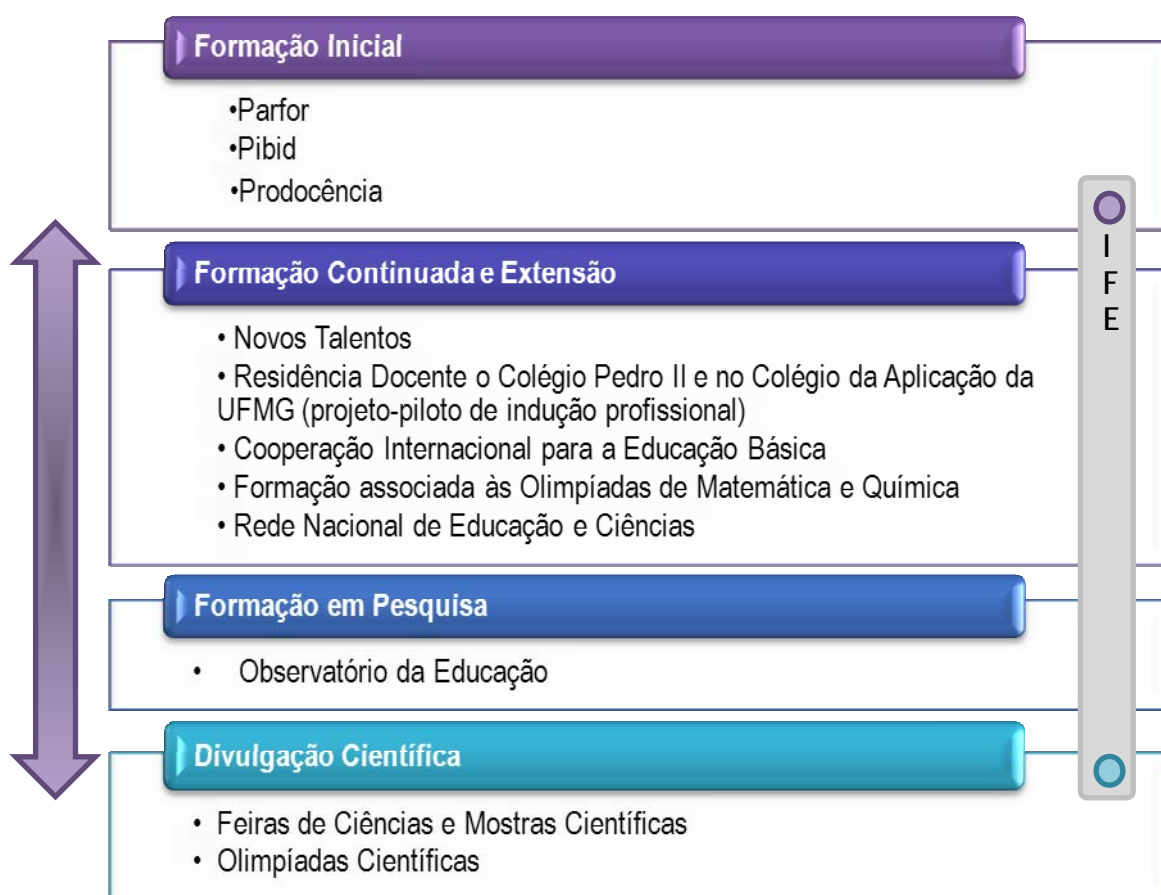


Figura 4. As linhas de ação da DEB

d. Modelo de Gestão

Os programas sob responsabilidade da DEB são desenvolvidos com base no respeito à autonomia das universidades e das redes de ensino; no diálogo com as instituições parceiras; na responsabilidade compartilhada entre os envolvidos; na abertura à inovação, a novas propostas e ao aperfeiçoamento dos processos; na disseminação das boas práticas e do conhecimento produzido.

Destaque-se que o tradicional diálogo da Capes com as IES, as Fundações de Amparo à Pesquisa e as associações científicas e de pesquisa, no caso desta diretoria foi ampliado para alcançar o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação – Consed e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime.

Uma ação pouco visível da diretoria, mas intensa nos primeiros anos da educação básica na Capes, foi disseminar a ideia da necessidade do pensamento sistêmico sobre a educação nacional e de que a educação básica – e nela, a formação de professores – impacta em todos os setores do desenvolvimento humano e econômico do Brasil. Assim, todas as áreas da pós-graduação têm ações que se correlacionam com a educação básica e a consciência dessa intersecção pode alavancar as melhorias de que a sociedade brasileira precisa. O planejamento estratégico da Capes, as mudanças na sua legislação após 2007 e o crescimento do orçamento para a área foram decorrentes dessa busca pela institucionalização da educação básica na Capes e na comunidade acadêmica e científica como um todo.

A Capes consolidou seu nome ao investir na indução, no fomento e na avaliação. Nos primeiros anos, a DEB privilegiou a indução e o fomento, mostrando à comunidade acadêmica e gestora da educação básica seu potencial de ação. A plataforma *on line* que divulgará e compartilhará a produção decorrente dos programas, por motivos alheios à diretoria, ainda não pode ser concretizada, mas a partir de 2012, iniciou-se um movimento de avaliação externa dos programas que passará a ser rotina no cotidiano da DEB.

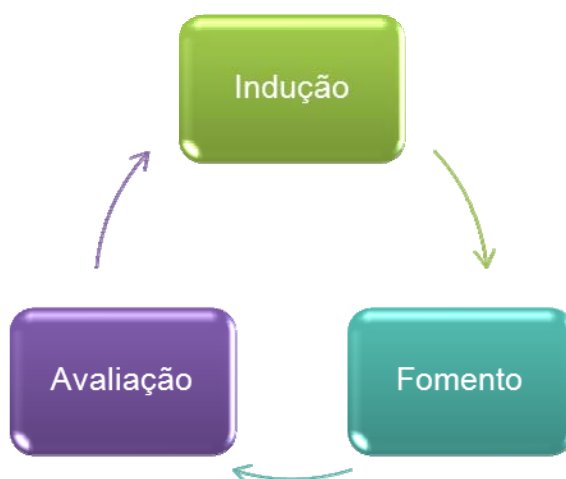


Figura 5. Ciclo de ação da Capes

A diretoria trabalha principalmente com editais. Posto que há limite orçamentário, a seleção por meio de editais confere transparência e publicidade aos investimentos feitos e reconhece o mérito das propostas elaboradas pelas instituições, tornando-se um modo de operar democrático. Comissões *ad hoc*, formadas por especialistas em áreas afins e nomeadas por portaria, garantem que o processo seletivo seja feito de maneira idônea.

A periodicidade no lançamento dos editais dos programas e o incentivo à construção de redes colaborativas e de propostas interdisciplinares permitem que as instituições de educação superior aperfeiçoem o desenho de novas propostas de investigação e de trabalho, gerando uma dinâmica de aprimoramento recíproco e contínuo, com impactos positivos na educação brasileira. Os Projetos Especiais representam uma exceção no uso de editais por seu caráter diferenciado e, via-de-regra, por se caracterizarem como projetos-piloto que, uma vez avaliados, podem se transformar em editais que estendam a proposta a novas instituições.

e. Vinculação da DEB com o Planejamento Estratégico da Capes e com o PNPG

No marco legal da ampliação de sua missão, em 2010 a Capes elaborou um Planejamento Estratégico que serviu de referência às ações da DEB.

Já no estabelecimento da **missão** da Capes, percebe-se o papel da diretoria: *“Promover a formação de pessoal qualificado para a melhoria da educação básica (grifo nosso) e para o fortalecimento e crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.”*

A valorização e o olhar sistêmico sobre o papel da educação, da ciência e da tecnologia no país estão presentes na **visão**: *“Ser a instituição transformadora da qualidade da educação, da ciência e da tecnologia para uma sociedade moderna e inovadora.”*

Os objetivos identificados no Mapa Estratégico da Capes, decorrentes do Planejamento, são:

1. Promover a qualidade da educação básica e da pós-graduação;
2. Promover a inovação e desenvolvimento educacional, científico e tecnológico;
3. Estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades;
4. Contribuir para a redução das assimetrias regionais;
5. Contribuir para as políticas de desenvolvimento do País.

Do ponto de vista da educação básica, a Capes comprometeu-se a:

1. Expandir o fomento à formação de professores e profissionais para a educação básica;
2. Estimular e induzir a criação e a expansão de cursos de formação de professores e profissionais para a educação básica em regiões com déficit de pessoal qualificado;
3. Ampliar a cooperação internacional na área de formação de professores e profissionais da educação básica;
4. Estimular e induzir a integração da pós-graduação com a educação básica
5. Fomentar e induzir a capacitação de recursos humanos em áreas consideradas de alto interesse público.

Observa-se claramente a vinculação da DEB a todos os pontos elencados no Planejamento Estratégico da Capes e essa vinculação não acontece por acaso: a diretoria participou ativamente da elaboração desse documento que foi o primeiro a formalizar a inserção da formação de professores da educação básica no âmbito da atuação da agência, após a mudança da lei.

O Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 dedicou um capítulo à Educação Básica e trouxe um conjunto de recomendações à DEB:

- Ampliação dos editais destinados à pesquisa em educação básica, nos moldes dos programas em andamento, como o Observatório da Educação e o Observatório da Educação Escolar Indígena.
- Ampliação da interlocução com os sistemas estaduais e municipais de ensino, em especial no que se refere às ações do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica- PARFOR;
- Ampliação dos editais destinados à valorização e à formação dos profissionais do magistério da educação básica, como PIBID, PARFOR, Prodocência, Novos Talentos, entre outros.
- Estímulo ao desenvolvimento de estudos visando à formatação do ensino de ciências na Educação Básica, instrumento fundamental para a construção da cidadania.

Em agosto de 2013, diante da Comissão de Acompanhamento do PNPG, a DEB combinou cada recomendação com as ações em andamento. As informações apresentadas nos próximos capítulos deste Relatório mostrarão que a diretoria atendeu a todas as recomendações propostas, em números e qualidade de seus programas.

Assim, as ações induzidas, fomentadas e desenvolvidas pela DEB guardam estreita relação com as leis que amparam a ação da Capes, com seu Planejamento Estratégico e com o Plano Nacional de Pós-Graduação que dedica um capítulo especial à educação básica.

f. Instituições e parcerias da DEB

Em 2013, a DEB alcançou o número de 311 instituições parceiras, somados todos os programas sob responsabilidade da Diretoria. Algumas participam de todos; outras, todavia, como é o caso das privadas, não podem concorrer, ainda, a todos os programas, por força de limites nos editais. Ver IES no **ANEXO I** – IES Participantes de Programas da DEB.

Das 311 IES parceiras, 102 são federais, 41 estaduais, 18 municipais e 150 são comunitárias ou privadas.

Na região Norte, há um total de 28 IES; na Nordeste, 61; na região Centro-Oeste, 23; na Sudeste, 131 e na Sul, 68. Em percentuais, 9% estão na região Norte, 20% na Nordeste, 7% na Centro-Oeste, 42% na Sudeste e 22% na região Sul.

Em 13 estados (AC, AM, AP, RO, RR, BA, CE, AL, PB, RN, SE, MS, SC), a DEB tem parceria com o total das IES públicas ali sediadas. Em 7 estados (PA, MA, PI, DF, GO, MT, RS), apenas uma não é alcançada pelos programas da diretoria. Na região Norte, 81% das IES públicas participam dos programas; na Nordeste, 73%, na Centro-Oeste, 84% e na Sul, 85%. Na região Sudeste é onde há maior participação de instituições privadas nos programas, em especial devido à inclusão dos bolsistas Prouni no Pibid: 64%, contra 36% de públicas. Os maior volume de recursos, todavia, é destinado às públicas.



Gráfico 1. DEB: IES parceiras por região, 2013

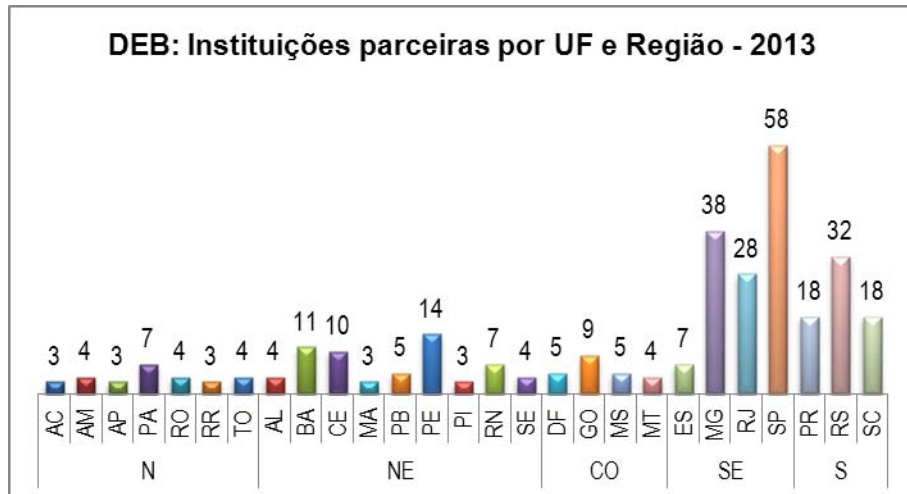


Gráfico 2. Distribuição das IES parceiras por região e estados, 2013

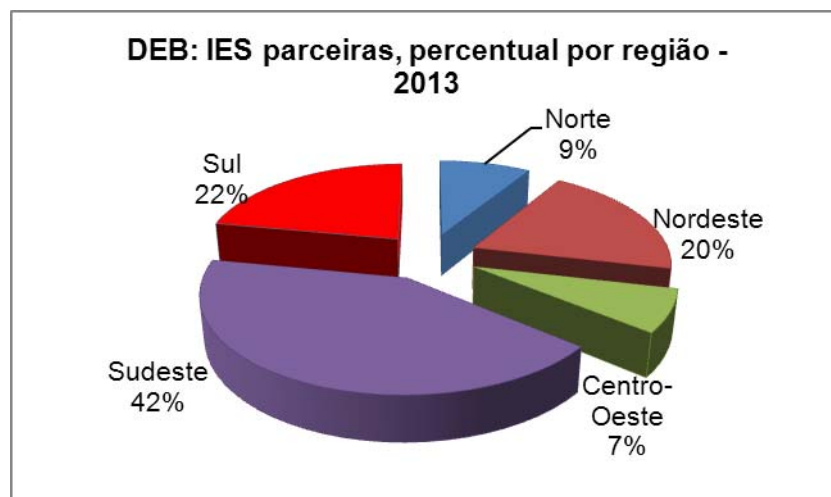


Gráfico 3. IES parceiras, distribuição percentual por região, 2013

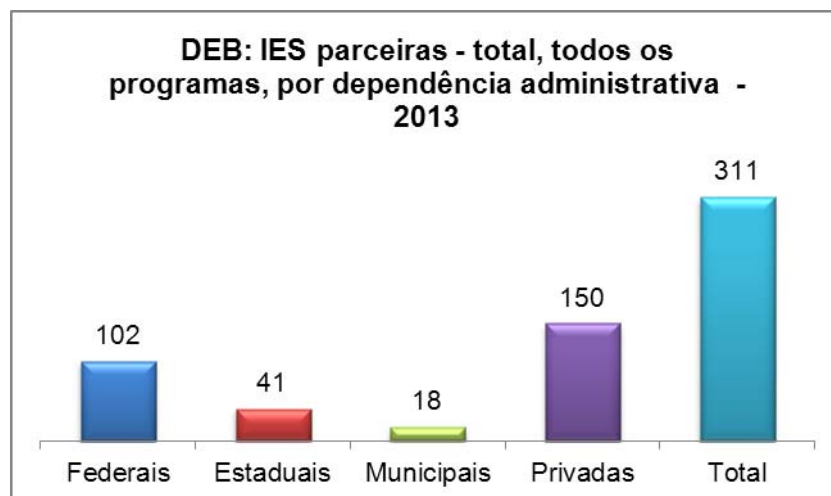


Gráfico 4. IES parceiras - total, todos os programas, por dependência administrativa, 2013

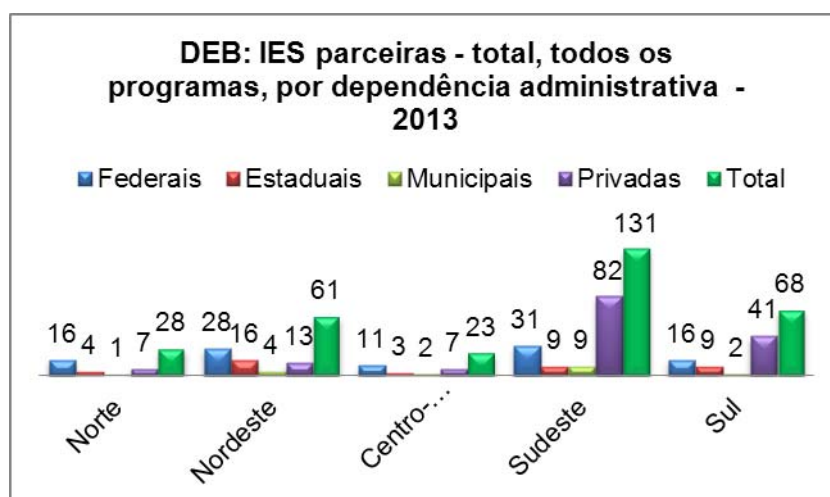


Gráfico 5. DEB: IES parceiras, todos os programas, 2013

A Tabela discriminando as informações anteriores está a seguir:

Tabela 1. DEB: Distribuição das IES parcerias por estado, região e esfera administrativa, 2013

Região	UF	Total	Federais	Estaduais	Municipais	Privadas
N	AC	3	2	0	0	1
	AM	4	2	1	0	1
	AP	3	2	1	0	0
	PA	7	4	1	0	2
	RO	4	2	0	0	2
	RR	3	2	1	0	0
	TO	4	2	0	1	1
NE	AL	4	2	2	0	0
	BA	12	6	4	0	1
	CE	10	4	3	0	3
	MA	3	2	1	0	0
	PB	5	3	1	0	1
	PE	15	4	1	4	5
	PI	3	2	1	0	0
	RN	7	3	3	0	1
CO	SE	4	2	0	0	2
	DF	5	3	0	0	2
	GO	9	3	1	2	3
	MS	5	3	1	0	1
SE	MT	4	2	1	0	1
	ES	7	2	0	1	4
	MG	38	17	2	0	19
	RJ	28	8	4	0	16
S	SP	62	4	3	8	43
	PR	20	4	7	0	7
	RS	25	8	1	0	23
	SC	25	4	1	2	11
Total		311	102	41	18	150

As 311 IES parceiras podem ter vários grupos envolvidos com os diferentes programas². No caso do Observatório da Educação, por exemplo, em uma mesma IES, podem participar vários programas de pós-graduação (ver capítulo V, sobre o Observatório da Educação).

Nos gráficos e tabelas a seguir, apresenta-se a quantidade de parcerias, por programa e sua distribuição por região. A soma alcança 1.032 parcerias, ampliando a capilaridade dos programas e abrindo espaços para importantes ações de sinergia de atividades formativas. O detalhamento dos números será encontrado nos capítulos sobre cada um dos programas.



Gráfico 6. Nº de parcerias por programas, 2013



Gráfico 7. Distribuição das parcerias, por região, 2013

² Optou-se por utilizar o termo “parcerias”, considerando que uma mesma instituição pode abrigar mais de um projeto educacional ou de pesquisa gerenciados pela DEB/CAPES. Isso ocorre nos programas: Observatório da Educação (94 instituições abrigando 240 grupos de pesquisa), Life (105 instituições abrigando 126 projetos de implementação de laboratórios interdisciplinares), Prodocência (88 instituições abrigando 115 projetos de melhoramento das licenciaturas), Novos Talentos (61 instituições abrigando 101 projetos de apoio à educação básica) e Projetos Especiais (34 instituições abrigando 37 parcerias). Nos casos do Parfor, do Pibid e do Pibid Diversidade, o número bruto apresentado no gráfico 6 equivale ao número de instituições participantes, bem como ao número de projetos institucionais. No total, 311 instituições abrigam 1.032 diferentes parcerias, conforme Anexo I deste relatório.

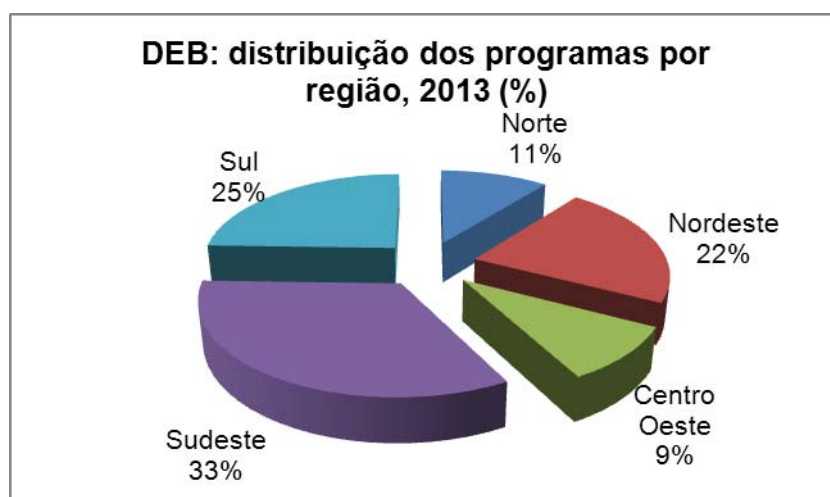


Gráfico 8. Distribuição percentual dos programas, 2013, por região

Tabela 2. DEB: IES participantes e parcerias, por UF e região, 2013

DEB 2013		IES	Programas/Parcerias
N	AC	3	5
	AM	4	17
	AP	3	9
	PA	7	42
	RO	4	9
	RR	3	14
	TO	4	14
NE	AL	4	16
	BA	11	54
	CE	10	30
	MA	3	12
	PB	5	23
	PE	14	34
	PI	3	16
	RN	7	28
SE	4	14	
CO	DF	5	22
	GO	9	25
	MS	5	26
	MT	4	25
SE	ES	7	13
	MG	38	101
	RJ	28	79
	SP	58	151
S	PR	18	73
	RS	32	110
	SC	18	70
Total		311	1.032

Tabela 3. DEB: Distribuição de parcerias por programa e por região, 2013

	Parfor	Pibid	Pibid Diversidade	Observatório da Educação	Prodocência	Novos Talentos	LIFE	Projetos Especiais	Total
N	16	28	5	19	15	9	14	5	110
NE	26	56	12	33	34	19	35	12	227
CO	5	21	5	24	12	16	11	4	98
SE	23	115	3	96	28	31	39	10	344
S	26	66	7	68	26	27	27	6	253
Total	96	285	32	240	115	101	126	37	1.032

g. A DEB no Sistema de Disseminação de Informações (SDI), da Capes

O crescimento da DEB no período 2009-2013 pode ser atestado nos números apresentados neste Relatório e nos relatórios extraídos do [Sistema de Disseminação de Informações](#) – SDI da Capes.

Com base no SDI, em 2013 o Pibid foi o segundo maior programa de bolsas da Capes. O Parfor e o Observatório da Educação aparecem entre os 12 maiores, conforme extrato abaixo. Para uma diretoria nova, trata-se de um resultado a ser considerado do ponto de vista de potencial de impacto de mudança na formação de professores.

Tabela 4. Principais programas Capes e da DEB (bolsas/ano) em 2013

Programa	Bolsistas
PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL	67.639
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCENCIA - Pibid	62.070
UAB	35.942
CSF GRADUAÇÃO SANDUÍCHE	14.149
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - Parfor	13.683
PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA	11.156
PROGRAMA JOVENS TALENTOS PARA A CIÊNCIA 2013	10.109
REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS IES	8.012
PROGRAMA DE SUPORTE À PÓS-GRADUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES (MÓDULO TAXAS)	6.316
PROGRAMA JOVENS TALENTOS PARA A CIÊNCIA 2012	4.397
OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO - Obeduc	3.319
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA	3.302

Fonte: SDI/Capes

Ao conceder bolsas nos programas que fomenta, a DEB estabelece uma cota fixa por IES. No entanto, pode haver rotatividade de bolsistas. Exemplificando: se um coordenador de área do Pibid afasta-se da universidade para um pós-doutorado, a bolsa que era ocupada por ele deve ser concedida a outro coordenador. O mesmo acontece quando um licenciando do Pibid completa o curso: sua bolsa é repassada a outro licenciando.

Portanto, se considerarmos a rotatividade de bolsistas ao longo de um ano, teremos números superiores às concessões feitas. Isso, porém, não significa superposição ou duplo pagamento, mas diferentes CPFs que passaram pelos programas, em diferentes períodos de tempo.

Por programa, segundo o SDI, é a seguinte a evolução de bolsas pagas, por CPF:

Tabela 5. DEB: evolução de bolsistas por CPF, 2009-2013

Programa	Quantidade de Bolsistas por CPF				
	2009	2010	2011	2012	2013
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid	3.544	18.166	32.188	57.252	62.070
Programa Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica - Parfor	*	*	8.047	13.016	13.912
Observatório da Educação - Obeduc			1.540	1.785	3.319
Programa Nacional Olimpíadas de Química			292	340	429
Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas					579
Residência Docente no Colégio Pedro II				90	230
Programa de Aperfeiçoamento para Professores de Língua Inglesa nos EUA				534	1.075
Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Portuguesa e Ciências em Portugal					168
Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Francesa na França					31
Programa de Integração da Ciência - Pontos de CTI-EB					124
Programa Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica		23	34	11	11
Total	3.544	18.189	42.101	73.028	81.948

* O Parfor era pago pelo FNDE.

Fonte: SDI/Capes

h. Processos de trabalho da DEB

As inúmeras atividades decorrentes da implementação e da gestão dos programas envolvem a equipe da DEB em um fluxo contínuo de ações que demandam ritmo intenso de trabalho e globam vários processos, como mostra, de modo sucinto, a ilustração a seguir.

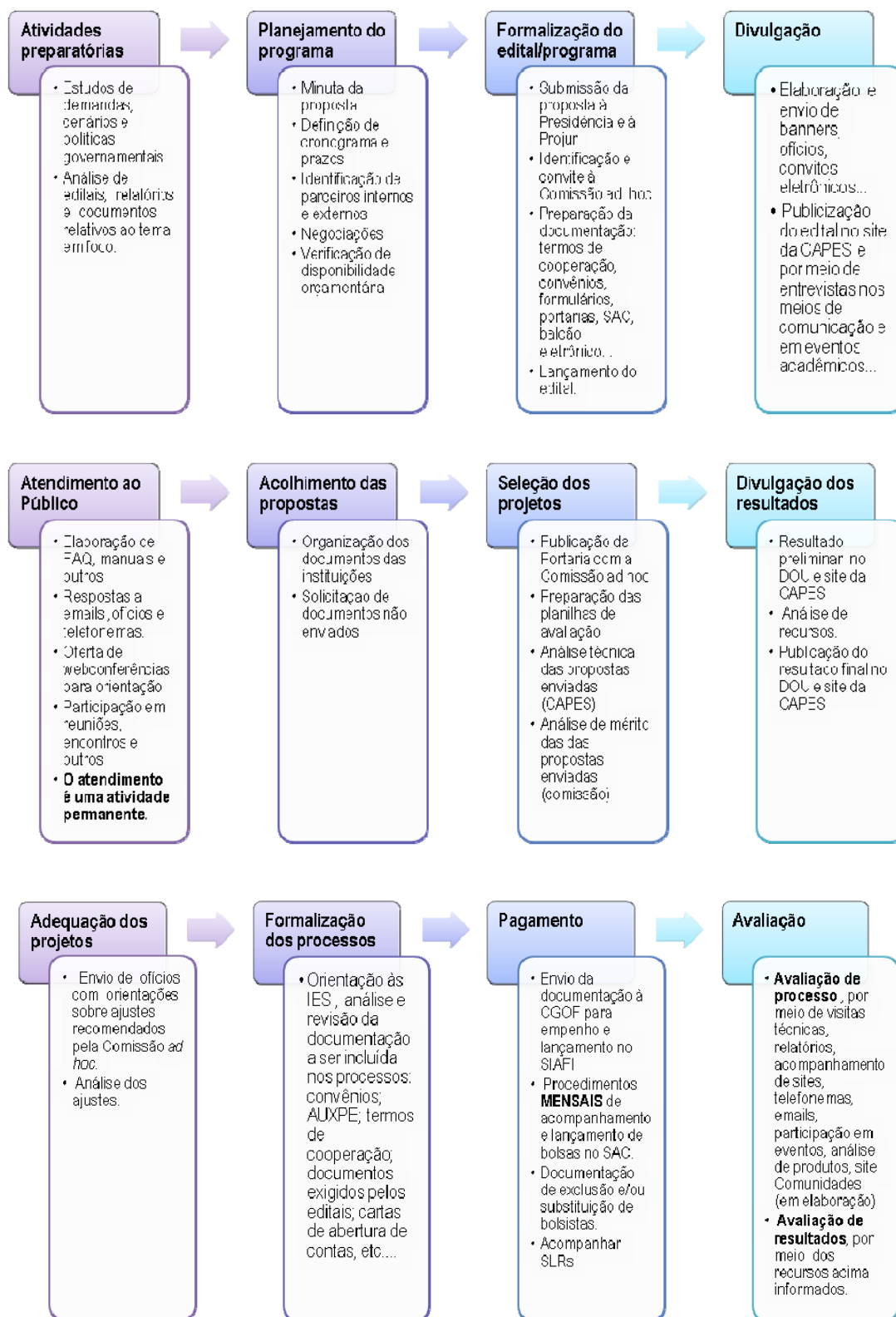


Figura 6. Processos de trabalho da DEB

Nas próximas páginas, são apresentados os programas desenvolvidos pela DEB, no período 2009 a 2013, para preservar a memória dos cinco primeiros anos da educação básica na CAPES.

2. Observatório da Educação

O Programa Observatório da Educação foi criado pelo Decreto nº 5.803, de 08 de junho de 2006. Seu propósito é fomentar a produção acadêmica e a formação de profissionais com pós-graduação *stricto sensu* em educação. O programa tem a gestão conjunta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.



O Observatório da Educação – Obeduc promove a formação de mestres e doutores em educação, estimulando o desenvolvimento de estudos e pesquisas que tenham como ponto de partida a utilização dos dados existentes no INEP, entre os quais, o Censo da Educação Superior, o Censo da Educação Básica, o Enem, o Enade, o Saeb e a Prova Brasil.

Os projetos do Observatório da Educação devem estar vinculados a programas de pós-graduação – PPGs *stricto sensu* reconhecidos pela Capes e que desenvolvam linhas de pesquisas voltadas à educação.

Esses programas de pós-graduação podem organizar-se em Núcleos Locais compostos por, pelo menos, um PPG *stricto sensu* de uma IES ou Núcleos em Rede, compostos por até três PPGs *stricto sensu* de IES distintas (é também possível a organização em rede de mais de três PPGs em torno da pesquisa, porém, o teto orçamentário máximo equivale a três PPGs). Os projetos podem ter duração de dois a quatro anos.



Figura 7. Organização do Obeduc

São oferecidas bolsas aos coordenadores dos projetos e aos estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) envolvidos nos projetos de pesquisa aprovados. Desde 2008, para favorecer a integração entre pós-graduação, cursos de formação de professores e escolas de educação básica, o programa oferece bolsas também aos estudantes de licenciaturas e graduação e aos professores de escolas públicas que se envolvam nas pesquisas.

O Edital Capes/Inep nº 01/2008 incorporou a parceria da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi. Em 2009, foi lançada uma edição especial do Edital, com foco na Educação Escolar Indígena (ver capítulo 5).

Ao analisar os projetos aprovados nos editais 2006 e 2008, a DEB percebeu a ausência de linhas de pesquisas relativas às séries iniciais da educação básica e de aspectos do currículo evidenciados pelo IDEB. Assim, o Edital Capes/Inep nº 38/2010 teve um foco especial em questões relacionadas à alfabetização e ao domínio da Língua Portuguesa e da

Matemática, dado o caráter estruturante dessas áreas na formação das crianças e jovens e seu impacto no sucesso escolar. O último edital publicado nº 49/2012, possibilitou a contratação de novas propostas com diferentes focos, reafirmando a abrangência do programa e seu impacto na produção de conhecimento educacional.

2.1. Princípios pedagógicos e objetivos do Observatório da Educação:

O Observatório da Educação tem como princípio pedagógico o trabalho coletivo de pesquisadores, professores da educação básica, graduandos e pós-graduandos na produção de conhecimento no campo educacional. Nesse sentido, a escola deixa de ser vista como mero espaço de investigação e seus agentes apenas como sujeitos passivos e assumem o papel de propositores de saberes, participantes ativos na busca de propostas transformadoras que aliem a prática docente aos conhecimentos acumulados no campo educacional.

A esse respeito, Cortelazzo³ (2004) revela que:

- a pesquisa em educação cumpre importante função de desvelar os processos de apropriação, de reelaboração e de produção de conhecimentos;
- a inclusão de diferentes sujeitos na prática da pesquisa (graduandos, pós-graduandos e professores de diferentes níveis educacionais) pode se efetivar com a prática da pesquisa colaborativa num movimento de inclusão em todos os níveis da educação;
- a pesquisa e a prática profissional permitem aos alunos de licenciatura a vivência da escola e a descoberta do contexto em que eles já atuam (na educação infantil ou nas séries iniciais, com a formação no ensino médio para o magistério, ou nas séries finais do ensino fundamental).

As análises, as discussões e as leituras desenvolvidas no projeto aprovado pelo Observatório da Educação têm subsidiado professores e bolsistas na participação em discussões sobre política educacional e suas consequências na escola. São também subsídios para desenvolvimento de aulas na graduação. A produção de um livro visou divulgar os estudos em andamento e estimular o debate sobre a questão em estudo.

D.C.S. Coordenadora do Projeto da UFJF/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPG

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Pedagogia sugerem que o movimento de investigação e aplicação de resultados nas práticas educacionais também são centrais para a formação de professores, para a proposição, a realização, a análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas educativas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortalecem ou enfraquecem identidades, reproduzem ou criam novas relações de poder. (BRASIL, 2005).

O Observatório da Educação busca oferecer aos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior brasileiras a oportunidade de se aproximarem das crianças, dos jovens, dos professores e dos gestores da escola básica e de grandes temas da educação, para que, em um processo de aprendizagem recíproca, possam crescer juntos. E, compreendendo que a “*pós-graduação constitui-se numa etapa da nossa estrutura de ensino e como tal guarda uma relação de interdependência com os demais níveis educacionais*” (PNPG, 2011-2020), o Observatório da Educação abarca também estudos e pesquisas que respondam a todos os níveis e modalidades de educação no País.

³ CORTELAZZO, I.B.C. Pesquisa na Educação Superior: articulação, graduação e pós-graduação. In: *Pedagogia em debate: desafios contemporâneos*. Curitiba: Editora UTP, 2004.

A inclusão de bolsas para professores da educação básica e para alunos de licenciatura e de graduação que se envolvam com as pesquisas e os estudos - além das bolsas de doutorado e de mestrado originalmente previstas no desenho do Programa - sinaliza a preocupação da Capes com a formação e o aperfeiçoamento de profissionais fortemente comprometidos com a educação brasileira. Nesse sentido, envolver diferentes sujeitos no estudo de situações educacionais colabora para que o conhecimento produzido seja mais complexo, abrangente e menos marcado por aspectos ideológicos e pessoais. O trabalho coletivo na produção de conhecimento acadêmico é valorizado no Observatório da Educação como mecanismo de superar o isolamento por que passam vários pesquisadores quando buscam respostas para suas questões de pesquisa. Assim, horizontalmente, todos são importantes nos projetos do Observatório: os mestrandos, os doutorandos, os professores da educação básica, os alunos dos cursos de graduação e os pesquisadores das IES.

O programa Observatório da Educação destaca a articulação entre diferentes sujeitos envolvidos na pesquisa. Norteado pela convicção de que a educação é um sistema complexo e, como tal, deve ser tratada para se alcançar elevada qualidade da educação básica à pós-graduação, são diretrizes do Observatório da Educação:

- a) contribuir para a criação, o fortalecimento e a ampliação de programas de pós-graduação *stricto sensu* na temática da educação;
- b) estimular a criação, o fortalecimento e a ampliação de áreas de concentração em educação em programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes no País, nos diferentes campos do conhecimento;
- c) incentivar a criação e o desenvolvimento de programas de pós-graduação interdisciplinares e multidisciplinares que contribuam para o avanço da pesquisa educacional;
- d) ampliar a produção acadêmica e científica sobre questões relacionadas à educação;
- e) apoiar a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação *stricto sensu* capacitados para atuar na área de gestão de políticas educacionais, avaliação educacional e formação de docentes;
- f) promover a capacitação de professores e a disseminação de conhecimentos sobre educação;
- g) fortalecer o diálogo entre a comunidade acadêmica, os gestores das políticas nacionais de educação e os diversos atores envolvidos no processo educacional;
- h) estimular a utilização de dados estatísticos educacionais produzidos pelo INEP como subsídio ao aprofundamento de estudos sobre a realidade educacional brasileira; e
- i) organizar publicação com os resultados do Observatório da Educação.

Com a atribuição à Capes de induzir e fomentar a formação e a valorização dos professores da educação básica, a agência destacou nos editais o fomento e apoio a projetos de estudos e pesquisas relacionados aos diferentes níveis e modalidades da educação básica, incluindo educação de jovens e adultos, especial, a distância e outras.

Além disso, o Obeduc deve proporcionar a articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas de educação básica e divulgar a produção e os resultados encontrados, compartilhando conhecimento e boas práticas e integrando a pesquisa à dinâmica da Universidade e dos sistemas públicos de educação básica.

Os projetos de estudos e pesquisas devem também incorporar os objetivos estabelecidos nos editais, aproximando-os da realidade local e/ou regional com vistas à sua transformação.

2.2. Referências legais

- [Decreto nº 5.803](#), de 08 de junho de 2006 – cria o Observatório da Educação.
- [Edital nº 01/2006/CAPES/INEP](#), de 20/06/2006, publicado no DOU nº 116, Seção 3, pág. 22.
- [Edital nº 01/2008/CAPES/INEP/SECAD](#), de 24/07/2008, publicado no DOU nº 141, Seção 3, pág. 25.
- [Edital nº 38/2010/CAPES/INEP](#), de 24/06/2010, publicado no DOU nº 119, Seção 3, pág. 43.
- [Portaria nº 248](#), de 19 de dezembro de 2011. Normas de concessão de bolsas de estudo em função da maternidade.
- [Portaria nº 028](#), de 27 de janeiro de 2010. Regulamento da Concessão do Auxílio Financeiro a Projeto Educacional e de Pesquisa – AUXPE.
- [Portaria Nº 097](#), de 06 de maio de 2010. Estabelece os valores das bolsas concedidas no âmbito do programa Observatório da Educação e Observatório da Educação Escolar Indígena.
- [Portaria Conjunta nº 001](#), de 11 de março de 2004. Autoriza a manutenção da bolsa aos os bolsistas da CAPES e do CNPq que atuem como professores substitutos.
- [Portaria Conjunta Capes/CNPq nº 001](#), de 12 de dezembro de 2007. Autoriza bolsistas a atuarem como tutores da UAB.
- [Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009](#). Dispõe sobre pagamento de diárias na país.
- [Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973](#). Dispõe sobre diárias internacionais.
- [Portaria no. 152, de 30 de outubro de 2012](#). Aprova o Regulamento do Programa Observatório da Educação.
- [Edital nº 49/2012, de 05 de novembro de 2012](#), publicado no DOU nº. 05/11/2012, na Seção 3, página 47.

“As ações desenvolvidas até este momento permitiram aos licenciandos que dele participam, ir além do ensino em sala de aula, inserindo-se em atividades de extensão, ensino e pesquisa. A vivência do licenciando no contexto escolar qualifica sua formação inicial, pois permite estabelecer relações entre o ensino científico e o escolar. Nesse sentido, pensamos que o objetivo maior deste Projeto vem sendo alcançado a cada ação realizada: promover a formação inicial e continuada de professores frente ao ensino de ciências do Ensino Fundamental.”

P.C.H. Coordenadora do Projeto da FURG/PPG EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

2.3. Participantes

Podem apresentar propostas de projetos de estudos e pesquisas em educação, Programas de Pós-Graduação - PPGs, de IES, públicas ou privadas, com avaliação da CAPES igual ou superior a 3.

Os Núcleos Locais e Núcleos em Rede do Observatório da Educação são formados por professores, pesquisadores, estudantes de mestrado, doutorado e graduação, principalmente licenciaturas. A partir do [Edital nº 01/2008/CAPES/INEP/SECAD](#), professores da Educação Básica passaram a receber bolsa para incorporarem-se aos projetos, incentivando seu interesse por estudos e pesquisas.

A lista de instituições participantes do Obeduc encontra-se no **ANEXO IV** deste Volume I.

2.4. Financiamento

No Obeduc, são concedidas cinco modalidades de bolsas: (1) professor coordenador (R\$ 1.500,00); (2) estudante de doutorado (R\$ 2.200,00); (3) estudantes de mestrado (R\$ 1.350,00); (4) estudantes de graduação/licenciatura (R\$ 400,00) e; (5) professores da educação básica envolvidos na pesquisa (R\$ 765,00). É concedida verba de custeio e capital aos projetos participantes.

Cada projeto de Núcleo Local tem direito a uma bolsa de coordenação; uma de doutorado; três de mestrado; 6 de licenciatura/graduação e 6 para professores da educação básica que se envolvam com a pesquisa. No caso dos Núcleos em Rede, pode-se multiplicar até por três esses valores. Outros programas de pós-graduação e IES podem se envolver com o projeto, mas o cálculo não ultrapassa o valor máximo aprovado pela Comissão de Seleção que analisou a proposta do pesquisador. O recurso de custeio é de R\$ 50.000,00 por projeto/ano.

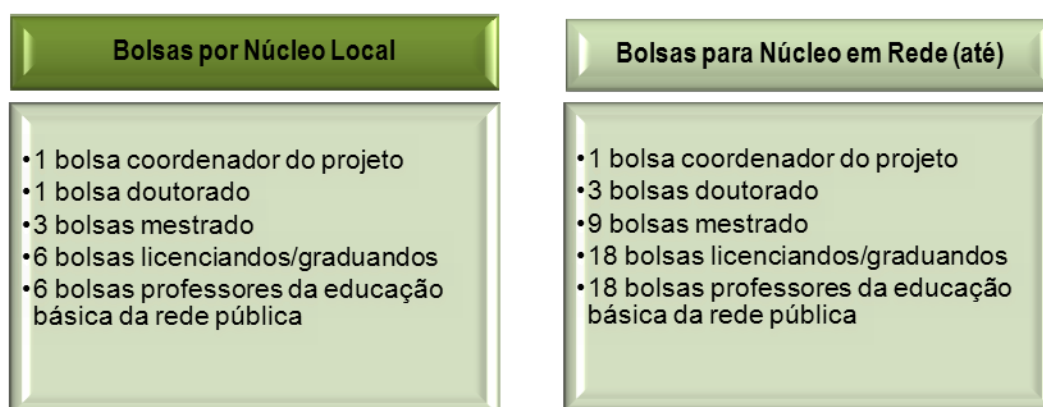


Figura 8. Financiamento dos Núcleos

O INEP repassa cerca de R\$ 2.500.000,00 por edital, no entanto, o maior volume do investimento está sob responsabilidade da Capes. No período 2009-2013, o Obeduc investiu os seguintes valores:

Tabela 6. Obeduc: Investimentos em 2009-2013

Observatório da Educação: Execução orçamentária 2009-2013	
2009	8.195.310,63
2010	5.851.075,25
2011	18.863.568,37
2012	16.676.004,54
2013	22.687.483,34
Total	72.273.442,13

2.5. Resultados do Observatório da Educação: números e impactos

Nos editais 2006 e 2008, foram aprovados 28 projetos em cada; em 2009, no Observatório da Educação Escolar Indígena, foram aprovados 17 projetos e em 2010, o edital selecionou 80 projetos. O último edital foi lançado em 2012, porém, os projetos tiveram início de sua vigência no primeiro semestre de 2013 e incluíram mais 90 propostas novas, das quais 70 projetos locais e 20 em rede. Portanto, o total é de 243 projetos apoiados nos cinco editais.

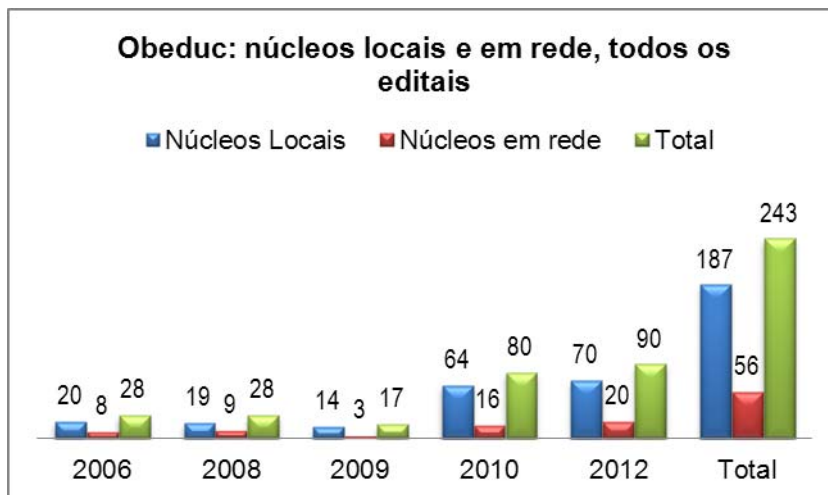


Gráfico 9 Obeduc: Tipos de Núcleos, por edital

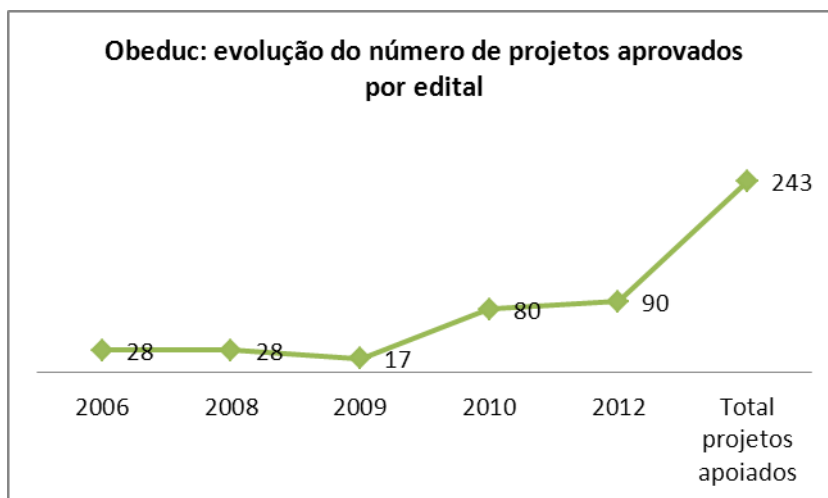


Gráfico 10 Obeduc: evolução do número de propostas aprovadas por edital

Nas tabelas e gráficos a seguir, a DEB apresenta números dos editais do Observatório da Educação, iniciando com os que ainda se encontram em vigência.

2.5.1. Os números do Obeduc vigentes em 2013.

Em 2013, estavam vigentes 176 projetos, sendo 136 Núcleos Locais e 40 Núcleos em Rede.

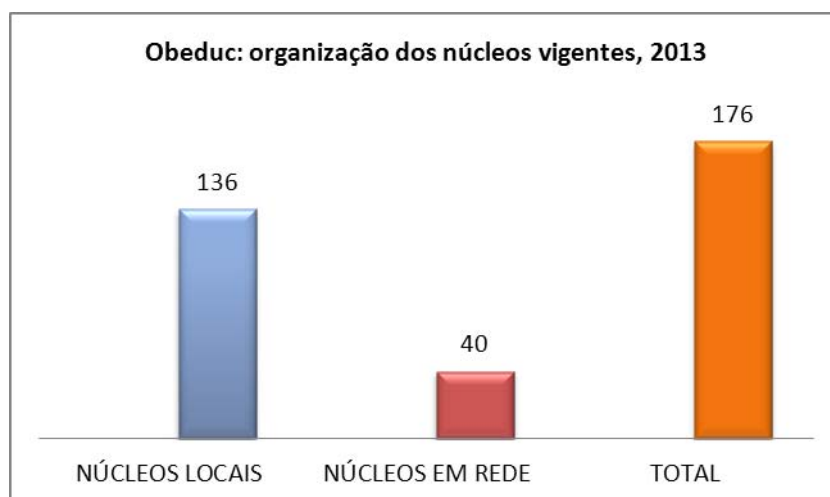


Gráfico 11. Obeduc: projetos locais e em rede vigentes em 2013

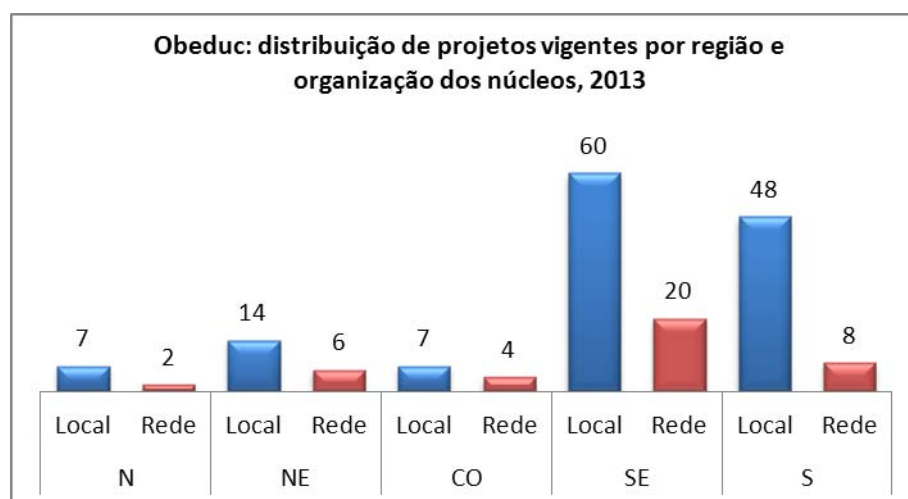


Gráfico 12. Obeduc: distribuição dos projetos vigentes em 2013

Dos 176 projetos que tiveram vigência em 2013, 25 encerraram suas atividades no mesmo ano, permanecendo vigentes para os próximos exercícios 151 projetos. O gráfico acima destaca apenas a instituição proponente, por núcleo e região. Desse modo, para as instituições em rede, além do número apresentado no gráfico, outras IES também compõem a rede de associadas. De modo conclusivo, em 213: 94 IES (entre sede e associadas) participaram do Obeduc, mobilizando 212 programas de pós-graduação que abrigam 240 grupos de pesquisa onde foram/estão sendo executados 176 projetos financiados pelo programa, conforme esquema a seguir.

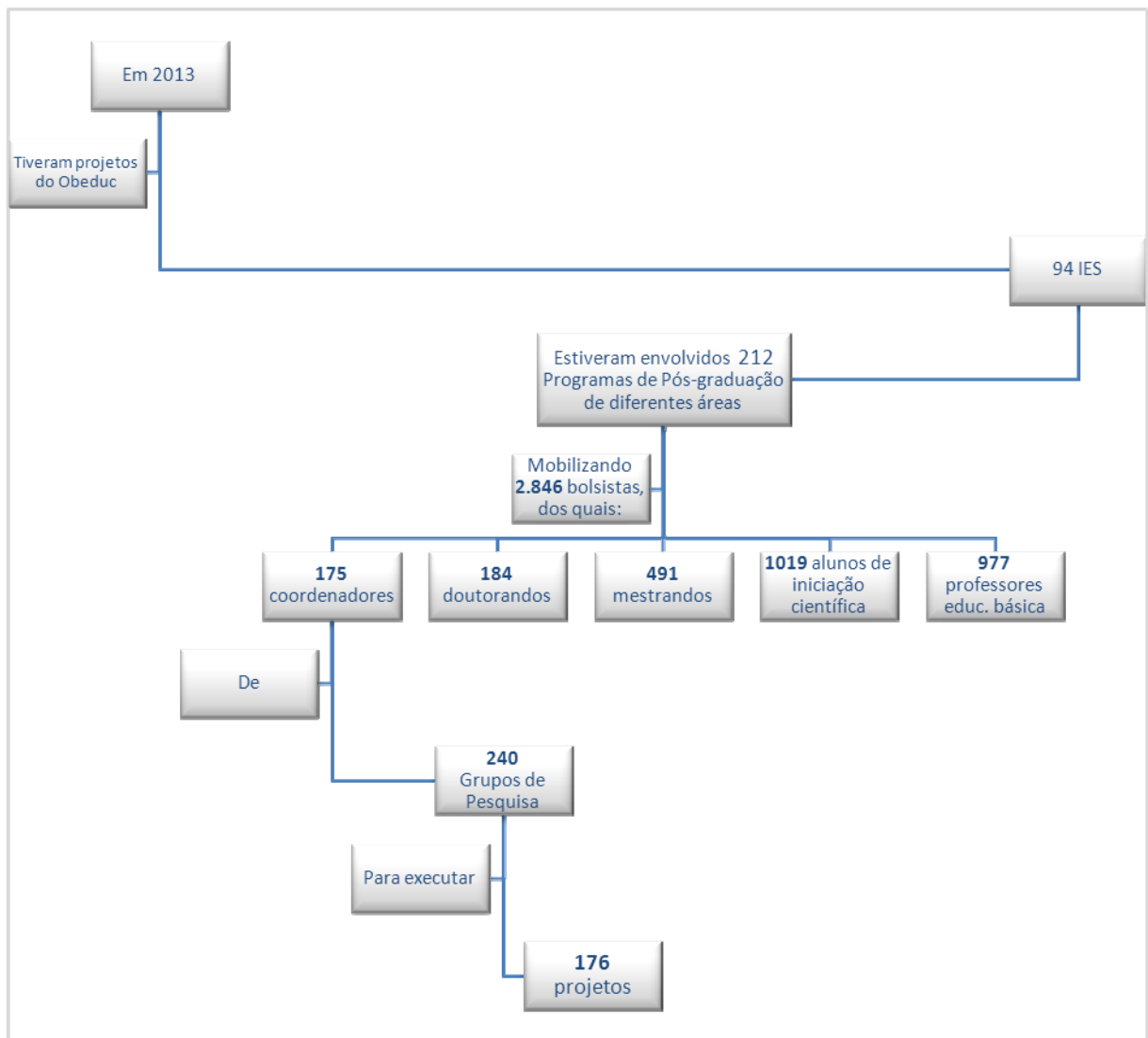


Figura 9. Abrangência dos projetos vigentes em 2013

A situação da vigência dos projetos do Observatório da Educação no ano de 2013 pode ser verificada no gráfico abaixo.

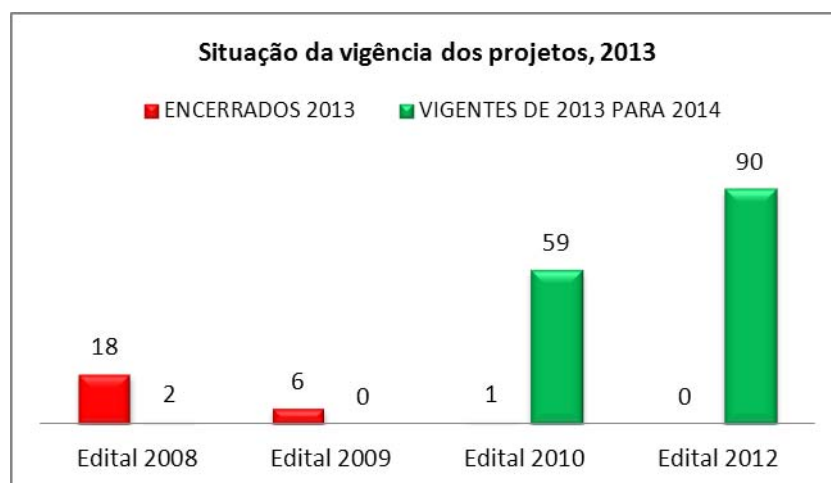


Gráfico 13. Obeduc: Situação da vigência dos projetos, 2013

O quantitativo de bolsas abaixo faz referência a todos os 176 projetos que tiveram vigência ao longo de 2013; totalizando 2.846 bolsas nas diversas modalidades do programa, conforme os dados dispostos no gráfico que segue.

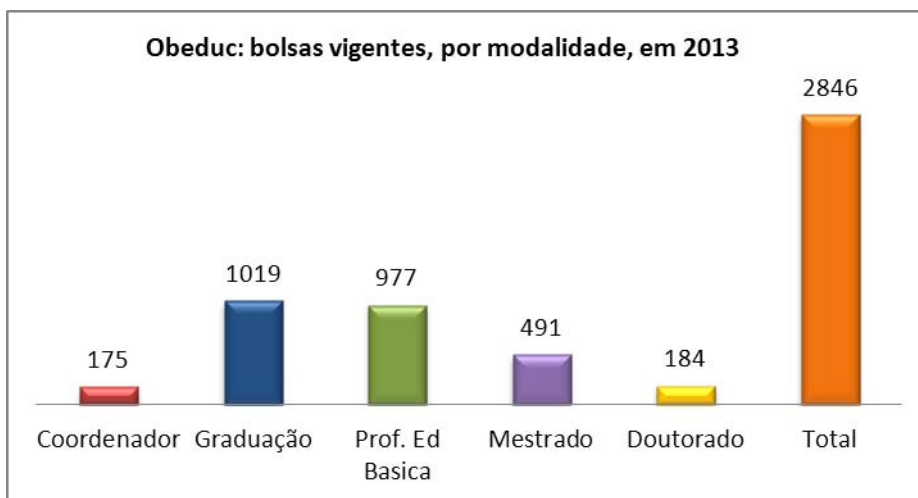


Gráfico 14. Obeduc: bolsas em andamento em 2013

Do total de Programas de Pós-graduação 86 repetem-se ao longo dos cinco editais, como, também, repetem-se 75 instituições. Sendo assim, em 2013, o Observatório da Educação esteve presente em 212 programas diferentes distribuídos em 94 IES do país, de acordo com o gráfico abaixo:

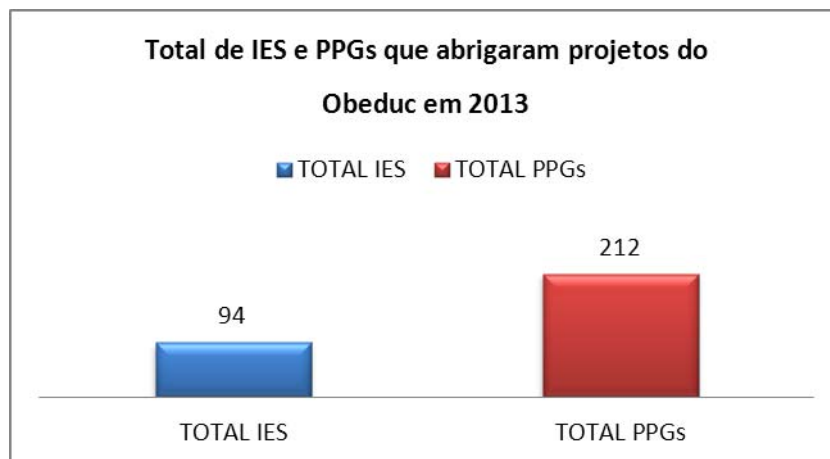


Gráfico 15. Quantitativos do Obeduc no ano de 2013

O gráfico na sequência expressa os quantitativos do Observatório da Educação, por região:

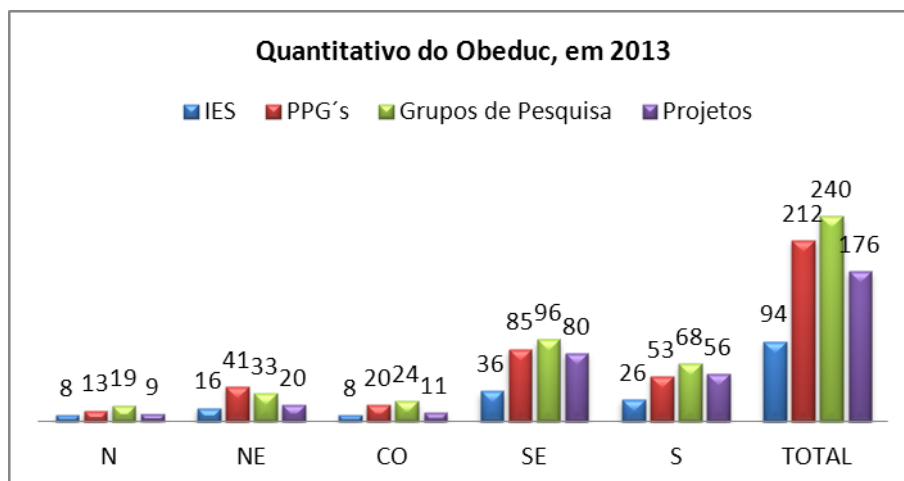
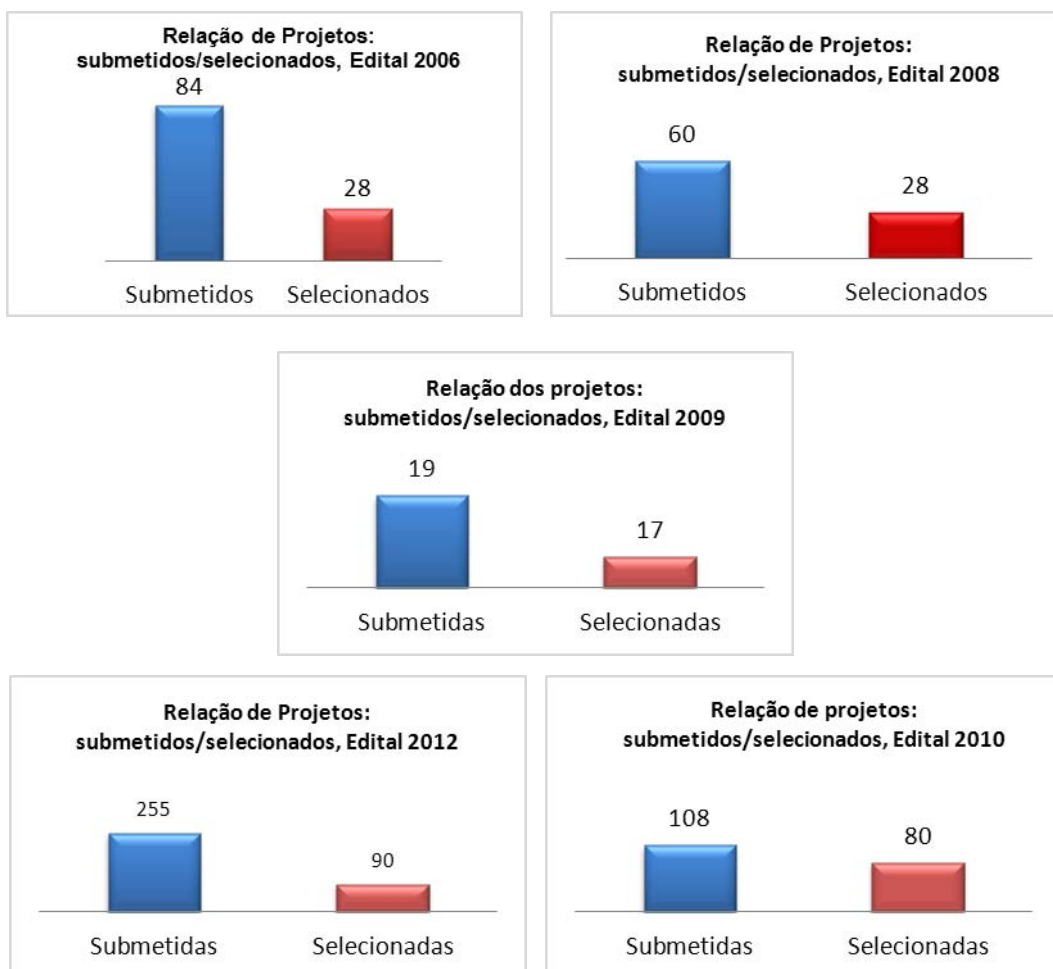


Gráfico 16. Obeduc: projetos vigentes, por região, 2013

As diferentes instituições que abrigam projetos do Observatório da Educação mobilizam sujeitos de 212 Programas de Pós-graduação, nomeados em tabela ao final deste capítulo.

Em 2013 iniciaram 90 novos projetos, resultado da seleção do [Edital n° 49/2012, de 05 de novembro de 2012.](#) Este edital aponta para a aceitação do Obeduc na comunidade acadêmica, com crescimento considerável relativo aos outros editais.



Gráficos 17. Obeduc: Relação dos subprojetos submetidos/selecionados por edital

Foram submetidas ao Edital nº 49/2012, 255 propostas, das quais foram selecionadas 90. A implementação ocorreu em 2013. O crescimento pela procura do programa se deve não só a uma maior disseminação da informação, mas aos resultados que são divulgados pelas próprias IES participantes.

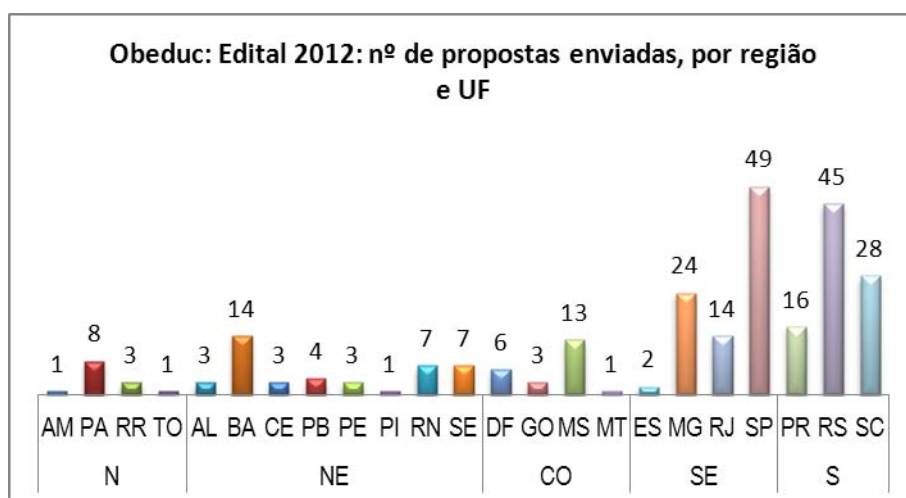


Gráfico 18. Obeduc: número de propostas por UF, Edital 49/2012.

2.5.2. Atividades de acompanhamento e avaliação do Obeduc em 2012 e desdobramentos em 2013

Em 2012, a Coordenação Geral de Valorização - CGV/DEB optou por utilizar em seus programas o *Google Drive* para o levantamento de algumas atividades que estão sendo desenvolvidas no Observatório da Educação. O instrumento foi encaminhado aos coordenadores dos projetos de pesquisas aprovados em todos os editais: 2006, 2008, 2009 (Observatório da Educação Escolar Indígena) e 2010. Dos 153 projetos já apoiados (em vigência ou não) pelo Obeduc, 147 responderam ao formulário, ou seja, 96% do total.

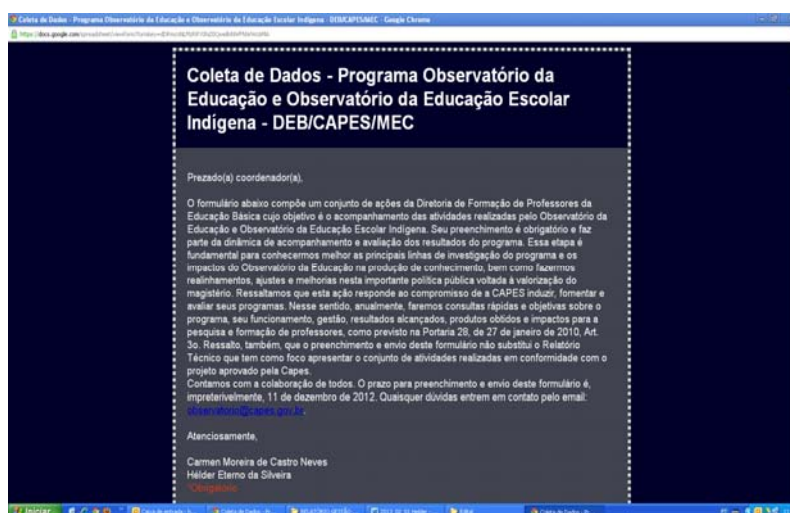


Figura 10. Formulário de coleta de dados do Obeduc

2.5.2.1. Dados gerais dos projetos, de acordo com o formulário.

Em alguns gráficos e tabelas do Questionário, o somatório pode ultrapassar o número respostas do formulário, considerando que um projeto pode atuar em mais de uma etapa da educação básica ou superior ou possuir mais de uma linha de investigação.

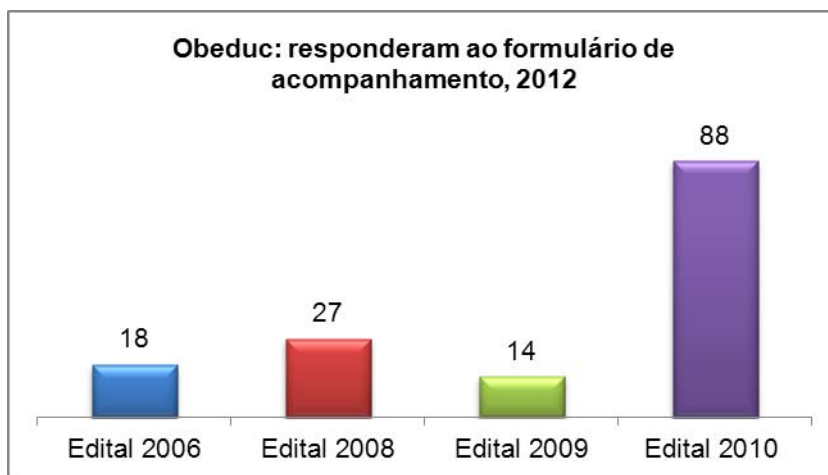


Gráfico 19. Número de respostas ao formulário por Edital/ano

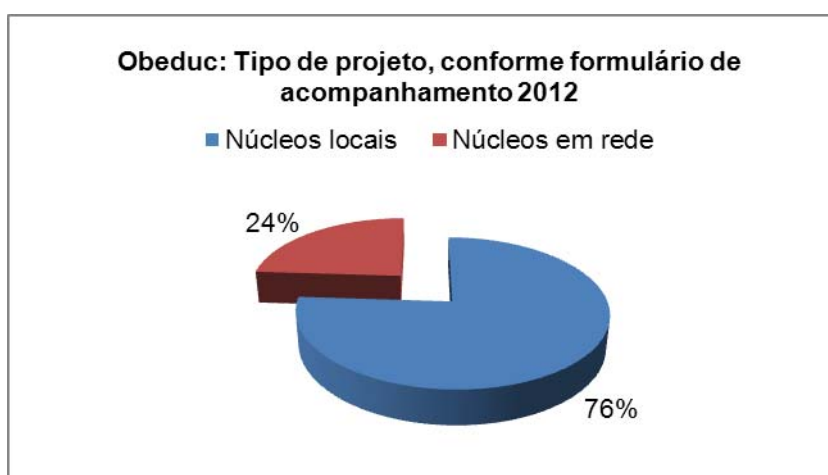


Gráfico 20. Tipo de projeto

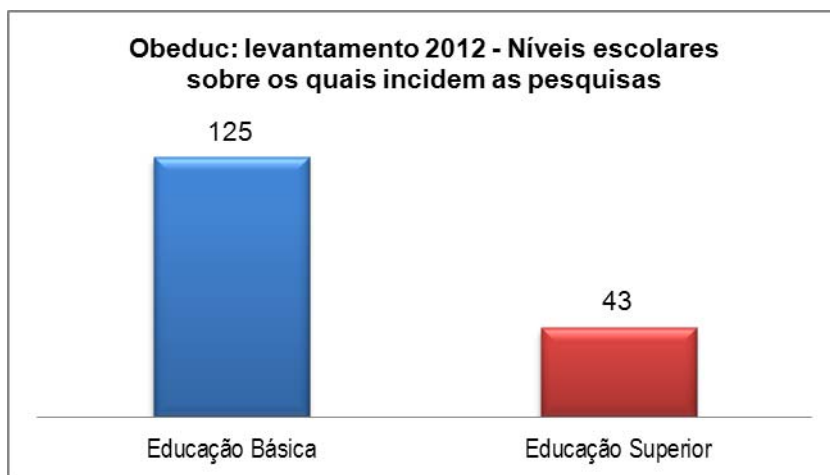


Gráfico 21. Níveis escolares sobre os quais incidem as pesquisas

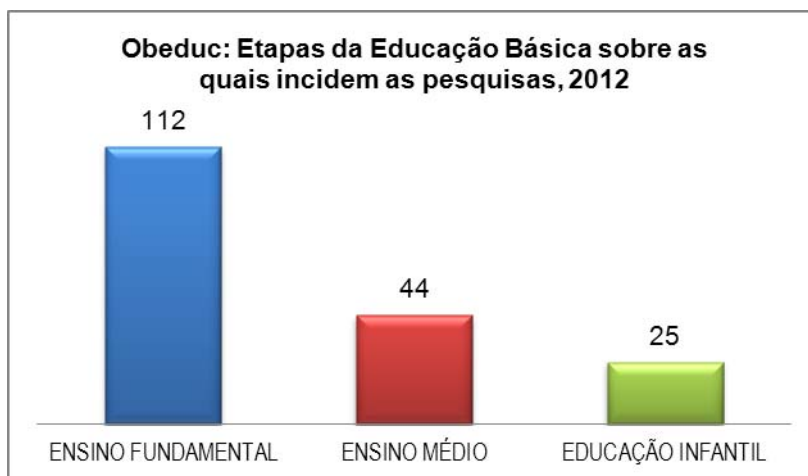


Gráfico 22. Etapas da Educação Básica sobre as quais incidem as pesquisas

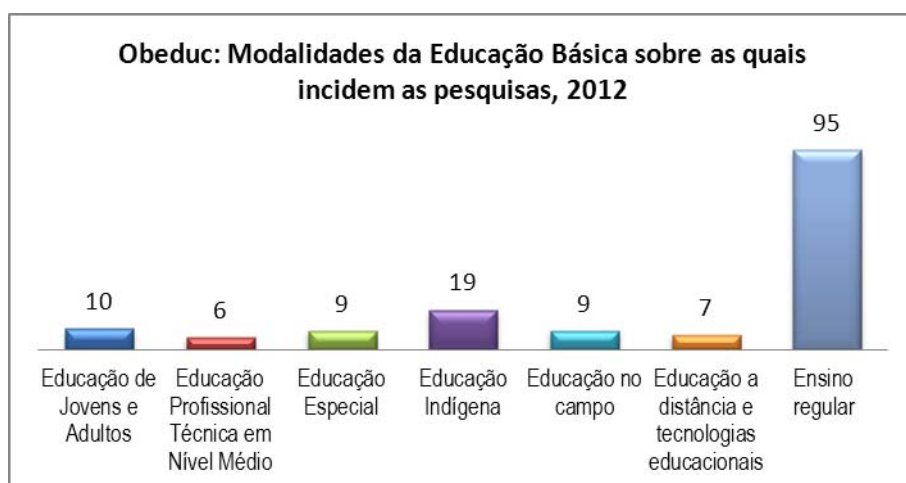


Gráfico 23. Modalidades da Educação Básica sobre as quais incidem as pesquisas

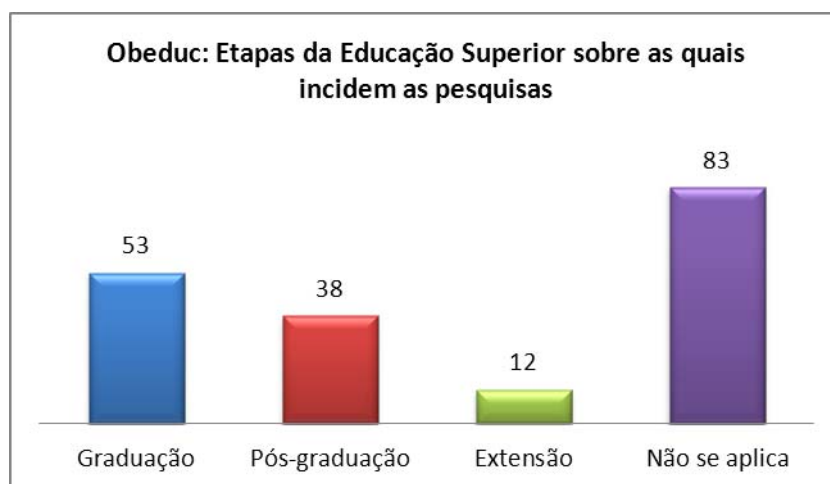


Gráfico 24. Etapas da Educação Superior sobre as quais incidem as pesquisas

Tabela 7. Obeduc: principais linhas de investigação

LINHAS DE INVESTIGAÇÃO	QUANTIDADE DE PROJETOS
Formação de Professores	83
Avaliação de Políticas Públicas	56
Alfabetização e letramento	43
EA em Matemática e suas tecnologias	36
Avaliação da aprendizagem	35
Currículo	28
Tecnologias educacionais	20
EA em Ciências da Natureza	18
EA em Ciências Humanas	8
Outras*	44

*Outras linhas de investigação dos projetos apoiados pelo Obeduc:

- Gestão educacional;
- Educação e criminalidade;
- Educação e pobreza;
- Avaliação institucional acadêmica;
- Educação escolar indígena;
- Transdisciplinaridade: arte-ciência;
- Avaliação de educação;
- Educação ambiental;
- Política linguística;
- Formação de pesquisadores e professores de línguas indígenas;
- Natureza da ciência e divulgação científica (atualmente denominada cultura, epistemologia e educação científica);
- Razões do abandono e da permanência dos jovens na escola;
- Leitura;
- Letramentos nos anos posteriores à alfabetização;

- Educação alimentar e nutricional;
- Educação em saúde;
- Estudos sociolinguísticos de comunidades indígenas;
- Desenvolvimento econômico;
- Processos psicossociais no processo de formação de educadores;
- Escola indígena;
- Gestão e territorialidade;
- Educação indígena, processos educacionais e tecnologias de ensino;
- Escola indígena e etnodesenvolvimento;
- Direito humano à educação e gestão democrática da educação;
- História da educação indígena;
- Formação continuada e avaliação de produção acadêmica;
- Eficácia e equidade escolar;
- Etnografia de escolas indígenas; etnografia da gestão educacional;
- Avaliação educacional e psicometria;
- Remuneração docente;
- Organização dos institutos federais;
- Evasão escolar;
- Egressos para o mercado de trabalho;
- Egressos para o ensino superior;
- Filosofia da diferença;
- Acompanhamento de egressos da graduação;
- Ferramentas computacionais para tratamento e acesso aos indicadores do INEP;
- Impacto da creche no desenvolvimento infantil;
- Educação e demografia;
- Antropologia e educação: infância indígena e aprendizagem;
- Representações sociais.

O desenvolvimento articulado do projeto tem propiciado processos de formação que se beneficiam de interações entre graduandos, pós-graduandos, docentes, coordenadores pedagógicos e pesquisadores. Tal projeto vem possibilitando a problematização de questões da educação básica, fortalecendo a relação entre esta e a Universidade e contribuindo para a articulação entre pesquisa, extensão e ensino sobre um mesmo objeto: o processo de alfabetização da criança.

E.A.S.S. Coordenadora do Projeto Obeduc

2.5.2.2. Alguns números dos projetos, segundo o formulário de acompanhamento

Tabela 8. Números de participantes dos projetos apoiados pelo Obeduc

Edital	PPGs	Cursos de Graduação	Doutorado	Mestrado	Alunos de ID	Prof. Ed. Básica
2006	11	7	14	51	15	0
2008	24	51	17	125	134	107
2009	18	25	5	35	84	126
2010	43	102	26	85	188	307
Total	96	185	62	296	421	540

Tabela 9. Obeduc: Produtos concluídos, editais 2006 a 2010

Edital	Nº de teses concluídas	Nº de dissertações concluídas	Nº de monografias concluídas	Nº de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais	Nº de trabalhos apresentados e publicados em anais e eventos	Nº de eventos realizados	Nº de livros publicados
2006	29	90	16	111	248	61	90
2008	12	80	45	110	423	58	105
2010	26	152	112	260	1.285	714	47
Total	67	322	173	481	1.956	833	195

2.5.2.3. Outras produções

Outros trabalhos também foram apontados como produtos no formulário respondido pelos pesquisadores, a saber:

- Eventos organizados (simpósios, oficinas, mesas redondas, colóquios etc): 40 (Edital 2006); 216 (Edital 2008), 134 (Edital 2009) e 454 (Edital 2010).
- Materiais didáticos;
- Sites dos grupos de pesquisa;
- Plataforma-Online;
- Boletins informativos;
- Jogos didáticos;
- Blogs;
- “Problematoteca”: banco de problemas de Matemática;
- Vinhetas de rádio;
- Mídias eletrônicas;
- Podcast;
- Verbetes para dicionários de Libras;
- Curta metragem para *You Tube*;
- Ambientes virtuais de aprendizagem;
- Documentários;
- Cursos de especialização oferecidos pelas equipes;
- Gerenciador de Banco de Dados do Inep;
- Cartilha bilíngue para povos indígenas;
- Revista eletrônica;
- Softwares.

No ano de 2013 a Capes organizou o II Seminário de Coordenadores do Observatório da Educação, pautando questões levantadas pelo formulário aplicado no ano de 2012, tais como: financiamento, operacionalidade do programa e papel dos membros do Obeduc nos projetos.

2.5.3. Principais impactos do Programa

Pelo relato e pelos dados e documentos dos pesquisadores, o Obeduc tem contribuído para elevar a nota de vários programas de pós-graduação nas avaliações da CAPES. Há casos de programas que passaram da nota 4 para 6 na avaliação trienal de 2011, devido às linhas de pesquisa e trabalhos decorrentes do Obeduc.

Outro impacto significativo é a oportunidade de formação continuada para todos os envolvidos e a incorporação de graduandos e professores da rede pública de educação básica que participam das pesquisas em cursos de especialização ou mestrado das IES. Relata-se, também, a seleção de mestres formados com bolsa do Obeduc em programas de doutorado.

Pode-se destacar, ainda, a produção de conhecimento em áreas como:

a) avaliação institucional e da aprendizagem: construção e análise de indicadores de qualidade do ensino-aprendizagem, do trabalho didático e da carreira docente; indicadores de desempenho dos sistemas de ensino; determinantes da qualidade de ensino.

b) educação e desenvolvimento: financiamento da educação; mercado de trabalho e educação; demografia e educação; análise do fluxo escolar; educação e inclusão social;

c) abordagens multidisciplinares de áreas de conhecimentos afins: ciências humanas, ciências da natureza e linguagens;

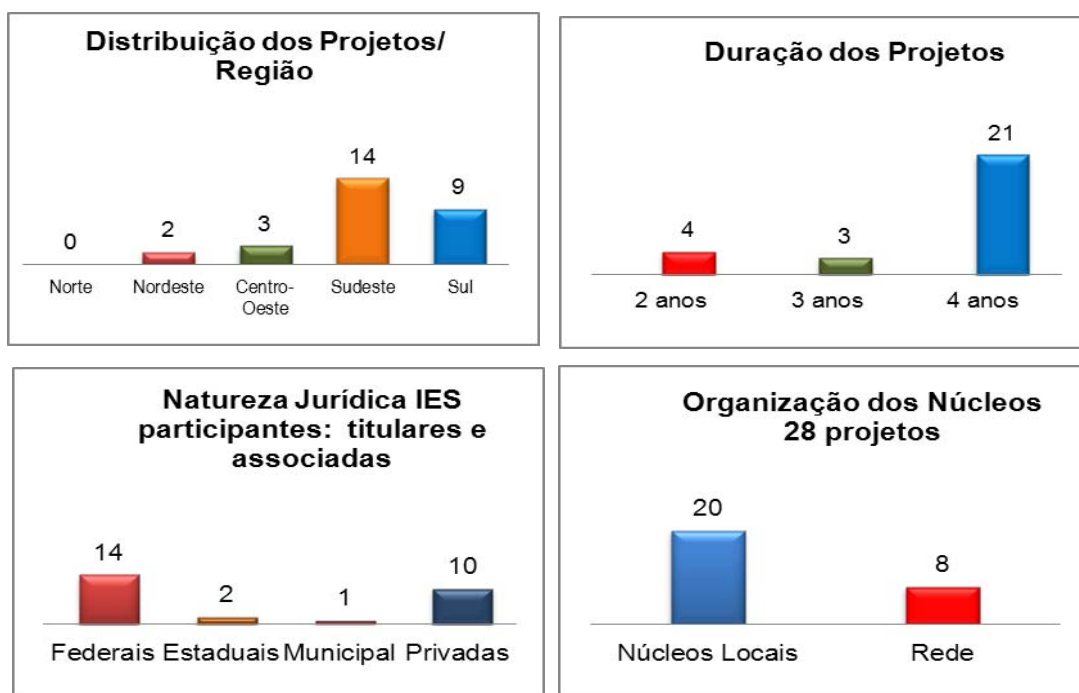
d) alfabetização como um processo essencial ao exercício das práticas sociais de leitura, numeramento, oralidade e escrita, ao sucesso escolar, à inserção no mundo do trabalho e ao pleno exercício da cidadania no complexo mundo em que vivemos; e

e) temáticas relacionadas à diversidade e aos desafios contemporâneos da educação brasileira, incluindo a relação entre educação e pobreza.

A DEB está levantando e organizando a vasta produção decorrente do Programa e dará publicidade dessa expressiva contribuição do Observatório da Educação para a formação de mestres e doutores por meio do *Portal Comunidades* que foi apresentado no II Seminário de Coordenadores do Observatório da Educação, ocorrido em 2013.

2.5.4. Dados de cada edital:

2.5.4.1. O Edital 2006



Gráficos 25. Obeduc: Edital 2006

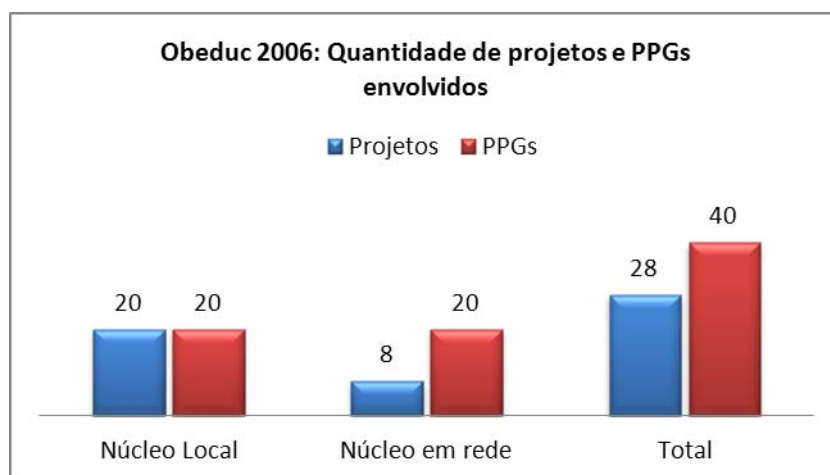


Gráfico 26. Quantidade de projetos e PPGs envolvidos - Edital 2006

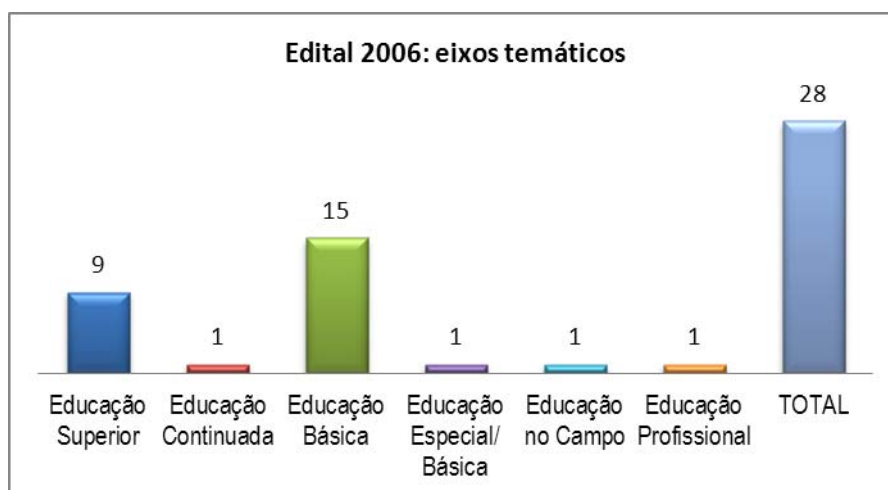


Gráfico 27. Eixos Temáticos, Edital 2006



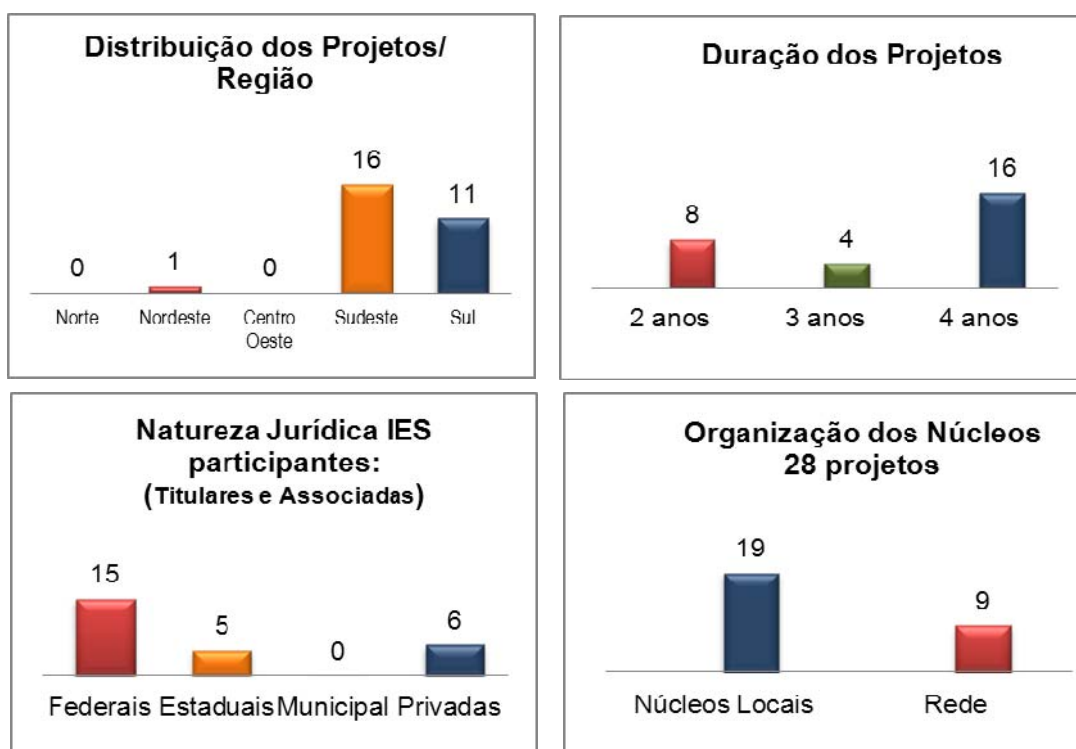
Gráfico 28. Áreas de pesquisa, Edital 2006

Tabela 10. Obeduc 2006: Produtos gerados

Nº de monografias concluídas	Nº de teses concluídas	Nº de dissertações concluídas	Nº de eventos realizados	Nº de livros publicados	Nº de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais	Nº de trabalhos apresentados e publicados em anais e eventos
16	29	90	61	90	111	248

No **ANEXO XII do Volume II**, encontram-se discriminados (1) os projetos do Edital 2006, com a região, o número INEP da IES, a sigla, o nome da IES, o estado, a natureza administrativa da IES, o perfil da IES (conforme o núcleo – local ou em rede – e se titular ou associada); a duração da pesquisa; as IES associadas e o número do auxílio financeiro a pesquisador que repassou o recurso; (2) a planilha com identificação de cada projeto com o número do auxílio financeiro a pesquisador; o nome do coordenador do projeto; a sigla da IES; a UF; município; região; título do projeto; tipo (local ou em rede); duração; IES associadas; eixo temático; áreas e bases de dados do INEP adotadas.

2.5.4.2. O Edital 2008



Gráficos 29.Obeduc: Edital 2008

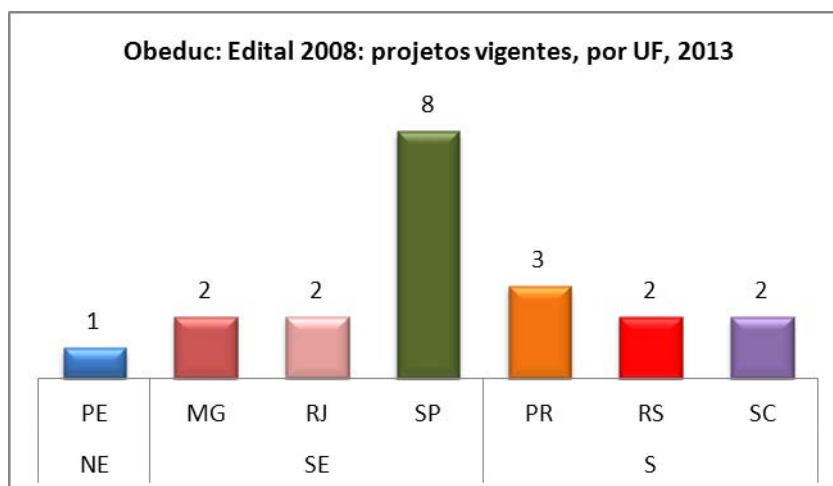


Gráfico 30. Obeduc: Edital 2008 - projetos vigentes em 2013, por UF

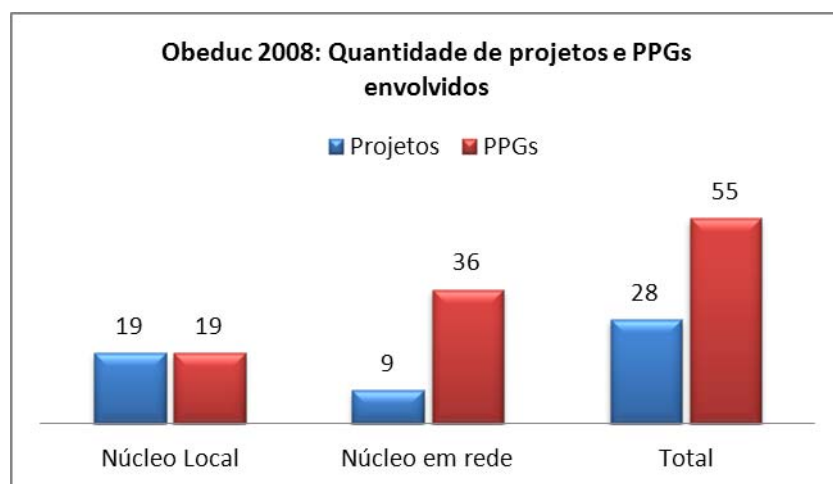


Gráfico 31. Obeduc: Quantidade de projetos e PPGs envolvidos – Edital 2008

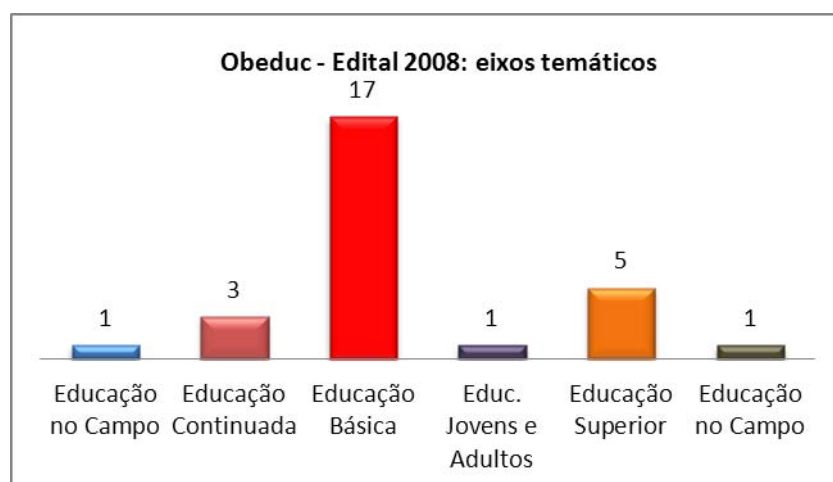


Gráfico 32. Eixos temáticos, Edital 2008

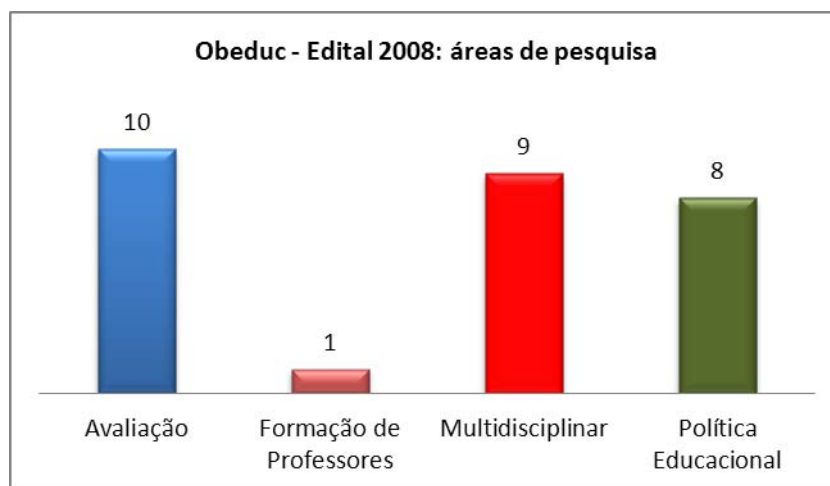


Gráfico 33. Obeduc - Edital 2008: áreas de pesquisa

Tabela 11. Obeduc 2008: Produtos gerados

Nº de monografias concluídas	Nº de teses concluídas	Nº de dissertações concluídas	Nº de eventos realizados:	Nº de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais	Nº de trabalhos apresentados e publicados em anais de eventos
45	12	80	58	110	423

No **ANEXO XIII** do Volume II, encontram-se discriminados (1) os projetos do Edital 2008, com a região, o número INEP da IES, a sigla, o nome da IES, o estado, a natureza administrativa da IES, o perfil da IES (conforme o núcleo – local ou em rede – e se titular ou associada); a duração da pesquisa; as IES associadas e o número do auxílio financeiro a pesquisador que repassou o recurso; (2) a planilha com identificação de cada projeto com o número do auxílio financeiro a pesquisador; o nome do coordenador do projeto; a sigla da IES; a UF; município; região; título do projeto; tipo (local ou em rede); duração; IES associada; eixo temático; áreas e bases de dados do INEP adotadas.

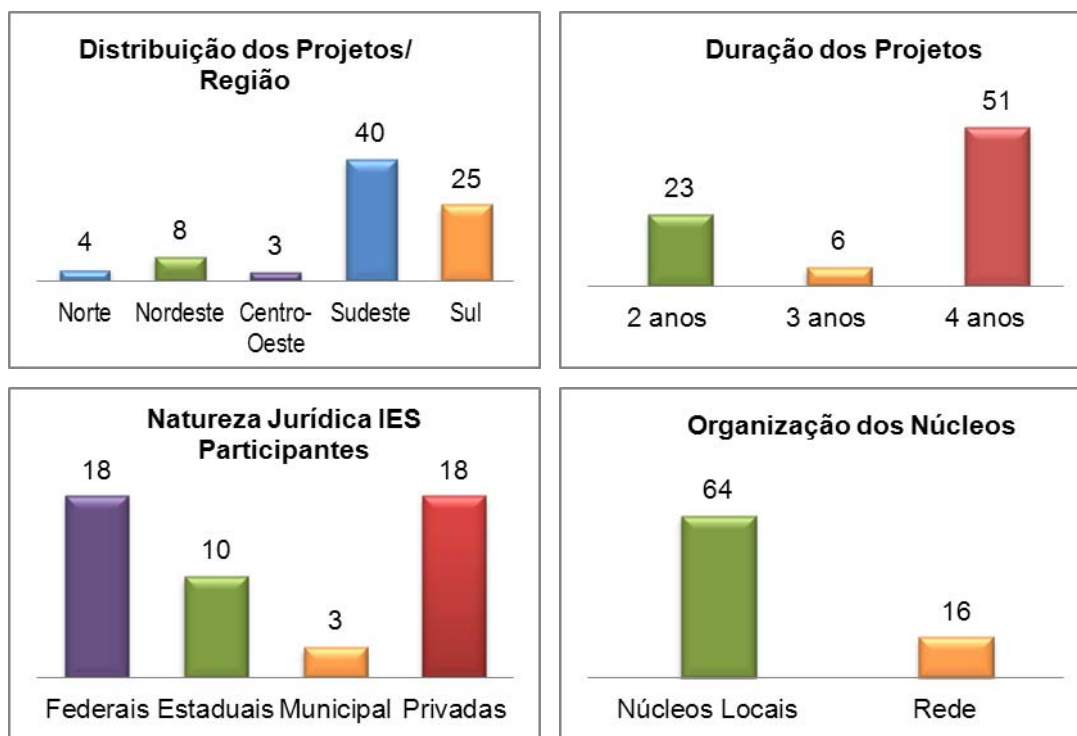
2.5.4.3. O Edital 2009

O edital 2009 foi uma edição especial voltada para o fomento às pesquisas sobre a educação escolar indígena. Neste relatório optou-se por destacar os dados dessa edição em setor separado, tendo em vista o importante destaque com que a questão merecer ser tratada. No próximo capítulo deste Relatório estão registradas as informações referentes ao Observatório da Educação Escolar Indígena.

2.5.4.4. O Edital 2010

O Edital 2010 colocou ênfase na escola básica, chamando a atenção para aspectos estruturantes da educação brasileira apontados pelo IDEB e que merecem especial estudo e ação no sentido de vencerem-se os enormes desafios postos à qualidade do sistema

educacional no país. Para tanto, a Capes ampliou significativamente sua participação no fomento ao programa e foram apoiados 80 projetos.



Gráficos 34. Obeduc: Edital 2010

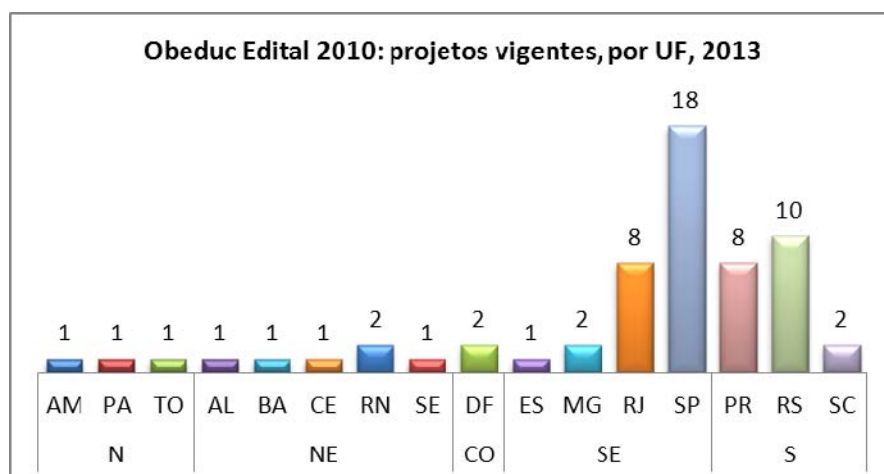


Gráfico 35. Obeduc Edital 2010: projetos vigentes, por UF, 2013

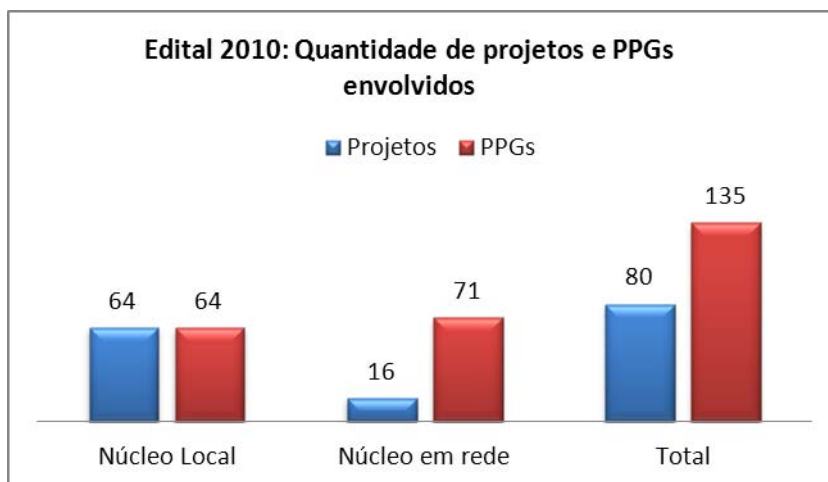


Gráfico 36. Obeduc Edital 2010: quantidade de projetos e PPGs envolvidos

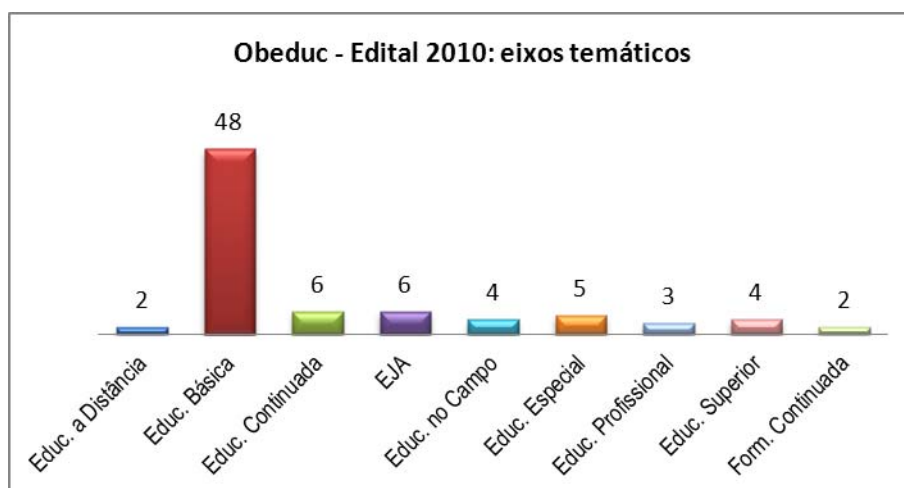


Gráfico 37. Obeduc- Edital 2010: eixos temáticos



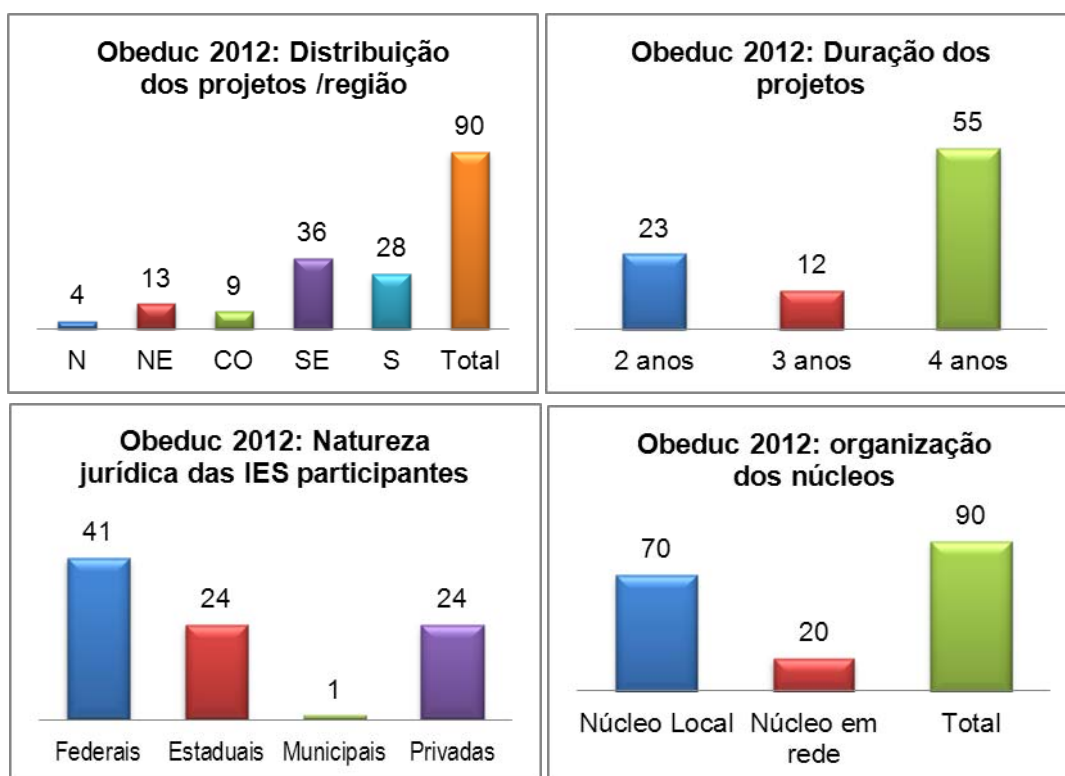
Gráfico 38. Obeduc: Edital 2010 – áreas de pesquisa

Tabela 12. Obeduc 2010: produtos gerados

Nº de monografias concluídas	Nº de teses concluídas	Nº de dissertações concluídas	Nº de eventos realizados	Nº de livros publicados	Nº de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais	Nº de trabalhos apresentados e publicados em anais de eventos
112	26	152	714	105	260	1.285

No **ANEXO XIV do Volume II**, encontram-se discriminados (1) os projetos do Edital 2010, com a região, o número INEP da IES, a sigla, o nome da IES, o estado, a natureza administrativa da IES, o perfil da IES (conforme o núcleo – local ou em rede – e se titular ou associada); a duração da pesquisa; as IES associadas e o número do auxílio financeiro a pesquisador que repassou o recurso; (2) a planilha com identificação de cada projeto com o número do auxílio financeiro a pesquisador; o nome do coordenador do projeto; a sigla da IES; a UF; município; região; título do projeto; tipo (local ou em rede); duração; IES associadas; eixo temático; áreas e bases de dados do INEP adotadas.

2.5.4.5. O Edital 2012



Gráficos 39. Obeduc: Edital 2012

O Edital 2012, cujas propostas foram implementadas em 2013, foi expressivo no que tange à procura e sua abrangência temática.

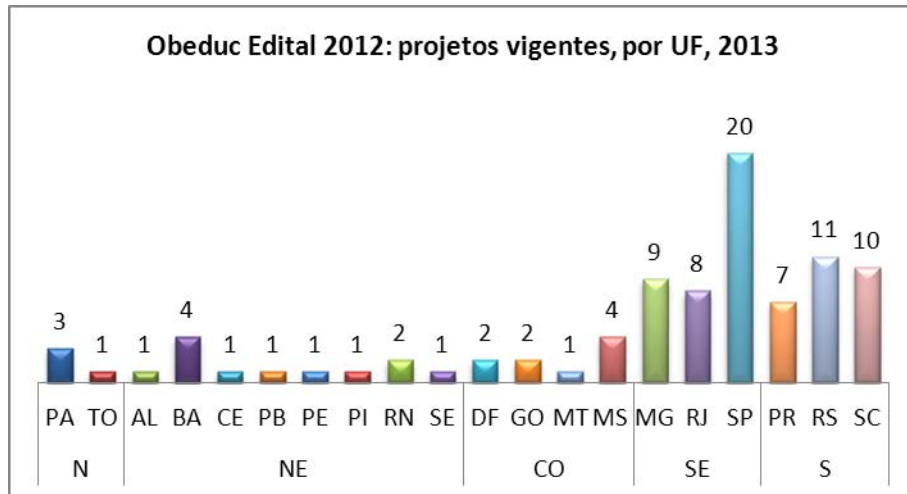


Gráfico 40. Obeduc Edital 2012: projetos vigentes em 2013



Gráfico 41. Obeduc Edital 2012: quantidade de PPGs envolvidos

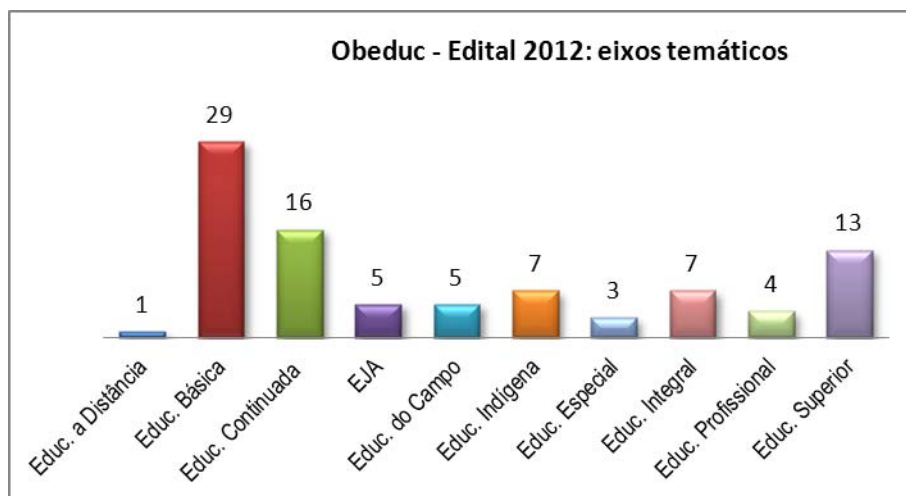


Gráfico 42. Obeduc Edital 2012: eixos temáticos



Gráfico 43. Obeduc Edital 2012: áreas de pesquisa

2.6. Eventos do OBEDUC

Em 2009, houve o lançamento do Edital do Observatório da Educação Escolar Indígena, em 31 de julho, e o II Seminário do Observatório da Educação, dias 29 e 30 de setembro.

2.6.1. III Seminário do Obeduc, em 2011

Em 2011, foram realizados o III Seminário do Programa Observatório da Educação e do I Seminário do Programa Observatório da Educação Escolar Indígena, nos dias 08 e 09 de novembro de 2011, integrando as comemorações dos 60 anos CAPES.

Os objetivos dos Seminários, em linhas gerais, foram:

- verificar o impacto do Programa Observatório da Educação na comunidade acadêmica e na qualidade da educação como um todo;
- compartilhar experiências entre as equipes dos projetos, no que diz respeito à integração entre a pesquisa acadêmica, a universidade e o sistema público de educação básica;
- propor sugestões para os próximos editais do Programa; e
- discutir as formas de acompanhamento e avaliação do Programa a serem implementadas pela Diretoria de Educação Básica Presencial da CAPES.

A dinâmica da programação foi organizada em sessões de apresentação e discussão de trabalhos, mesas redondas, grupos de trabalhos e plenárias.

As pesquisas do Edital 2008 foram socializadas em quatro sessões temáticas, a saber: Formação Docente; Trabalho Docente; Avaliação, Gestão e Políticas Educacionais e Trajetórias e Práticas Educativas. Os artigos compuseram um livreto e estão disponibilizados no sítio da CAPES.

As principais conclusões orientaram os gestores do programa na tomada de medidas de aprimoramento contínuo, dada a legitimidade que o Observatório já alcançou.

Os projetos do Observatório provocaram mudança na ação docente, além de avançar nessas ações para fora da sala de aula, modificando as relações entre os atores das unidades escolares.

2.6.2. IV Seminário do Observatório da Educação

Nos dias 27 e 28 de novembro de 2013, a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica da Capes organizou, em parceria com a Diretoria de Estudos Educacionais do INEP, o **IV Seminário do Observatório da Educação**, reunindo 152 pesquisadores representantes de IES de todo o país, com o objetivo de oportunizar o compartilhamento de experiências entre as equipes dos projetos, no que diz respeito à integração entre a pesquisa acadêmica, a universidade e o sistema público de educação básica.

As palestras proferidas pelo professor José Francisco Soares e pela Diretora de Formação de Professores da Educação Básica – Carmen Moreira de Castro Neves enfocaram a magnitude da pesquisa para a melhoria da educação básica brasileira.

Para melhor organização do evento, os participantes contaram com um *hotsite* - <http://seminarios.capes.gov.br/observatorio-da-educacao.html> com a programação do evento, currículo dos palestrantes, anais do seminário anterior de 2011, resumos expandidos de todos os participantes do evento, boletim com pequenas entrevistas, além das informações úteis de Brasília.



Figura 11. Site do Seminário: <http://seminarios.capes.gov.br/observatorio-da-educacao/programacao.html>

O *hotsite* do evento ainda reuniu resumos expandidos de todos os projetos dos coordenadores de 2010 e 2012, disponíveis para acesso de todos os participantes, sobre as áreas temáticas, totalizando 122 artigos:

- Educação básica (75 artigos);
- Educação superior (11 artigos);
- Educação profissional e tecnológica (4 artigos);
- Educação a distância (2 artigos);
- Educação de jovens e adultos (7 artigos);
- Educação do campo (5 artigos);
- Educação escolar indígena (5 artigos);
- Educação especial (1 artigo);

- Educação integral (2 artigos);
- Educação especial na perspectiva da educação inclusiva (10 artigos).

A seguir, listam-se os títulos dos artigos com o link de acesso para o respectivo texto. O elenco dá uma ideia ao leitor da riqueza de produção acadêmica do Obeduc:

Educação Básica

- [Articulações no Ensino de Ciências a partir da perspectiva CTS na educação básica: desempenho de estudantes, práticas educativas e materiais de ensino - Maria Auxiliadora Machado](#)
- [As Inconsistências na Aprendizagem de Leitura e Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Alicia Bonamino](#)
- [Diagnóstico do repertório de leitura e intervenção com novas tecnologias de ensino para alunos de escolas com baixos níveis na Prova Brasil - Camila Domeniconi](#)
- [A aprendizagem de professores que ensinam matemática com materiais curriculares educativos - Jonei Cerqueira Barbosa](#)
- [A escola e o ensino de história nos faxinais - José Adilçon Campigoto](#)
- [A qualidade da escola pública - um estudo longitudinal para sustentação da responsabilização partilhada em uma rede de ensino - Mara Regina L. De Sordi](#)
- [A repolitização da esfera pública por meio da ação comunicativa - pequenos grupos de pesquisa nas escolas... - Lizete M. O. de Carvalho](#)
- [Alfabetização com letramento - a formação inicial e continuada e trabalho docente nas escolas da rede pública da região sul de Santa Catarina - Leonete Luzia Schmidt](#)
- [Análise da Evolução da Educação Básica a partir dos Indicadores de Fluxo e Proficiência - Eduardo Magrone](#)
- [Articulação Educação Superior e Educação Básica - desenvolvimento profissional docente e desempenho de alunos - Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira](#)
- [Avaliação do plano de ações articuladas... - Alda Maria Duarte A. Castro](#)
- [Avaliações Educacionais e o Ensino de Ciências e Matemática - O Enem... - Marta Barroso](#)
- [Ações e reflexões pedagógicas nas ciências naturais... - Bethania Medeiros Geremias](#)
- [Ciências, Linguagens e Atividades Interativas na Educação Básica - Grazielle Rodrigues Pereira](#)
- [Competências e habilidades de leitura - da reflexão teórica ao desenvolvimento e aplicação de propostas didático-pedagógicas - Maria Aparecida G. Lopes Rossi](#)
- [Conhecimento Matemático para o Ensino de Álgebra - uma abordagem baseada em perfis conceituais - Alessandro Jacques Ribeiro](#)
- [Concepções e práticas sobre o letramento: uma pesquisa exploratória e interventiva a partir das interdependências entre avaliações do sistema e a prática pedagógica - Maria Carmen Vilella Rosa Tacca](#)
- [Constituição de uma rede colaborativa e a pesquisa em formação de professores que ensinam matemática - Renata Gama](#)
- [Construindo Redes de saberes na Matemática e na iniciação em ciências - escola e universidade em conexão - Lavínia Schwantes](#)
- [Construção de projetos didáticos de gênero num processo de formação continuada... - Ana Maria de Mattos Guimarães](#)
- [Da avaliação à regulação do ensino e à autorregulação da aprendizagem: concretizando possibilidades - Nadia Aparecida de Souza, Sandra Aparecida Pires Franco](#)
- [Desenvolvimento profissional docente e inovação pedagógica - estudo exploratório sobre contribuições do PIBID - Isabel Maria Sabino de Farias](#)
- [Diagnósticos de conteúdos críticos de Matemática e propostas metodológicas no Ensino Fundamental e Médio - Fábio José da Costa Alves](#)
- [Dimensões e Componentes de Educação - Alberto Albertin](#)
- [Direitos humanos, cidadania e violência - uma estratégia para a articulação da pós-graduação com a educação básica... - José Rocha](#)
- [Educação básica: direito humano e capital social na Amazônia Paraense - Violeta Refkalefsky Loureiro](#)

- [Educação Continuada de Professores de Matemática e a Resolução de problemas - explorando possibilidades - Nielce Menequelo Lobo da Costa](#)
- [Educação matemática de professores que ensinam matemática - Márcia Cyrino](#)
- [Educação matemática nos anos iniciais do ensino fundamental... - Manoel Oriosvaldo de Moura](#)
- [Ensino de Ciências na região da Campanha - contribuições na formação acadêmico-profissional de professores de Química e Física \(Parte I\) - Renata Lindemann](#)
- [Estudos de tendências no ensino de matemática e a formação de grupos de estudos com professores da escola básica – Ieda Maria Giongo](#)
- [Estudos de validade do Exame Nacional do Ensino Médio - Claudette Maria Medeiros Vendramini](#)
- [Estudos e pesquisas de práticas de letramento matemático escolar e de formação docente - Regina Célia Grandó](#)
- [Estudos sobre a importância do ambiente no ensino-aprendizagem - João Lanzellotti Neto](#)
- [Evidências da relação entre investimentos familiares em educação infantil... - Flávio de Oliveira Gonçalves](#)
- [Fatores Determinantes da qualidade de Ensino em Maringá – Pr na disciplina Matemática do Ensino Fundamental - Doherty Andrade](#)
- [Formação continuada de professores alfabetizadores e processos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental... - Cleoni Maria B. Fernandes](#)
- [Formação continuada de professores em ciências e matemática... - Claudia Lisete O. Groenwald](#)
- [Formação continuada para professores da educação básica nos anos iniciais... - Terezinha da Conceição Costa-Hübes](#)
- [Formação de professores e melhoria dos índices de leitura e escrita no ciclo de alfabetização \(1º ao 3º ano do ensino fundamental\) - Marta Nörnberg](#)
- [Impacto da educação infantil nas proficiências dos alunos da rede pública da Grande Vitória - Cristiano Machado Costa](#)
- [Implementação e execução do Projeto "Ler & Educar - formação continuada de professores da rede pública de SC" - Ana Claudia de Souza](#)
- [Indicadores de qualidade do ensino fundamental... - Elton Luiz Nardi](#)
- [Interlocuções entre políticas públicas e ações pedagógicas - limites e possibilidades - Rosane Sarturi](#)
- [Investigando a Formulação e a Resolução de Problemas Matemáticos na Sala de Aula... - Katia Maria de Medeiros](#)
- [Investigando dimensões sócio-contextuais na relação dos alunos do Ciclo I com a matemática e no enfrentamento de dificuldades de aprendizagem - Vinicio Santos](#)
- [Juventude, escola e trabalho: sentidos da experiência escolar e razões da permanência ou da desistência na educação profissional de nível médio - Monica Ribeiro da Silva](#)
- [Linguagem e desenvolvimento sustentável - integrando ciências, língua portuguesa e matemática - Claudianny Noronha](#)
- [Linguagens, códigos e tecnologias - Práticas de ensino de leitura e escrita na educação básica ensino fundamental e médio - Maria Regina Momesso](#)
- [Matemática entre a Escola Básica e a Universidade - Claudia Candido](#)
- [Materiais Curriculares Educativos Online para a Matemática na Educação Básica - Marcelo Almeida Bairral](#)
- [Neurociência e Educação: PROJETO ACERTA - Augusto Buchweitz](#)
- [Núcleo de pesquisa-extensão - formação continuada em leitura, escrita e oralidade - Maria Elena Pires Santos](#)
- [O campo interdisciplinar entre Língua Portuguesa Matemática e Ciências Naturais na Educação Básica especificamente no 9º ano - Amarildo Menezes Gonzaga](#)
- [O desafio de ensinar a leitura no fundamental de nove anos - Claudemir Belintane](#)
- [O ensino da leitura e da escrita em escolas públicas alagoanas... - Maria Inez Matoso Silveira](#)
- [O Habitus de estudar um processo em construção na esfera do letramento familiar - o caso de duas escolas da Região Metropolitana de Natal-RN - Moises Aguirre](#)
- [Observatório de Periferias Urbanas - Maria Isabel Ramalho Ortigão](#)
- [Observatório do Ensino de História em Pernambuco - Ricardo Pacheco](#)

- [Observatório Educação e Cidades: Desigualdades de Oportunidades Educacionais e Dimensões da Alfabetização da Educação Básica no Estado do Rio de Janeiro - Márcio da Costa](#)
- [Orientação de letramento\(s\) e construção de percursos de leitura nos Ensinos Fundamental e Médio... - Maria da Graça Cassano](#)
- [Políticas de Formação de Professores... - Maria de Fatima B Abdalla](#)
- [Política Educacional e Pobreza: Estudo em escolas públicas que atendem a população em situação de pobreza - Natalia de Souza Duarte](#)
- [Políticas Públicas Municipais de Educação Infantil: Diagnóstico e Pesquisa - Anete Abramowicz](#)
- [Problemas no Ensino de Ciências - Educação Continuada de Professores na Amazônia... - João Manoel da Silva Malheiro](#)
- [Produção social da diferença e negação da alteridade: um estudo da violência simbólica nas relações escolares - Fernanda Telles Márques](#)
- [Qualidade no ensino fundamental - uma leitura das condições de efetividade dos sistemas estaduais e municipais de ensino... - Andrea Gouveia](#)
- [Reflexões e práticas pedagógicas nas ciências naturais... - Irlan von Linsingen](#)
- [Relações étnico-raciais, gênero e desigualdade social no ensino fundamental do 6º ao 9º ano em escolas públicas estaduais de Campo Grande – MS - Ruth Pavan](#)
- [Resultados de uma pesquisa longitudinal no âmbito do programa... - Edda Curi](#)
- [Trabalho colaborativo com professores que ensinam Matemática na Educação Básica em escolas públicas das regiões Nordeste e Centro-Oeste - Patricia Sandalo Pereira](#)
- [Um estudo sobre os conhecimentos necessários ao professor para ensinar noções concernentes à probabilidade nos anos iniciais - Ruy C. Pietropaolo](#)
- [Uma ferramenta para apoiar a tomada de decisão de educadores - Anderson Namen](#)
- [Uma investigação sobre o desenvolvimento profissional docente de professores que ensinam matemática - Tânia Maria Mendonça Campos](#)
- [Índices de desigualdade na qualidade da educação básica no Brasil, grandes regiões e unidades da federação - Marlon Gomes Ney](#)

Educação Superior

- [A implantação do projeto Determinantes da equidade... - Robinson Tenorio](#)
- [Abordagens de resolução de problemas - diferentes focos de investigação - Ana Paula Krein](#)
- [Análise da qualidade da gestão acadêmica de cursos de Engenharia através de procedimentos estatísticos multivariados - Wagner Bandeira Andriola](#)
- [Andança - uma caminhada pelo que estamos realizando - Denise Nascimento Silveira](#)
- [Ensino de Ciências e Formação Docente - provocações à ação docente em tempos contemporâneos - Paula Corrêa Henning](#)
- [História da ciência e ensino - abordagens interdisciplinares no Ensino Superior... - Maria Helena Roxo Beltran](#)
- [O Impacto dos Mestrados Profissionais na Qualidade da Educação em Ciências... - Silvania Sousa Nascimento](#)
- [Os Fatores de Acesso e Permanência que envolvem a Formação Docente na UFRGS - Sergio Franco](#)
- [Política, tecnologia e interação social na educação - Tamara Tania Cohen Egler](#)
- [Políticas da Expansão da Educação Superior no Brasil - Deise Mancebo](#)
- [Políticas de avaliação institucional e qualidade da educação superior - Maria Amelia Sabbag Zainko](#)

Educação Profissional e Tecnológica

- [Reflexões metodológicas na implantação de um projeto diagnóstico da qualidade do ensino no PROEJA - Gerson Tavares do Carmo](#)
- [Análise de políticas educacionais - um estudo sobre base de dados e indicadores para a educação profissional e tecnológica - Bernardo Kipnis](#)

- [Educação profissional e evasão escolar... - Rosemary Dore](#)
- [Gestão de sustentabilidade - estudo em institutos federais de educação, ciência e tecnologia \(IFETS\) - Elisete Dahmer Pfitscher](#)

Educação a distância

- [Associação entre a satisfação com o EaD e o desempenho acadêmico... - Luís Eduardo Afonso.pdf](#)
- [M- Learnig - Uma Implantação Inovadora - Sergio Ferreira do Amaral.pdf](#)

Educação de Jovens e Adultos

- [A transdisciplinaridade como alternativa teórico-metodológica para a efetividade da alfabetização e letramento de jovens e adultos no semiárido sergipano - Ada Augusta Celestino Bezerra](#)
- [Desafios da Educação de Jovens Adultos integrada à Educação Profissional... - Maria Margarida Machado](#)
- [Diagnóstico da qualidade de ensino na Educação de Jovens e Adultos - um estudo de caso - Jane Paiva](#)
- [Educação e desenvolvimento desigual - a problemática da vulnerabilidade social entre os jovens de Santa Catarina - Ivo Marcos Theis](#)
- [Escrileituras - um modo de ler-escrever em meio à vida - Sandra Mara Corazza](#)
- [Observatório Alagoano de leitura - os entrelaços possíveis... - Marinaide Lima Queiroz Freitas](#)
- [Observatório Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal - Eduardo José Fernandes Nunes](#)

Educação do Campo

- [A educação do campo em foco - uma análise interdisciplinar da realidade das escolas rurais no sudoeste do Tocantins - Raquel Alves de Carvalho](#)
- [A Educação Superior no Brasil - uma análise interdisciplinar - Mônica Molina](#)
- [Alfabetização Matemática em Escolas Ribeirinhas - formação docente por um ensino educativo - Isabel Lucena](#)
- [Educação no campo: um estudo das relações entre perfil socioeconômico, desempenho escolar e evasão dos alunos das escolas da rede pública no Brasil - Cláudia Souza Passador](#)
- [Realidade das escolas do campo na Região Sul do Brasil - diagnóstico e intervenção pedagógica... - Conceição Paludo](#)

Educação Escolar Indígena

- [Interculturalidade e interdisciplinaridade na educação escolar indígena no Paraná: contribuição à alfabetização, formação de professores e elaboração de materiais didáticos bilíngues - Rosângela Faustino](#)
- [A educação escolar indígena Krahô bilíngue e intercultural - Francisco Edviges Albuquerque](#)
- [Ensino, saberes e tradição - elementos a compartilhar nas escolas da Terra Indígena Xapecó-SC](#)
- [Formação de professores Guarani e Kaiowá - relações entre territorialidade, processos próprios de aprendizagem e escola - Adir Casaro Nascimento](#)
- [Os impactos das línguas indígenas na formação superior indígena - Maria do Socorro Silva](#)

Educação Especial

- [Acessibilidade no Ensino Superior](#)

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

- [A alfabetização e seus avatares - Regina Maria Freire](#)
- [A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros - Sílvia Márcia Ferreira Melettih](#)
- [A escolarização de alunos com deficiência intelectual: políticas públicas, processos cognitivos e avaliação da aprendizagem - Márcia Denise Pletsch](#)
- [Análise sobre o atendimento educacional especializado no Rio Grande do Sul: Os contextos de emergência, a pesquisa e a formação docente - Claudio Roberto Baptista](#)
- [Desafios para a Educação Inclusiva: pensando a formação de professores sobre os processos de domínio da Matemática nas séries iniciais da Educação Básica - Ana Lúcia Manrique](#)
- [Desempenho escolar inclusivo na perspectiva multidisciplinar - Acácio Alexandre Pagan](#)
- [Educação básica e inclusão no Brasil - alguns dados preliminares - Nerli Nonato Ribeiro Mori](#)
- [Uma análise preliminar sobre as estratégias, práticas, serviços e recursos de Tecnologia Assistiva... - Klaus Schlünzen Junior](#)
- [Observatório Nacional de Educação Especial: estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns - Enicéia Gonçalves Mendes](#)
- [Pesquisa e desenvolvimento de recursos de educação e alfabetização de crianças com dificuldades e distúrbios de comunicação e linguagem de etiologia neurossensorial, neuromotora e neurolinguística: 25 anos de progresso - Fernando C. Capovilla](#)

Educação Integral

- [A escola de tempo integral na perspectiva da educação integral... - Antonia Dalva França-Carvalho](#)
- [Práticas de Educação em Espaços Escolares e não escolares e os processos educativos desenvolvidos - Dinora Tereza Zucchetti](#)

O Seminário proporcionou, ainda, em grupos de trabalho, a discussão sobre diferentes temas com o objetivo de compartilhar caminhos e resultados e de fortalecer e valorizar o diálogo entre os pesquisadores, a Capes e o Inep. Os temas discutidos foram:

- Papel dos membros da equipe no desenvolvimento da pesquisa;
- Articulação e gestão interna dos projetos em rede;
- Articulação entre pós-graduação e educação básica;
- Especificidades do desenvolvimento das pesquisas;
- Impacto da pesquisa nos diferentes contextos educacionais;
- Disseminação do conhecimento produzido pelos projetos; e
- Otimização/planejamento do recurso de custeio.

Ao final do evento, um representante do grupo de trabalho foi convidado a compartilhar os principais tópicos debatidos com os demais participantes disseminando o conhecimento para todo o público do evento.

Para a divulgação dos resultados produzidos pelos projetos anteriores, fomentados pelo Obeduc, foi distribuído um CD a cada participante do evento contendo os “Anais do III Seminário do Obeduc e do I Seminário do Observatório da Educação Escolar Indígena”, realizado na Capes em 2011.

O evento representou uma oportunidade para o compartilhamento dos resultados das pesquisas, evidenciando os impactos do Programa Observatório da Educação com apontamentos para a melhoria do processo de gestão dos projetos em andamento.

A Comunicação Social fez a cobertura do evento com o registro das notícias no site da Capes e a formatação de um boletim com a entrevista de cinco coordenadores representantes de diferentes instituições de ensino superior e pesquisadores de diferentes eixos temáticos.

As notícias divulgadas no site da Capes podem ser acessadas através dos links abaixo:

- 1) Obeduc se firma como programa de estímulo a pesquisas voltadas à formação de recursos humanos em educação. Publicada por Coordenação de Comunicação Social da Capes. Quarta, 27 de Novembro de 2013. 17:10

Link: <http://www.capes.gov.br/36-noticias/6661-obeduc-se-firma-como-programa-de-estimulo-a-pesquisas-voltadas-a-formacao-de-recursos-humanos-em-educacao>

- 2) Boletim: Observatório da Educação articula pós-graduação e educação básica para tratar de inclusão e diversidade. Publicada por Coordenação de Comunicação Social da Capes. Quinta, 28 de Novembro de 2013, 14:11.

Leia no Boletim do Obeduc as entrevistas com professores que avaliam a importância do Observatório no apoio aos diferentes projetos de pesquisa realizados no país. Link: <http://www.capes.gov.br/36-noticias/6665>

"Desenvolvemos tecnologia e conhecimento na universidade e aplicamos essa tecnologia/recursos na educação para melhoria da qualidade, do rendimento das crianças. Graças ao apoio do Observatório da Educação, publicamos 60 livros, desenvolvemos 40 softwares, publicamos 20 teses e dissertações, os livros foram distribuídos a 70 mil crianças surdas de todos os municípios do Brasil. Se tinha uma escola com dois surdos, ali foi distribuído nosso dicionário de libras, que pesa 7 kg". Fernando Capovilla, coordenador – Edital 2010.. distribuídos a 70 mil crianças surdas de todos os municípios do Brasil. Se

2.7. Perspectivas para o Observatório da Educação em 2014

O sucesso do Obeduc evidencia-se na grande quantidade de pedidos provenientes das diferentes áreas educacionais por editais específicos. Todavia, o Obeduc é operacionalizado por três servidores da Capes e o crescimento fica condicionado não somente às questões financeiras, mas à capacidade de gestão operacional de um programa tão amplo, diverso e com rotina diária com muitos procedimentos. Além disso, por haver projetos de até 4 anos, a um novo edital somam-se os projetos que estão em vigência.

Em 2014, pretende-se lançar, no segundo semestre, novo edital que terá início em 2015. Neste inteiro a equipe trabalhará na análise dos produtos e dos resultados do programa, bem como na nos relatórios de cumprimento de objeto enviados pelas instituições parceiras. Outra importante ação que foi iniciada em 2013 e que terá continuidade em 2014 é o estudo do programa por consultor externo, contratado por edital Unesco.

Esse consultor terá como foco o estudo dos produtos obtidos, das principais linhas que incidem as pesquisas, dos resultados alcançados e do impacto do programa na produção de conhecimento no campo educacional. Também faz parte do trabalho deste consultor o estudo do desenho metodológico do programa, dos instrumentos de avaliação utilizados, dos mecanismos de acompanhamento e gestão do Obeduc na Capes.

Desafio para o Obeduc é dar visibilidade à produção alcançada pelo programa. Para tanto, o Portal Comunidades será utilizado como um veículo relevante da disseminação dessa produção, dando destaque aos artigos publicados, às dissertações e teses, às metodologias aplicadas e às diferentes linhas temáticas. Espera-se, portanto, um avanço nesta etapa de acompanhamento e divulgação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Observatório da Educação.

Tabela 13. Programas de Pós-graduação que abrigam o Observatório da Educação

Região	IES	PPG
NORTE	UEA	Educação em Ciências na Amazônia
	UEPA	Educação
		Tecnologia, Saúde e Educação.
	UFPA	Ciências Políticas
		Educação
		Educação em Ciências e Matemática
	UFRR	Letras
		Geografia
	UFT	Desenvolvimento Regional
Letras: Ensino de Língua e Literatura		
UNIFAP	Mestrado integrado em desenvolvimento regional	
UNIR	Ciências da Linguagem	
UFAM	Educação	
NORDESTE	UFS	Educação
		Ensino de Ciências e Educação Matemática
	UCSAL	Políticas Sociais e Cidadania
	UECE	Educação
	UEPB	Ensino de Ciências e Matemática
	UERN	Letras
	UESC	Educação Matemática
	UFAL	Educação
	UFBA	Antropologia
		Difusão do Conhecimento
		Economia
		Educação
		Ensino, Filosofia e História das Ciências
	UFC	Multidisciplinar em Estudos étnicos africanos
		Educação
	UFPB	Engenharia de Teleinformática
		Educação
	UFPI	Educação
	UFRN	Ciências Sociais
		Demografia
		Educação
		Ensino de Ciências e Matemática
		Ensino de Ciências Naturais e Matemática
		Estudos da Linguagem
		Estudos de Tradução
		História
	Letras	
UFRPE	Neurociências	
	Ensino de Ciências	
UNEB	História Social da Cultura Regional	
	Educação e Contemporaneidade	
UNIT/SE	Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação	
	Educação	
UFPE	Psicologia cognitiva	

Região	IES	PPG
CENTRO OESTE	UCDB	Educação
	UEMS	Educação
	UFG	Ciências e Matemática
		Educação
		Letras e Linguística
	UFMS	Educação
		Educação - Mestrado Profissional
		Educação Matemática
	UFMT	Agronegócios e Desenvolvimento Regional
		Educação
		Educação - Mestrado Profissional
		Educação em Ciências e Matemática
		Estudos de Cultura Contemporânea
UNB	Letras	
	Educação	
	Linguística	
UNEMAT	Música	
	Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola	
UNEMAT	Educação	
	UFGD	Educação
SUDESTE	UFRJ	Biofísica
		Educação
		Educação em Ciências e Saúde
		Ensino de Física
		Ensino de Matemática
		Letras
	CEFET/RJ	Planejamento urbano e regional
		Ciência, Tecnologia e Educação
	CEFET/MG	Educação Tecnológica
	FGV	Administração de Empresas
	FUCAPE	Administração de Empresas
		Ciências Contábeis
	PUC/MG	Educação
	PUC/RJ	Educação
	PUC/SP	Educação
		Educação Matemática
		Fonoaudiologia
		Psicologia da Educação
	UCAM	Planejamento Regional e Gestão da Cidade
	UENF	Ciências Naturais
		Cognição e Linguagem
		Políticas Sociais
	UERJ	Sociologia Política
		Comunicação
		Educação
		Educação, Cultura e Comunicação
	UFABC	Políticas Públicas e Formação Humana
		Educação Matemática
		Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática
	UFES	Neurociência e Cognição
		Educação
	UFF	Educação
	UFJF	Ciências Sociais
Direito e Inovação		
Economia Aplicada		
Educação		
Gestão e Avaliação da Educação Pública		
UFMG	Graduação em Educação	
	Antropologia	
	Demografia	
	Educação	
UFMG	Geografia	

	IES	PPG
	SUDESTE	UFRRJ
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares		
UFSCAR		Antropologia Social
		Ciência da Computação
		Educação
		Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial)
		Ensino de Ciências Exatas
UFU		Psicologia
UNESP		Educação
		Comunicação
		Educação
		Educação Matemática
		Educação para a Ciência
UNIBAN		Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem
		Educação Matemática
UNICAMP		Clínica Médica
		Educação
		Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática
UNICENTRO		Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação
		História
UNICSUL		Ensino de Ciências
		Ensino de Ciências e Matemática
UNIFESP		Educação
		Educação e Saúde na Infância e Adolescência
		Ensino em Ciência da Saúde
UNIFRAN		Linguística
UNINOVE		Educação
UNIRIO		Educação
		Memória Social
UNISANTOS		Educação
UNISINOS		Educação
		Gestão Educacional
	Linguística Aplicada	
UNISUAM	Desenvolvimento Local	
UNISUL	Ciências da Linguagem	
	Educação	
UNITAU	Linguística Aplicada	
UNIUBE	Educação	
UNIVALI	Educação	
UNIVERSO/RJ	Ciência, Tecnologia e Educação	
USF	Educação	
	Psicologia	
USP	Administração de Organizações	
	Controladoria e Contabilidade	
	Economia	
	Educação	
	Ensino de Matemática	
UVA	Psicologia Experimental	
	Psicanálise, Saúde e Sociedade	
SUL	FEEVALE	Diversidade Cultural e Inclusão Social
		Inclusão Social e Acessibilidade
	FURB	Desenvolvimento Regional
	FURG	Educação
		Educação Ambiental
		Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde
	PUC/RS	Ciência da Computação
		Economia
		Educação
		Educação em Ciências e Matemática
Engenharia Elétrica		
História da Ciência		
Medicina e Ciências da Saúde		

SUL	IES	PPG
	UDESC	Educação
Música		
UEL	Ciências Sociais	
	Educação	
UEM	Ensino de Ciências e Educação Matemática	
	Educação	
	Educação para a Ciência e a Matemática	
UFFS	Filosofia	
	Psicologia	
UFPEL	Estudos Linguísticos	
UFPR	Educação	
	Ensino de Ciências e Matemática	
UFRGS	História	
	Contabilidade	
UFSC	Desenvolvimento Econômico	
	Educação	
UFSM	Educação	
	Administração Universitária	
	Contabilidade	
	Economia	
	Educação	
	Educação Científica e Tecnológica	
	História	
	Linguística	
Literatura		
ULBRA	Relações Internacionais	
	Educação	
UNESC	Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde	
	Educação Física	
UNIOESTE	Ensino de Ciências e Matemática	
	Educação	
UNIPAMPA	Filosofia	
	Letras-Linguagem e Sociedade	
UNIVATES	Sociedade, Cultura e Fronteiras	
	Bioquímica	
UNOESC	Ensino de Ciências	
	Ensino de Ciências Exatas	
UPF	Educação	
UTP	Educação	



3. Observatório da Educação Escolar Indígena

O Observatório da Educação Escolar Indígena é uma edição especial do Programa Observatório da Educação que fomenta estudos e pesquisas em nível de pós-graduação, com foco na educação básica intercultural indígena e prioridade para a formação de professores e gestores educacionais para os Territórios Etnoeducacionais.

O Edital foi lançado em 31 de julho de 2009 e resulta de parceria entre CAPES, a então Secretaria de Educação Continuada e Diversidade– SECAD e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, que oferece as bases de dados.

Os programas de pós-graduação organizaram-se em Núcleos Locais ou Núcleos em Rede e os projetos tinham duração de até dois anos (2010-2011), entretanto, devido à solicitação da SECADI, às políticas afirmativas do MEC e do Governo Federal e, ainda, à importância da continuidade das pesquisas, foi autorizada a prorrogação de vigência dos projetos por mais 12 meses (2012). As modalidades de bolsas oferecidas são: coordenação institucional de projetos, estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado), estudantes de graduação e docentes da educação básica intercultural indígena.

3.1. Princípios pedagógicos e objetivos do Observatório da Educação Escolar Indígena

A educação escolar indígena deve ser diferenciada da educação indígena. Este último, de modo mais amplo, abarca a complexidade da tradição indígena, da manutenção da cultura dos povos, da transmissão dos saberes sociolinguísticos e dos modos interativos dos índios com a sociedade, o ambiente e a cultura. A educação escolar indígena, em outra via, é direito assegurado aos povos indígenas com objetivo de dar conta da particularidade da condição indígena: tendo conquistado sua parte no direito universal à educação escolar – os índios, como todo cidadão brasileiro, passam a ter direito à educação escolar, enquanto, por outro lado, o Estado passa a ter a obrigação de provê-lo –, conquistam também o direito de que a escola respeite sua cultura, língua e processos próprios de ensino e aprendizagem. (COHN, 2005)⁴.

Os processos investigativos sobre a educação escolar indígena, pela via do Observatório da Educação Escolar Indígena, visam dar visibilidade aos elementos constitutivos dessa prática educativa, das especificidades do processo ensino-aprendizagem, do impacto das políticas públicas para educação escolar indígena, bem como na produção de conhecimento sobre a educação escolar voltada aos povos indígenas.

Nessa vertente, são objetivos do Observatório da Educação Escolar Indígena:

- a) Estimular a produção acadêmica, a formação de recursos graduados e pós-graduados, em nível de mestrado e doutorado, e fortalecer a formação dos

⁴ COHN, C. Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa. In: *Perspectiva Revista do Centro de Ciências da Educação*, vol. 23, n. 2, 2005.

profissionais da educação básica intercultural indígena, por meio de financiamento específico, de maneira a contribuir para a ampliação e consolidação do pensamento crítico estratégico e o desenvolvimento da educação pública.

- b) Contribuir para a implantação e o fortalecimento dos Territórios Etnoeducacionais e promover o desenvolvimento de programas de graduação e pós-graduação *stricto sensu* e de redes de pesquisa no país que tenham como eixos de investigação:
- a formação de professores e gestores de educação;
 - a abordagem interdisciplinar de problemas de ensino-aprendizagem implicados na interculturalidade e nos usos bilíngues/multilíngues e nos processos próprios de aprendizagem das comunidades indígenas.
- c) Apoiar a formação de pesquisadores capacitados para atuar na área de gestão de políticas educacionais, avaliação educacional e formação de docentes da Educação Superior e da Educação Básica Intercultural Indígena;
- d) Promover e implementar:
- a formação inicial e continuada de professores, preferencialmente indígenas;
 - a inserção e a contribuição destes profissionais nos projetos de pesquisa em educação; e
 - a produção e a disseminação de conhecimentos que priorizem atividades teórico-práticas presenciais e semipresenciais centradas em distintas experiências dos sujeitos envolvidos, como: cursos, oficinas, produção conjunta de material didático, paradidático e objetos de aprendizagem nos formatos impresso e digital.
- e) Promover a formação dos professores dos cursos de licenciatura intercultural, visando ao fortalecimento da identidade, qualificação, valorização e expansão da carreira docente na Educação Básica e Superior Intercultural.
- f) Estimular o estabelecimento de parcerias e consórcios interinstitucionais que explorem ou articulem as bases de dados do INEP, como subsídio ao aprofundamento de estudos sobre a realidade educacional brasileira e fontes estratégicas para a tomada de decisão de gestores e educadores comprometidos com a melhoria de qualidade da educação pública.

3.2. Referências legais

- [Portaria nº 248](#), de 19 de dezembro de 2011. Normas de concessão de bolsas de estudo em função da maternidade.
- [Portaria Nº097](#), de 06 de maio de 2010. Estabelece os valores das bolsas concedidas no âmbito do programa Observatório da Educação e Observatório da Educação Escolar Indígena.
- [Portaria nº 028](#), de 27 de janeiro de 2010. Regulamento da Concessão do Auxílio Financeiro a Projeto Educacional e de Pesquisa – AUXPE.
- [Edital nº01/2009/CAPES/SECAD/INEP](#), de 03 de agosto de 2009, publicado no DOU nº 146, Seção 3, página 33.
- [Portaria nº 90](#), de 30 de julho de 2009, publicada no DOU nº 146, de 03 de agosto de 2009, Seção 1, página 11.
- [Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009](#). Dispõe sobre pagamento de diárias na país.

- [Portaria Conjunta Capes/CNPq nº 001](#), de 12 de dezembro de 2007. Autoriza bolsistas a atuarem como tutores da UAB.
- [Portaria Conjunta nº 001](#), de 11 de março de 2004. Autoriza a manutenção da bolsa aos os bolsistas da CAPES e do CNPq que atuem como professores substitutos.

3.3. Participantes

Instituições de educação superior, públicas ou privadas, que tenham programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES. A equipe do projeto é composta por professores pesquisadores, estudantes de mestrado, doutorado, estudantes de graduação, preferencialmente de licenciatura intercultural, e professores em efetivo exercício na educação básica intercultural indígena.

A lista de instituições participantes encontra-se no **ANEXO VI** deste Volume.

3.4. Financiamento

A exemplo do Observatório da Educação, foram concedidas cinco modalidades de bolsas no Obeduc Indígena: professor coordenador (R\$ 1.500,00); estudante de doutorado (R\$ 1.800,00); estudante de mestrado (R\$ 1.200,00); docente da educação básica (R\$ 765,00) e estudante da graduação (R\$ 400,00).

3.5. Resultados do Observatório da Educação Escolar Indígena

3.5.1. Principais números

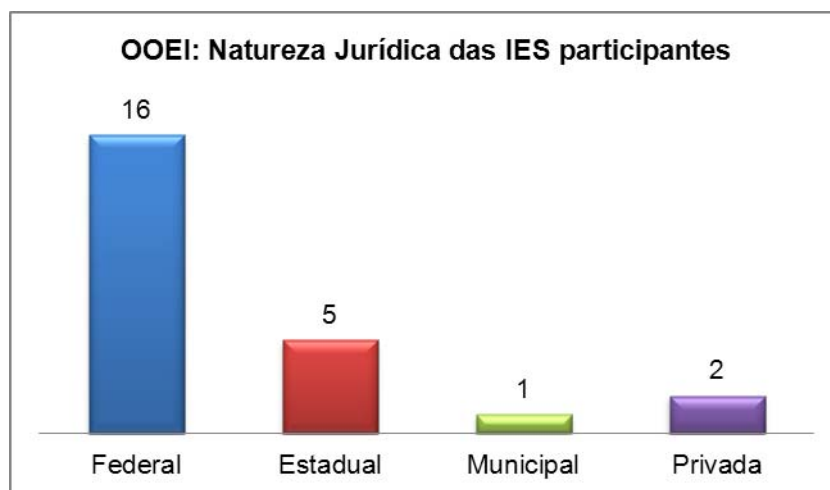


Gráfico 44. Observatório da Educação Escolar Indígena: Natureza Jurídica das IES participantes



Gráfico 45. Observatório da Educação Escolar Indígena: Núcleos

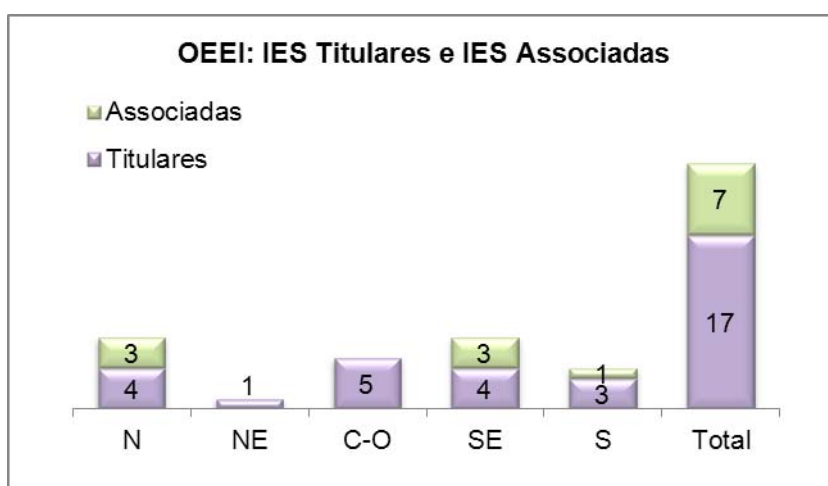


Gráfico 46. OEEI: IES Titulares e Associadas

Tabela 14. Observatório da Educação Escolar Indígena: Sede da IES e Territórios Etnoeducacionais

Sede da IES e Territórios Etnoeducacionais			
MS	Cone Sul	SC	Médio Paraná e Planalto Meridional Brasileiro
BA	Nordeste 1	TO	Timbira
SC	Planalto Meridional Brasileiro e Médio Paraná	AM	Baixo Amazonas e Alto Rio Negro
SP	Leste	MS	Cone Sul
SP	Amazônia Oriental (Tupi) e Alto Rio Negro	GO	Tocantins Xingu
SP	Alto Xingu	PR	Planalto Meridional
RR	Maciço Guianense Ocidental	MG	Território Leste e o território Guarani-Mbyá
MT	Os pertencentes a Mato Grosso.	DF	Alto Solimões, Juruá e Purus
PA	Amazônia Oriental (Tupi)		

Tabela 15. Produtos concluídos pelos projetos apoiados no OEEI

Produções	
Teses de doutorado	4
Dissertações de mestrado	16
Monografias	6
Livros publicados	13
Capítulos de livros	20
Trabalhos em eventos científicos	196

A DEB está levantando e organizando a vasta produção decorrente do Programa e dará publicidade por meio do *Portal Comunidades*, mas pode-se perceber, a partir do relatório técnico elaborado pela SECADI, com base na planilha de indicadores dos projetos e dos relatórios de prestação de contas no ano 2010, que *“os resultados até aqui avaliados revelam resultados importantes. Houve uma substantiva mobilização da comunidade acadêmica, com orientadores, mestrandos, doutorandos, professores da educação básica indígena e alunos de graduação envolvidos nos projetos. Esses bolsistas estão envolvidos em uma expressiva produção acadêmica, concentrada especialmente nas teses, dissertações e monografias ainda em elaboração”*⁵.

São as seguintes áreas de concentração contempladas pelos projetos em andamento:

- a) Territórios Etnoeducacionais como modelo de gestão pública da educação básica que tenha a territorialidade indígena como referencial para a articulação interinstitucional e gestão pública da educação;
- b) Análise das propostas pedagógicas e curriculares das escolas indígenas a partir dos referenciais da interculturalidade, do bilinguismo/multilinguístico, da participação comunitária e da diferenciação, com prioridade para educação infantil, alfabetização e para o ensino médio integrado;
- c) Avaliação institucional e da aprendizagem, indicadores de qualidade do ensino-aprendizagem, do trabalho didático e da carreira docente,
- d) indicadores de desempenho dos sistemas de ensino;
- e) Educação e etnodesenvolvimento: financiamento, demandas específicas dos territórios e comunidades indígenas, demografia, ensino intercultural, fluxo escolar e institucionalização do reconhecimento da sociodiversidade;
- f) Abordagens multidisciplinares de áreas de conhecimentos afins: ciências humanas, ciências da natureza, línguas e literatura;
- g) Usos linguísticos nas práticas pedagógicas e curriculares das escolas indígenas;
- h) Análise da organização e funcionamento das escolas indígenas;
- i) Materiais didático-pedagógicos específicos ou não, com ou sem uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação, de acervos do “Portal do Professor” ou afins;
- j) Instâncias de participação e controle social indígena nos órgãos que desenvolvem políticas educacionais;
- k) Os processos próprios de aprendizagem nas práticas pedagógicas dos professores indígenas.

⁵ ANDRADE, Adriana Carvalho de. Documento Técnico contendo sistematização de informações e dados produzidos pelas IES que responderam ao Edital do Observatório da Educação Escolar Indígena. Brasília. Junho, 2011.

3.6. Seminário do Observatório da Educação Escolar Indígena 2011: principais discussões.

O I Seminário do Programa Observatório da Educação Escolar Indígena foi realizado nos dias 08 e 09 de novembro de 2011, juntamente com o III Seminário do Programa Observatório da Educação e integrou as comemorações dos 60 anos CAPES.

Os objetivos do Seminário foram:

- a. verificar o impacto do Programa Observatório da Educação na comunidade acadêmica e na qualidade da educação como um todo;
- b. compartilhar experiências entre as equipes dos projetos, no que diz respeito à integração entre a pesquisa acadêmica, a universidade e o sistema público de educação básica;
- c. propor sugestões para os próximos editais do Programa; e
- d. discutir as formas de acompanhamento e avaliação do Programa a serem implementadas pela Diretoria de Educação Básica Presencial da CAPES.

O evento foi planejado para o seguinte público: coordenadores institucionais dos Editais 2008, 2009 e 2010; professores da educação básica dos Editais 2008 e 2009; parceiros da SECAD e INEP.

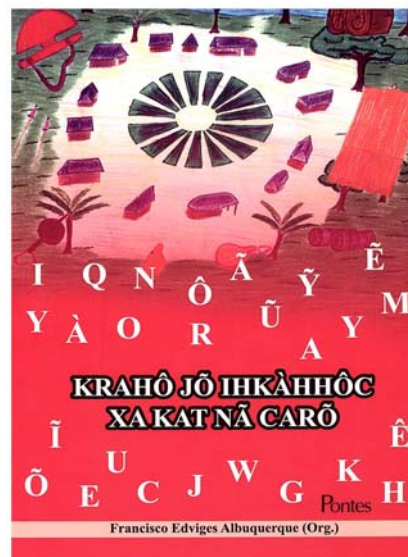
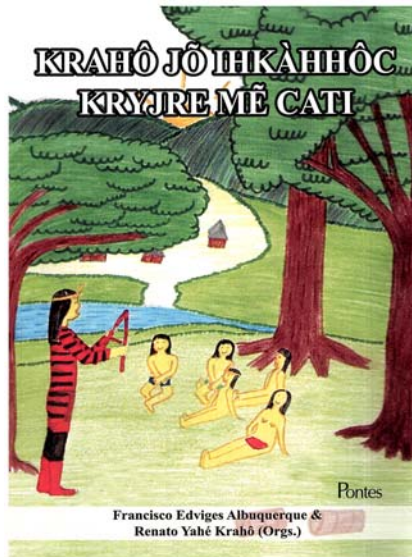
As pesquisas do Edital 2009 foram socializadas em 2 sessões temáticas sobre Educação Escolar Indígena, totalizando 14 artigos apresentados e discutidos pelos participantes.

3.7. Projeção para 2014

Em 2014 não há previsão de lançamento de novo edital especial do Observatório da Educação Escolar Indígena. Esse fato se deve à impossibilidade de a Capes atender a todas as áreas que desejam editais específicos. Entretanto, para que as pesquisas nessa área continuem com o fomento desta agência, a temática será contemplada como um eixo do Edital geral que será lançado no final de 2014 para implementação das propostas em 2015.



Figura 12. Observatório da Educação Escolar Indígena/ UNEMAT



Figuras 13. Produções do Núcleo de Estudo e Pesquisa com Povos Indígenas - Campus de Araguaína

4. Apoio ou parceria em Programas de outras diretorias e órgãos



Há um conjunto de programas em que a DEB atua não como gestora nem protagonista, mas como apoiadora ou parceira de outras diretorias da Capes ou outros órgão do MEC, sempre que demandado. Na sequência, apresentam-se algumas dessas parcerias.

4.1. Programa de Apoio a Eventos no País – Paep

O Programa de Apoio a Eventos no País – Paep está sob responsabilidade da Diretoria de Bolsas no País – DPB e visa impulsionar a realização de eventos científicos, tecnológicos e culturais de curta duração, de abrangência local, estadual, regional, nacional e/ou internacional, por meio da concessão de auxílio financeiro às comissões organizadoras.

Na origem, o programa era voltado apenas a eventos de pós-graduação. A partir de 2010, o edital passou a contemplar também instituições que trabalham com formação de docentes da educação básica.

Importa ressaltar a sinergia do Paep com outros programas da DEB, em especial, Pibid e Observatório da Educação. O crescimento do Pibid, por exemplo, tem gerado seminários de âmbito estadual, regional e nacional ou grandes eventos que unem áreas de conhecimento, com o apoio do Paep.

Já no primeiro ano de acolhimento de propostas de educação básica, a demanda por eventos relacionados à educação básica surpreendeu. Em 2010 foram homologadas 76 propostas com estimativa de público de 143.488 pessoas; em 2011, foram acolhidos 122 pedidos, com alcance potencial de 162.620 pessoas; em 2012, 133 eventos foram recomendados e em 2013, 224.

4.2. Britannica on line

Em colaboração com a Coordenação-Geral do Portal de Periódicos, a DEB articulou o projeto *Britannica on line*, um portal para crianças de seis a onze anos, que cursam o ensino fundamental. Essa proposta sinaliza uma abertura do Portal de Periódicos a professores da educação básica.

Em 2013, a DEB continuou atuando em parceria com o Portal de Periódicos, buscando o aperfeiçoamento contínuo do projeto e motivação para o uso do [Portal](http://escola.britannica.com.br/). (<http://escola.britannica.com.br/>)

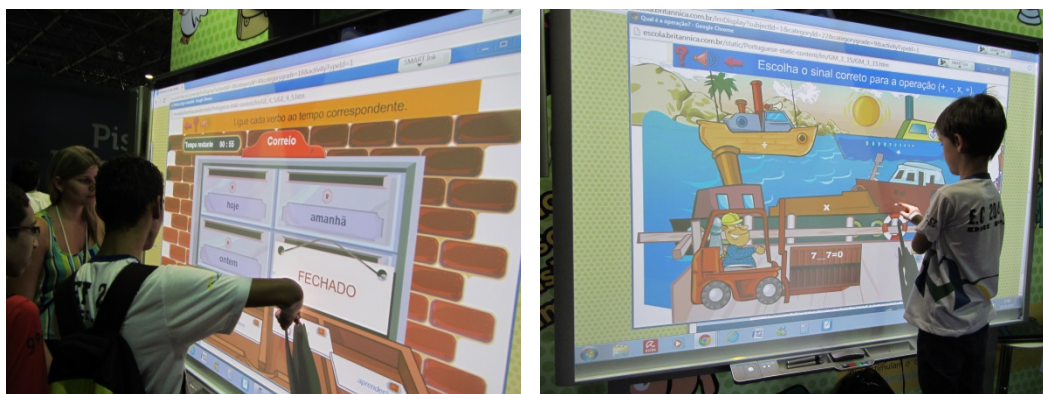


Figura 14. Portal Britannica on Line, no stand da Capes, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, 2013

4.3. Revista Brasileira de Pós-Graduação

Em 11 de julho de 2012, data do aniversário da Capes, foram lançados três volumes da Revista Brasileira de Pós-Graduação que tratam da relação pós-graduação/educação básica.

Os textos mostram como os programas coordenados pela DEB, mesmo em um espaço de tempo curto, estão realmente promovendo a aproximação entre pós-graduação e educação básica, além de gerarem produção de conhecimento e disseminação de boas práticas. As obras sinalizam, também, o potencial de impacto e de aceitação da nova missão da Capes: a formação de professores da educação básica.

- **RBPG 16**

Trata da articulação entre a pós-graduação e a educação básica e abre espaço para a apresentação de pesquisas que vêm sendo realizadas nos programas apoiados pela Capes, como também para a discussão dos desafios da política brasileira de apoio à formação e valorização do docente; e promove a inserção da temática em círculos nacionais especializados.

- **RBPG – Educação Básica – Suplemento 1**

O Suplemento 1 aborda o tema "Políticas Públicas e Diversidade Cultural", engloba 11 artigos apresentados em duas seções: "Políticas, Sociedade e Educação" e "Diversidade Cultural: Educação Indígena".

- **RBPG – Educação Básica – Suplemento 2**

O Suplemento 2 da RBPG destaca o tema "Ensino de Ciências e Matemática e a Iniciação à Docência", e apresenta 11 artigos organizados em duas seções: "Ensino de Ciência e da Matemática: formação e práticas" e "PIBID: experiências e reflexões".

Volumes encontrados em: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/>

4.4. Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI

O Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) é gerenciado pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI). A DEB atuou em algumas reuniões no Brasil e em Portugal e na contratação de uma avaliação externa do programa, atuando como parceira sempre que demandada.

Os dados do PLI são encontrados na DRI.

4.5. Estratégias de Comunicação

Desde 2009, com o apoio da Assessoria de Comunicação Social – ACS, da Capes, a DEB buscou ampliar sua estratégia de comunicação com seus parceiros. Assim, complementou o tradicional envio de documentos impressos com a comunicação *on line* direcionada a reitorias, pró-reitorias, dirigentes municipais e estaduais, com foco especial na Undime e Consed, e a potenciais parceiros e formadores de opinião. Em decorrência dessa ampliação, cresceu a submissão de propostas aos editais, como mostram os dados em cada programa.

Em 2012 e 2011, novas marcas e banners foram criados, para sinalizar uma revitalização dos programas e promover sua divulgação em eventos científicos e educacionais.

A parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação – Consed e com a União dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime tem levado a DEB a participar dos eventos desses dois indispensáveis parceiros nos programas de formação e valorização de professores da educação básica.

4.6. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

Desde 2010, por iniciativa da DEB, a CAPES conquistou um espaço na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCTI.

Em 2013, a DEB esteve presente ao longo de todo o evento. O stand da Capes destacou-se graças ao apoio do Prof. Dr. Eloi Teixeira César, diretor do Centro de Ciências da UFJF, da Universidade Federal de Juiz de Fora, e coordenador do programa Novos Talentos. Os equipamentos financiados pelo programa, com as orientações da equipe do prof. Eloi e de servidores da Capes foram um incentivo às crianças e jovens que circularam nos pavilhões da feira.



Figura 15. Fotos do stand da Capes na SNCT 2013

4.7. Parceria DEB - FNDE

Em 2011, a DEB procurou a Secretaria Executiva do MEC e o FNDE, solicitando que os mesmos equipamentos que fossem distribuídos nas escolas de educação básica da rede pública fossem também enviados aos cursos de formação de professores.

A estratégia visa assegurar que os professores, em especial os participantes do Parfor e do Pibid, saibam, desde seu processo de formação, operar e utilizar pedagogicamente esses recursos didáticos que contribuem para tornar mais lúdico, contemporâneo e efetivo o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, evita-se cobrar do professor o uso de recursos e metodologias que não estiveram presentes em sua formação e garante-se que os investimentos do MEC nas escolas públicas sejam aproveitados pelos alunos e professores.

Sensível à questão, a Secretaria Executiva autorizou e o FNDE repassou, em 2012, para as instituições públicas participantes do Parfor e do Pibid dois computadores interativos do Proinfo por IES.

Em 2013, coleções do Catálogo Raisonée, de Cândido Portinari também foram enviadas, incluindo os Lifes. A parceria precisa ser estendida ao programa de tablets, ao Programa Nacional de Biblioteca Escolar e Programa Nacional do Livro Didático, buscando sinergia entre a formação e a prática do professor da escola pública.

5. Acompanhamento e Avaliação dos Programas

Além das tradicionais atividades de análise de relatórios parciais e de cumprimento de objeto, a DEB adota como forma de acompanhamento dos programas que fomenta visitas *in loco*, atendimento por email e telefonemas, orientações por webconferência, participação em eventos locais, estaduais, regionais e a realização de seminários nacionais. Ademais, a DEB colocou-se a atribuição de buscar apoio para o desenvolvimento de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação das ações que executa com o propósito de:

- acompanhar e avaliar quantitativa e qualitativamente os programas;
- conhecer e dar visibilidade às produções de cada instituição;
- oferecer um espaço de compartilhamento de experiências, materiais educacionais e boas práticas;
- permitir às instituições autoavaliação e benchmarking;
- integrar programas e ações;
- ampliar o diálogo interinstitucional;
- aperfeiçoar os indicadores educacionais dos programas.

Em 2010-2011, a DEB já havia feito uma pré-proposta no Moodle. Todavia o crescimento dos programas e do número de usuários potenciais levou os especialistas em TI a desaconselharem o uso do Moodle, dadas suas limitações. A imagem a seguir ilustra a página inicial do ambiente.



Figura 16. Imagem do ambiente Comunidades no Moodle.

Em 2012, a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI sugeriu a migração para a plataforma Google, de modo a facilitar o acesso de todos os parceiros. A navegabilidade e o uso da nuvem na Internet levaram a essa sugestão e iniciou-se o processo de migração do Moodle para o Google.

No entanto o trabalho ainda não pode ser completado. O desafio atual é receber o apoio da DTI para possibilitar o uso do portal Comunidades pelos servidores e gerentes da DEB e

pelos coordenadores, bolsistas e demais participantes diretos e indiretos dos programas, concretizando, assim, os objetivos que levaram à sua construção.

Com a consolidação de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação de seus programas, a DEB poderá integrar suas ações, ampliando seu alcance, gerando sinergia e promovendo impactos educacionais positivos na educação brasileira.

A logomarca que identifica o Portal Comunidades, sugere o mapa do Brasil com um conjunto de objetos que representam os diversos programas da Capes, gerando um movimento dinâmico de renovação da formação de professores da educação básica.



Figura 17. Logomarca do Portal Comunidades, no Google



Figura 18. Portal Comunidades: página inicial

é o segundo maior programa de bolsas da Capes. Com a implementação das 90.254 bolsas em 2014, passará a ser o maior.

A Capes mantém intenso diálogo com as IES, em especial com as pós-graduações, com as Fundações de Amparo à Pesquisa e as associações científicas e de pesquisa. A DEB ampliou esse diálogo incluindo pró-reitorias de graduação e extensão, Fóruns Estaduais de Formação Docente, o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação – Consed, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, entidades e associações ligadas ao magistério e instituições formadoras de opinião.

- Avaliação de processo:

Além das atividades relatadas no primeiro parágrafo deste capítulo, o acompanhamento contínuo dos programas e dos projetos e a avaliação das frequências de ocorrências levam a DEB a propor um conjunto de ações que resolvem situações, previnem problemas, evitam a vulnerabilidade e mitigam riscos. Nesse contexto, a DEB liderou a redação da Lei nº 12.695/2012 e elaborou, em conjunto com a DED, a proposta de normatização das bolsas de educação básica da Capes.

A diretoria trabalha constantemente na intensificação da comunicação com os beneficiários de seus programas e projetos visando melhorar os controles dos recursos repassados e a repassar. Uma ferramenta que tem permitido a aproximação DEB/beneficiários é o uso do Google Drive cujos formulários têm mostrado excelentes resultados. Por meio dessa ferramenta, são enviados aos beneficiários da DEB questionários nos quais são pesquisadas questões referentes ao desenvolvimento dos programas, aos recursos disponíveis – utilização/ percentual de execução, necessidades futuras etc. Essa estratégia de controle tem permitido acompanhar resultados, estabelecer um melhor fluxo de caixa dos recursos, evitar a devolução de recursos não aplicados pelos beneficiários ao final do ano fiscal e monitorar aqueles que estão com dificuldades de implementar os programas e projetos, e, nesse caso, intervir de forma preventiva.

- Avaliações externas.

Outro mecanismo que tem mostrado bons resultados são as avaliações externas dos programas implementados pela DEB. Uma amostra de turmas do Parfor teve seus projetos pedagógicos avaliados por meio de consultores da UNESCO no ano de 2012.

Em 2013, foi realizada uma avaliação quanti e qualitativa do Pibid, por consultores da Fundação Carlos Chagas, especialistas em formação de professores. A base do trabalho foram aproximadamente 20.000 formulários de respostas enviados, por meio do Google Drive, pelos beneficiários do programa (coordenadores, supervisores e bolsistas de iniciação à docência). Além de avaliarem os resultados alcançados pelo programa, os consultores propuseram indicadores que permitirão um melhor acompanhamento técnico-pedagógico.

Destaque-se que o maior risco ao trabalho da Capes é a ausência de bons planos de carreira do magistério e as condições de trabalho em muitas escolas da rede pública. De um modo geral, os planos existentes não contemplam adequadamente o reconhecimento da formação docente e não atraem jovens para a carreira do magistério. Os programas fomentados pela Capes visam modificar as representações sociais a respeito do papel do professor da educação básica. A aproximação e o diálogo da Capes com o Consed e a Undime e com a Secretaria de Articulação dos Sistemas Educacionais, do MEC, revelam-se estratégicos para apoiar a construção de planos de carreira que valorizem o docente e sua formação.

6. Novos Programas em análise na DEB

Os programas a seguir listados estão em discussão na DEB. Alguns já poderiam estar em andamento, caso os recursos financeiros acompanhassem o crescimento da diretoria.

- **Programa Nacional de Formação de Professores para a Educação Infantil:** Edital de fomento à formação de professores para a educação infantil, considerando a necessidade e as normas em vigor para a expansão da oferta.
- **Programa de Bolsa de Iniciação Júnior:** Edital de chamada a alunos do Ensino Médio para se incorporarem ao Pibid, aos Novos Talentos, às ações de formação das Olimpíadas de Matemática e Química e a outros programas, com o objetivo de atraí-los para a docência e a ciência, a partir de ações de monitoria orientada pelos participantes dos programas citados.
- **Programa Residência Docente:** Expansão do projeto-piloto do Colégio Pedro II a Colégios de Aplicação e outras instituições de referência na Educação Básica. Essa ação insere-se na tendência atual de acompanhar e orientar o professor nos anos iniciais da carreira, etapa em que acontece alto percentual de abandono. A exemplo da residência médica, o programa é indutor da permanência na carreira e de formação continuada do professor, a partir de ações concretas e transformadoras do processo de ensino e aprendizagem.
- **Programa Escolas Afilhadas** – Consiste na adoção de escolas da rede pública de educação básica por programas de Pós-Graduação, especialmente em áreas de Física, Química, Matemática e em outras onde há falta de professores. Reconhecimento do trabalho dos programas de pós na Avaliação Trienal.
- **Programa de Complementação Pedagógica, *on line*,** em rede nacional, para bacharéis e profissionais já formados (engenheiros, químicos, médicos, economistas...) que queriam dar aulas em escolas públicas de ensino médio. O curso combinaria a formação *on line* com a prática nas escolas, concomitantemente. A formação deve trazer temas inovadores, como a contribuição da neurociência para a compreensão dos adolescentes e dos jovens, uso qualificado das TICs na educação e outros. A elaboração dos módulos seria feita por nomes nacionalmente reconhecidos.
- **Programa de Fomento a Projetos Escolares** – Edital para seleção de propostas de escolas públicas de educação básica, organizadas individualmente ou em rede, para apoio à realização de projetos que se configurem como um conjunto de ações intencionalmente planejadas, com caráter pedagógico, científico ou cultural, visando alcançar objetivos educacionais para o coletivo da escola.

Essas e outras propostas serão debatidas e construídas com o CTC – EB e dependem de recursos adicionais e novos servidores.

7. Orçamento e Execução - Período de 2009 a 2013

O orçamento da DEB vem crescendo a cada ano, como se observa na tabela a seguir.

Tabela 16. Evolução da Execução Orçamentária da DEB

Ano	Execução DEB (R\$)	Dif(t=1,t)	Crescimento (t,t+1)
2009	44.811.805,39		
2010	178.967.895,29	134.156.089,90	299,38%
2011	283.190.183,90	104.222.288,61	58,24%
2012	439.807.162,10	156.616.978,20	55,30%
2013	500.798.764,92	60.991.602,81	13,87%

Em 2013, em função do contingenciamento orçamentário e recolhimento de recursos com PI detalhado, houve uma desaceleração no ritmo de crescimento da DEB. Em face dessa situação, muitos programas não puderam ser implementados em sua plenitude e alguns não chegaram a ser iniciados.

Nos principais programas da DEB foram investidos:

Tabela 17. Recursos investidos na DEB - Período 2009-2013

DEB*	2009	2010	2011	2012	2013	Totais
Parfor	12.394.341,09	70.914.408,33	110.987.220,82	162.895.436,02	171.919.765,09	529.111.171,35
Pibid	20.041.950,00	80.398.941,22	138.597.928,92	219.084.614,74	287.900.596,63	746.024.031,51
Obeduc	8.195.310,63	5.851.075,25	18.863.568,37	16.676.004,54	22.687.483,34	72.273.442,13
Prodocência	4.180.203,67	6.729.426,08	2.431.199,85	2.470.474,44	36.200,00	15.847.504,04
Novos Talentos	-	7.788.894,45	2.798.072,00	4.330.579,63	3.265.992,04	18.183.538,12
Projetos Especiais	-	6.329.639,03	9.512.193,94	15.664.809,77	14.133.778,29	45.640.421,03
Life	-	-	-	14.314.025,20	0,00	14.314.025,20
Outras despesas (AAE, diárias, passagens etc)	-	955.510,93	-	4.371.217,76	854.949,53	6.181.678,22
Totais	44.811.805,39	178.967.895,29	283.190.183,90	439.807.162,10	500.798.764,92	1.447.575.811,60

* Os totais não incluem os valores inscritos em restos a pagar não processados.

• Breve histórico das Ações Orçamentárias

Na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o período de 2009 a 2011, o Programa que ancorou o trabalho da DEB foi o 1448- Qualidade na Escola. Nele, estavam incluídas a Ação 009U – Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid; a Ação 20CV - Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica e a Ação 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica, todas sob responsabilidade da CAPES/DEB.

Em 2009, a Ação 6333 foi executada pelo FNDE, mas a partir de 2010, a CAPES tornou-se a unidade gestora dessa ação utilizada na execução dos recursos de custeio do Parfor. A Ação 20CY – Cooperação Internacional para a Educação Básica - cabe à DRI.

No Programa 1061, Brasil Escolarizado, Ação 0A30, foram pagas as bolsas do Parfor.

No Programa 1449, Estatísticas e Avaliações Educacionais, a Ação 4000 foi utilizada pelo INEP para repassar os recursos de custeio do Observatório da Educação – OBEDUC em editais que são fruto da parceria CAPES/INEP.

No Programa 1375, Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, por meio da Ação 4019, que está sob responsabilidade da DPB, custearam-se Editais do Programa Projetos Especiais - **Feiras de Ciências e Mostras Científicas e Olimpíadas Científicas** – e recursos de capital para o Observatório da Educação.

Tabela 18. DEB: Programas e Ações do Orçamento, 2009-2011

Programa 1448 – Qualidade na Escola
• 009U – Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid
• 20CV - Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica
• 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica
• 20CY – Concessão de Bolsas de Cooperação Internacional para o aprimoramento dos profissionais da Educação Básica
Programa 1061 - Brasil Escolarizado
• 0A30 - Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica
Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais
• 4000 – Estudos e Pesquisas Educacionais
Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
• 4019 – Fomento à Pós-Graduação

O PPA 2012 – 2015 trouxe alterações significativas em relação à estrutura adotada pelos planos plurianuais anteriores. Na nova lógica proposta, o Plano Plurianual não deveria espelhar o orçamento, mas sim ser um instrumento de formulação, gestão e implementação das políticas públicas. Para a operacionalização do plano, diversas Ações orçamentárias de órgãos federais foram fundidas e agrupadas em Programas temáticos que reuniram políticas públicas afins. Isso levou a uma redução significativa no número de Ações.

No âmbito da Capes, as ações voltadas à educação básica e que operacionalizam o trabalho da DEB e da DED, foram ancoradas pelo **Programa 2030- Educação Básica**, por meio das Ações **20RO** – Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica – e **20RJ** – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.

Na sequência, são apresentadas informações orçamentárias referentes ao período de 2008 a 2013.

a) Ano de 2008

Como já informado, na gestão 2007-2008, não foram feitos investimentos, conforme indica extração do SIAFI, atualizado em: 31/12/2008 às 17:31:18 h, a seguir.

Tabela 19. Investimentos DEB em 2008

PT Projeto/Atividade	Grupo da Despesa	Dotação Inicial (LEI)	Créditos Suplementares	Créditos Reduzidos	Dotação Autorizada	Empenhado	Destques Concedidos	Empenho Liquidado	Empenho a Liquidar	Crédito Disponível
009U - CONCESSAO DE BOLSA DE INICIACAO A DOCENCIA - PIBID		39.000.000,00	0	-38.400.000,00	600.000,00	0	0	0	0	600.000,00
		39.000.000,00	0	-38.400.000,00	600.000,00	0	0	0	0	600.000,00

b) Ano de 2009

No ano de 2009, a redação do orçamento não atendia adequadamente ao trabalho da diretoria. Somente o Pibid possuía recursos alocados na Capes; Prodocência e Observatório da Educação recebiam recursos descentralizados da SESu e INEP, respectivamente. Para viabilizar a operacionalização dos Programas Prodocência, Novos Talentos, Observatório da Educação e os Projetos Especiais, em 2010, depois de inúmeros esforços junto à Subsecretaria de Planejamento e Gestão do MEC, foi incluída a ação 20CV que permitiu à DEB assumir, com recursos próprios, os referidos programas. A medida deu mais visibilidade aos recursos aplicados.

Em 2009, a DEB investiu os recursos a seguir indicados, por programa.

Tabela 20. Investimentos DEB em 2009.

DEB – Execução 2009	R\$
Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor	12.394.341,09
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid Edital 2007	20.041.950,00
Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência*	4.180.203,67
Programa Observatório da Educação - Edital 2006**	1.269.501,05
Programa Observatório da Educação - Edital 2008**	4.230.122,38
Programa Observatório da Educação Escolar Indígena	2.695.687,20
Total executado em 2009	44.811.805,39

* Inclui repasse da SESu/MEC, parceira do programa.

** Inclui repasse do INEP, parceiro do programa.

c) Ano de 2010

Em 2010, a DEB executou programas com recursos das Ações 009U e 20CV e das Ações da CAPES 0A30 e 6333. Contou, também, com recursos descentralizados do INEP e da SECAD para o Observatório da Educação e Observatório da Educação Escolar Indígena. O FNDE foi parceiro no pagamento das bolsas e custeio do Plano Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada Ação, referentes ao ano de 2010.

Tabela 21. Investimentos DEB em 2010

Programa	Ação	Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas	% Execução
1448	009U	111.462.000,00	80.398.941,22	72,13%
1448	20CV	49.860.000,00	32.788.477,97	65,76%

1448	6333	15.554.200,00	7.780.476,10	50,02%
1061	0A30	58.000.000,00	58.000.000,00	100,00%
	Total	234.876.200,00	178.967.895,29	66,73%

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2010, Extração: 10/01/2011.

* Na Ação 20CV – Custeio, foram empenhados recursos dos editais: Novos Talentos, Prodência e Observatório da Educação, além dos Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica.

Observações sobre o pagamento do capital do Observatório da Educação:

1) O capital do Observatório da Educação foi pago na ação 4019, pois não houve liberação de cota financeira na 20CV no final do ano de 2010;

2) Capital do Observatório da Educação pago na 4019 - Despesa Empenhada - R\$ 628.432,25, Despesa Liquidada - R\$ 560.832,25, Valor Pago - R\$ 491.125,25, Empenho a liquidar - R\$ 67.600,00;

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados nos programas da DEB, em 2010.

Tabela 22. Recursos aplicados por Programa da DEB em 2010.

Ação	Programa DEB	Despesas Empenhadas
20CV	Projetos Especiais - Bolsas	58.100,00
20CV	Projetos Especiais - AUXPE	843.721,00
20CV	Projetos Especiais - Fomento	5.427.818,03
	Projetos Especiais - Total	6.329.639,03
20CV	Prodência - AUXPE	4.715.687,55
20CV	Prodência - Fomento	517.287,44
20CV	Prodência - Convênios (Capital)	1.496.451,09
	Prodência - Total	6.729.426,08
009U	Pibid - Bolsa	68.693.201,04
009U	Pibid - AUXPE	6.224.825,68
009U	Pibid - Fomento	2.118.649,50
009U	Pibid - Convênios	3.362.265,00
	Pibid - Total	80.398.941,22
20CV	Observatório da Educação - AUXPE	1.815.754,69
20CV	Observatório da Educação Indígena - AUXPE	3.406.888,31
20CV	Observatório da Educação - AUXPE (Capital)	628.432,25
	Observatório da Educação - Total	5.851.075,25
20CV	Novos Talentos - AUXPE	7.788.894,45
	Novos Talentos - Total	7.788.894,45
20CV	Despesas diversas (AAE e outros)	955.510,93
	Despesas Diversas - Total	955.510,93
20CV	Parfor - Convênios (Capital)	5.133.932,23
0A30	Parfor Bolsas	58.000.000,00
6333	Parfor - Fomento	987.094,36
6333	Parfor - Convênios	6.793.381,74
	Parfor - Total	70.914.408,33
	Total geral	178.967.895,29

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2010, Extração: 10/01/2011.

- **Sobre a execução em 2010**

Da dotação autorizada para o Pibid na Ação 009U - R\$ 111.462.000,00 -, foram empenhados R\$80.398.941,22, o que representou 72,13%.

Os valores não executados nessa Ação referem-se a bolsas e custeio de instituições de educação superior - IES que atrasaram o início dos trabalhos, seja devido ao período eleitoral, seja por questões de articulação com as secretarias de educação e com as escolas que recebem os bolsistas do Pibid. Entre as 33 instituições comunitárias que foram aprovadas pela Comissão que avaliou os projetos, seis tiveram pendências com a União e não puderam firmar convênio. É importante ressaltar que a CAPES somente repassa os recursos quando todos os documentos obrigatórios estão devidamente assinados e entregues. Com todos esses fatores, os recursos de AUXPEs, convênios e bolsas não começam a ser pagos de forma simultânea. Esses lapsos de tempo, que fogem à governabilidade da CAPES, geram uma perda de execução orçamentária.

Há que se considerar que o Pibid é um programa novo (o Edital de 2007 começou efetivamente a ser pago em 2009) e já representa o segundo maior volume de recursos para bolsas da CAPES. Ressalte-se, ainda, que na graduação muitos professores não tinham experiência de trabalho com a CAPES, tendo sido o Pibid seu primeiro projeto institucional fora do âmbito da docência. Esta Diretoria considera que a experiência adquirida nesses dois anos pelas 124 IES participantes e o trabalho de padronização de procedimentos técnico-administrativos deve contribuir para elevar a tempestividade da execução orçamentária em 2011.

A Ação 20CV começou a ser utilizada em 2010 e sua finalidade é "*Contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da Educação Básica*". Nessa Ação incluem-se, principalmente, os Programas Prodocência, Observatório da Educação, Novos Talentos, Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica e o pagamento de AAEs relativos às atividades da DEB.

A dotação autorizada foi de R\$49.860.000,00. Por solicitação da DEB, uma parte do recurso de custeio foi remanejada para capital (R\$ 10.160.000,00). Somente em outubro foi confirmado esse remanejamento. Segundo dados extraídos do SIAFI, em 10 de janeiro de 2011, foram empenhados R\$ 32.788.477,97, um percentual de 65,76%. Como os editais do Prodocência, Observatório da Educação e Novos Talentos só puderam ser publicados em meados do ano e os resultados foram divulgados em outubro, houve uma retenção dos recursos, com início dos pagamentos acontecendo no final do ano. Em alguns casos, as instituições atrasaram o envio da documentação e não chegou a ser firmado o convênio em 2010 (por exemplo, as 14 instituições estaduais e 3 municipais do Prodocência). Esses fatos geraram impacto na execução orçamentária.

Considerando-se que a 20CV é uma Ação orçamentária nova; que os programas estão em consolidação e expansão; que já existe o desdobramento de recursos de custeio e capital, a equipe gestora da DEB julga que o percentual de 65,76% alcançado em 2010 será fortemente ampliado em 2011. Fundamentam esse julgamento os resultados qualitativos que os programas fomentados por essa Ação estão alcançando no contexto educacional e os processos de padronização de procedimentos técnico-administrativos em andamento na DEB.

As Ações 0A30 (do Programa 1061) e 6333 financiam o Programa Parfor. Na primeira são executados os pagamentos das bolsas do programa e na segunda o custeio. O capital do Parfor - cujo montante em 2010 foi de R\$ 5.133.932,23 - foi pago na Ação 20 CV.

Para a Ação 6333, a dotação autorizada foi de R\$ 15.554.200,00 e as despesas empenhadas foram no valor de R\$ 7.780.476,10, representando uma execução de 50,02%.

Em relação à baixa execução verificada na ação 6333, relativa à execução do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), cabe destacar:

- Os cursos de licenciatura do Parfor são destinados aos professores em exercício das redes públicas da educação básica sem formação inicial adequada à LDB/1996. A projeção de ofertas de vagas em cursos especiais presenciais, para previsão de fomento dos cursos pela CAPES/MEC, foi superestimada por várias Instituições de Ensino Superior (IES) formadoras. Os planos estratégicos da formação inicial, tomados como base pelas IES e elaborados pelos Fóruns Estaduais de Apoio à Formação Docente, apresentam imprecisões e omissões nas demandas, pela ausência de dados confiáveis nos sistemas de ensino, estaduais e municipais, ou por terem como informação principal os dados do Educacenso/INEP, também imprecisos.
- A pré-inscrição dos candidatos aos cursos de formação inicial é feita por meio da Plataforma Freire, sistema informatizado criado pelo MEC para a gestão dos cursos do Parfor. As pré-inscrições dos professores devem ser validadas pela Secretaria de Educação do respectivo sistema de ensino, para envio posterior das inscrições às IES, realização dos processos seletivos e eventual matrícula. A conjugação desses fatores - pré-inscrição, validação e seleção - gera divergências entre as metas físicas - estimada e executada.

A DEB trabalha para superar os problemas apresentados, com um diagnóstico extenso das várias atividades do Parfor. Entre as medidas tomadas e previstas estão a preparação e emissão de documentos normativos, a promoção de reuniões de orientação na CAPES e nos estados, visando melhorar a articulação com os Fóruns Estaduais, IES participantes e Secretarias de Educação.

Para a Ação 0A30, a dotação autorizada foi de R\$ 58.000.000,00 e as despesas empenhadas foram no valor de R\$ 58.000.000,00, representando uma execução de 100,00%.

d) Ano de 2011

Em 2011, a DEB executou programas com recursos próprios nas Ações 009U, 20CV e 6333. Também foram utilizadas outras Ações da CAPES - 0A30 e 4019 – no fomento de suas atividades. Contou, também, com recursos descentralizados pelo INEP por meio da Ação 4000 para o financiamento do Observatório da Educação.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada Ação, em 2011.

Tabela 23. Investimentos da DEB em 2011

PROGRAMA	AÇÃO	Orçamento DEB (Recursos Executáveis)	Recursos Empenhados + Destaques Concedidos	% Execução
1448	009U	145.061.654,60	144.972.858,28	99,94%
1061	0A30	80.000.000,00	77.617.300,00	97,02%
1448	20CV	27.653.663,40	26.733.477,65	96,67%
1448	6333	27.500.000,00	25.366.575,38	92,24%
1375	4019	4.000.000,00	4.000.000,00	100,00%
1449	4000	4.500.000,00	4.499.972,59	100,00%
Total		288.715.318,00	283.190.183,90	98,09%

A dotação inicial da ação 009U foi de R\$ 178.531.624,00. Desse total foram contingenciados, ainda no início de 2011, R\$ 10.000.000,00, restando uma dotação de R\$ R\$ 168.531.624,00. Em agosto/2011 foi solicitado um remanejamento de recursos entre as ações da DEB – a ação 009U cedeu R\$ 23.469.969,40, sendo que a ação 20CV receberia R\$ 11.369.969,40 e a 6333 receberia R\$ 12.100.000,00. Síntese abaixo:

Tabela 24. Síntese dos Remanejamentos Orçamentários nas Ações da DEB

Ação	Dotação Atualizada (R\$)	Total do Repasse da Ação Doadora (R\$)	Decreto (10% do Total da Ação Receptora) (R\$)	Projeto de Lei (R\$)	Dotação Pós-Remanejamento (R\$)	Dotação Remanejada com Cota Orçamentária para Execução (R\$)
009U	168.531.624,00	23.469.969,40			145.061.654,60	145.061.654,60
20CV	25.139.694,00		2.513.969,40	8.856.000,00	36.509.663,40	27.653.663,40
6333	25.000.000,00		2.500.000,00	9.600.000,00	37.100.000,00	27.500.000,00

O remanejamento solicitado por decreto foi liberado dentro do exercício de 2011 e executado nas ações 20CV e 6333. No entanto, o restante do remanejamento de recursos que ocorreria por meio de Projeto de Lei só ocorreu em 27/12/2012 e não foi disponibilizada cota orçamentária para que as ações receptoras do recurso, ações 20CV e 6333, pudessem executá-los. Dessa forma, consideraremos como dotação prevista na ação 009U o valor de R\$ 145.061.654,60, na ação 20CV o valor de R\$ 27.653.633,40 e na ação 6333 o valor de R\$ 27.500.000,00.

Na Ação 20CV – Custeio, foram empenhados recursos dos últimos editais realizados: Novos Talentos, Prodocência e Observatório da Educação, além dos Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica.

A ação 4000 não está sob responsabilidade da DEB. Por meio desta ação, o INEP repassou à CAPES recursos de custeio no valor de R\$ 4.500.000,00 que foram utilizados para o pagamento de despesas de projetos do Programa Observatório da Educação, edições 2008 e 2010, que são fruto da parceria CAPES/INEP.

Os recursos executados no valor de R\$ 4.000.000,00 na Ação 4019 foram aplicados no financiamento dos projetos selecionados por meio dos Editais MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 24/2011 - Apoio à realização de Olimpíadas Científicas e MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 25/2011 - Apoio à realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas. Quando foi firmada a parceria CAPES/CNPq/FNDE para o apoio aos referidos editais foi acordado que a CAPES apoiaria o primeiro edital com R\$ 1.000.000,00 e o segundo com R\$ 3.000.000,00 por meio da Ação 20CV. O FNDE contribuiria com iguais valores para cada edital. No entanto, depois de publicado o edital, o FNDE teve problemas com a liberação de recursos em rubrica compatível com o repasse de recursos ao pesquisador. Visando resolver a questão, a CAPES financiou ambas as partes. Dessa forma, a CAPES repassou um valor total correspondente a R\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de Reais) para a chamada nº 25/2011, de apoio à realização de Feiras de Ciências (R\$ 3.000.000,00 da Ação 20CV e igual valor na Ação 4019) e um valor equivalente a R\$2.000.000,00 (dois milhões de Reais) para a chamada nº 24/2011, de apoio a Olimpíadas Científicas (R\$ 1.000.000,00 por meio da Ação 20CV e igual valor na Ação 4019).

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada programa da DEB, referentes ao ano de 2011.

Tabela 25. Recursos aplicados por Programa da DEB em 2011

Ação	Programa DEB	PI	Empenhado	Destaques concedidos	Empenhado + destaques concedidos
20CV	NT	Novos Talentos - AUXPE	2.798.072,00	0,00	2.798.072,00
Novos Talentos - Total			2.798.072,00	0,00	2.798.072,00
20CV	Obeduc	Obeduc - Graduação	6.773.130,00	0,00	6.773.130,00
20CV	Obeduc	Obeduc - Doutorado	1.445.400,00	0,00	1.445.400,00
20CV	Obeduc	Obeduc -Mestrado	2.856.000,00	0,00	2.856.000,00
20CV	Obeduc	Obeduc -AUXPE	713.666,50	0,00	713.666,50
20CV	Obeduc	Obeduc - Indígena - AUXPE	2.575.399,28	0,00	2.575.399,28
4000	Obeduc	Obeduc -AUXPE (INEP)	4.499.972,59	0,00	4.499.972,59
Obeduc- Total			18.863.568,37	0,00	18.863.568,37
6333	Parfor	Parfor - Fomento	1.655.536,49	12.298.204,11	13.953.740,60
6333	Parfor	Parfor - Convênios	11.412.834,78	0,00	11.412.834,78
009U	Parfor	Parfor - Fomento	0,00	6.374.929,36	6.374.929,36
0A30	Parfor	Parfor - Bolsas	0,00	37.610.100,00	37.610.100,00
0A30	Parfor	Parfor - Bolsas	40.007.200,00	0,00	40.007.200,00
20CV	Parfor	Parfor - Fomento	13.365,00	1.476.091,08	1.489.456,08
20CV	Parfor	Parfor - Convênios	138.960,00	0,00	138.960,00
Parfor - Total			53.227.896,27	57.759.324,55	110.987.220,82
20CV	Projetos Especiais	Proj. Especiais - Bolsas	557.495,00	0,00	557.495,00
20CV	Projetos Especiais	Proj. Especiais - AUXPE	885.049,00	0,00	885.049,00
20CV	Projetos Especiais	Proj. Especiais Fomento	0,00	4.069.649,94	4.069.649,94
4019	Projetos Especiais	Proj. Especiais - Fomento (Termo de Cooperação)	4.000.000,00	0	4.000.000,00
Projetos Especiais - Total			5.442.544,00	4.069.649,94	9.512.193,94
009U	Pibid	PIBID - AUXPE	11.512.553,91	0,00	11.512.553,91
009U	Pibid	PIBID - Fomento	1.201.357,50	1.118.496,28	2.319.853,78
009U	Pibid	PIBID - Convênios	2.635.924,50	0,00	2.635.924,50
Pibid - Total			137.479.432,64	1.118.496,28	138.597.928,92
20CV	Prodocência	Prodocência - AUXPE	1.405.165,53	0,00	1.405.165,53
20CV	Prodocência	Prodocência - Fomento	729.858,27	0,00	729.858,27
20CV	Prodocência	Prodocência - Convênios	296.176,05	0,00	296.176,05
Prodocência - Total			2.431.199,85	0,00	2.431.199,85
DEB 2011: Total geral			220.242.713,13	62.947.470,77	283.190.183,90

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2011, Extração: 6/1/2012.

- **Sobre a execução em 2011**

A execução orçamentária do exercício fiscal de 2011 foi muito superior a de 2010. Em todas as ações orçamentárias a utilização de recursos ultrapassou 90%. Esse sucesso na execução de 2011 está associado a uma melhor estruturação dos Programas Pibid e Parfor – Ações 009U, 6333 e 0A30 – e a um acompanhamento mais eficiente dos programas executados na Ação 20CV.

Nas Ações 6333 e 20CV o volume executado poderia ter sido maior, caso o remanejamento solicitado por meio de projeto de lei tivesse ocorrido em tempo hábil e tivesse vindo acompanhado da disponibilidade orçamentária (a liberação ocorreu dia 27 de dezembro de 2011). Dos R\$ 23.469.969,40 disponibilizados pela ação 009U para remanejamento, apenas R\$5.013.969,40 - remanejados por decreto - foram utilizados. O restante, que corresponde a R\$ 18.456.000,00 – R\$ 8.856.000,00 para a Ação 20CV e R\$ 9.600.000,00 para a Ação 6333 - não puderam ser utilizados.

Da dotação autorizada para o Pibid na Ação 009U – R\$ 145.061.654,60 – foram executados R\$ 144.972.858,28 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 99,94%.

Na Ação 20CV incluem-se, principalmente, os Programas Prodocência, Observatório da Educação, Novos Talentos, Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica e o pagamento de AAEs relativos às atividades da DEB. Nessa Ação são pagas despesas de custeio para todos os programas acima listados e investimentos de Capital para os programas Parfor e Prodocência.

A dotação autorizada acrescida do remanejamento por decreto para esta Ação foi de R\$ 27.653.663,40. Desse total foi executado R\$ 26.733.477,65 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 96,67 %.

As Ações 0A30 (do Programa 1061) e 6333 financiam o Programa Parfor. Na primeira são executados os pagamentos das bolsas do programa e na segunda, o custeio. O capital do Parfor - cujo montante em 2011 foi de R\$ 1.628.416,08 - foi pago na Ação 20CV.

Para a Ação 6333, a dotação autorizada acrescida do remanejamento por decreto foi de R\$ 27.500.000,00. Desse total foram executados R\$ 25.366.575,38 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 92,24%.

Para a Ação 0A30, a dotação autorizada foi de R\$ 80.000.000,00. Desse total foi executado R\$ 77.617.300,00 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 97,02%.

O INEP utilizou a Ação 4000 para honrar a parceria firmada com a CAPES com o objetivo de apoiar o Programa Observatório da Educação (Editais 2008 e 2010). Dos R\$ 4.500.000,00 repassados foram executados R\$4.499.972,59, tendo uma execução próxima de 100%.

Por meio da Ação 4019, que é de responsabilidade da DPB, foram apoiados os Editais MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 24/2011 - Apoio à realização de Olimpíadas Científicas – R\$ 1.000.000,00 – e MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 25/2011 - Apoio à realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas – R\$ 3.000.000,00. Essa Ação foi utilizada em caráter emergencial, tendo em vista que os referidos editais já tinham sido publicados quando o FNDE comunicou a impossibilidade de repassar os recursos previamente acordados. Portanto, dos R\$ 8.000.000,00 destinados aos Editais nº 24/2011 e nº 25/2011, R\$ 4.000.000,00 foram provenientes da Ação 20CV e R\$ 4.000.000,00 da Ação 4019. Face ao exposto, não se apresenta o percentual de execução da última Ação, tendo em vista que a mesma é da DPB e que inclui vários outros programas.

e) Ano de 2012

Em 2012, o orçamento da DEB trouxe incertezas. Uma síntese do orçamento destinado às Ações 20RJ e 20RO, que no âmbito da Capes englobam os recursos da DEB e da DED, é apresentada a seguir:

Tabela 26. Recursos orçamentários destinados às Ações 20RJ e 20RO – Ano de 2012

AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	DOTACAO INICIAL (LEI)	CREDITOS SUPLEMENTARES	CRÉDITOS REDUZIDOS	DOTACAO AUTORIZADA	CRED.DE PROJETOS BLOQUEADO P/CONTROLE INTERNO	DOTAÇÃO DISPONÍVEL
20RJ	Custeio	183.942.444,00	169.331.125,00	-39.608.507,00	313.665.062,00	5.944.618,00	307.720.444,00
20RJ	Capital	15.115.979,00	16.277.634,00	0,00	31.393.613,00	7.046.732,00	24.346.881,00
20RJ Total		199.058.423,00	185.608.759,00	-39.608.507,00	345.058.675,00	12.991.350,00	332.067.325,00
20RO	Bolsas	503.914.935,00	154.690.109,00	0,00	658.605.044,00	0,00	658.605.044,00
20RO Total		503.914.935,00	154.690.109,00	0,00	658.605.044,00	0,00	658.605.044,00
Total Geral		702.973.358,00	340.298.868,00	-39.608.507,00	1.003.663.719,00	12.991.350,00	990.672.369,00

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

A dotação inicial da Ação 20RJ foi de R\$ 199.058.423,00 e após receber créditos suplementares e sofrer bloqueio de créditos para controle interno resultou em recursos de R\$ 332.067.325,00. Um crescimento de 67% em relação ao orçamento definido no PLOA 2012. Esses recursos destinaram-se ao pagamento de despesas com custeio e de capital da DEB e da DED e ao pagamento das chamadas despesas administrativas, tais como passagens, diárias, dentre outras. Todas foram lançadas na Ação 20RJ.

A Ação 20RO teve uma dotação inicial de R\$ 503.914.935,00 e finalizou o ano fiscal com recursos de R\$ 658.605.044,00. Um crescimento de 31% em relação ao orçamento definido no PLOA2012. Esses recursos foram utilizados para o pagamento das bolsas da DEB e da DED.

As informações referentes às aplicações dos recursos orçamentários, que serão apresentadas em sequência, referem-se aos programas da DEB operacionalizados por meio das Ações 20RO, 20RJ, 4019 e 4000. Nas sínteses estão contabilizados apenas a aplicação de recursos realizadas pela DEB - diretoria foco deste relatório - e os recursos empenhados, descentralizados e inscritos em restos a pagar. As despesas administrativas – passagens, diárias e outras, que não puderam ser desmembradas por diretoria, não foram contabilizadas.

Em 2012, a DEB executou programas com recursos próprios nas Ações 20RO e 20RJ e recebeu recursos da Diretoria de Programas e Bolsas – DPB para complementar recursos de capital para o LIFE. Recursos externos foram descentralizados pelo INEP para o financiamento do Observatório da Educação.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada Ação, em 2012.

Tabela 27. Investimentos da DEB em 2012

Origem Recurso	Programa	Ação	Orçamento DEB (Recursos Executáveis)	Recursos Empenhados + Destaques Concedidos+ Inscritos em RP	% Execução
DEB	2030	20RO	247.692.680,00	315.487.266,87	127,37%
DEB	2030	20RJ	89.185.046,00	119.842.444,47	134,38%
DEB Total			336.877.726,00	430.958.494,34	
DPB	2032	4019	1.977.450,00	1.977.450,00	100,00%
DPB Total			1.977.450,00	1.977.450,00	
INEP	2032	4000	2.500.000,00	2.500.000,00	100,00%
INEP Total			2.500.000,00	2.500.000,00	
Total Geral			341.355.176,00	439.807.161,34	128,84%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

O montante de recursos próprios e recebidos de outros setores aplicados por programa da DEB está assim distribuído:

Tabela 28. Recursos aplicados por programa da DEB em 2012

Programa DEB	EMPENHADO + DESCENTRALIZADO + RP NÃO PROCESSADO (R\$)					TOTAL (R\$)	% Recursos por Programa
	AÇÕES DA DIRETORIA			AÇÕES EXTERNAS À DIRETORIA			
	20RO	20RJ		4019	4000		
	Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)	Capital (R\$)	Custeio (R\$)		
Pibid	198.099.682,33	19.131.399,06	1.853.533,35	0,00	0,00	219.084.614,74	50,31%
Parfor	102.769.312,00	60.011.686,68	114.437,34	0,00	0,00	162.895.436,02	37,41%
OBEDUC	13.513.827,54	207.550,00	454.627,00	0,00	2.500.000,00	16.676.004,54	3,83%
Projetos Especiais	1.104.445,00	14.560.364,77	0,00	0,00	0,00	15.664.809,77	3,60%
Life	0,00	12.336.575,20	0,00	1.977.450,00	0,00	14.314.025,20	3,29%
Novos Talentos	0,00	4.330.579,63	0,00	0,00	0,00	4.330.579,63	0,99%
Prodocência	0,00	2.090.283,10	380.191,34	0,00	0,00	2.470.474,44	0,57%
Total	315.487.266,87	112.668.438,44	2.802.789,03	1.977.450,00	2.500.000,00	435.435.944,34	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

- **Ação 20RO**

Na Ação 20RO ocorre a execução orçamentária das bolsas pagas aos programas Pibid, Parfor, Observatório da Educação e Projetos Especiais. Esses programas estão inseridos no objetivo 0597 do PPA 2012 – 2015 e são implementados por meio da iniciativa 02BQ.

No PLOA 2012 estavam previstos recursos na ordem de R\$ 247.692.680,00 para o fomento de bolsas no âmbito da DEB. Após diversas operações orçamentárias, nas quais os recursos para a Ação 20RO foram contingenciados no início do ano e suplementados ao

longo do ano fiscal, antes mesmo que os recursos contingenciados fossem liberados em sua totalidade, a execução orçamentária foi de R\$ 315.487.266,87, aproximadamente 127 % do valor inicial disponibilizado.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em bolsas em cada programa da DEB, referentes ao ano de 2012.

Tabela 29. Recursos da Diretoria aplicados em bolsas por Programa da DEB em 2012

AÇÃO	PROGRAMA	EMPENHADO	RAP NÃO PROCESSADO	Recursos Empenhados + Inscritos em RP	% Bolsas Programa (R\$)/ Total de Bolsas (R\$)
20RO	PIBID	95.401.210,00	15.422.327,00	110.823.537,00	62,79%
20RO	PIBID	27.166.069,33	4.171.426,00	31.337.495,33	
20RO	PIBID	27.850.590,00	4.479.840,00	32.330.430,00	
20RO	PIBID	4.574.740,00	0,00	4.574.740,00	
20RO	PIBID	19.033.480,00	0,00	19.033.480,00	
	PIBID Total	174.026.089,33	24.073.593,00	198.099.682,33	
20RO	PARFOR	85.505.500,00	17.263.812,00	102.769.312,00	32,57%
	PARFOR Total	85.505.500,00	17.263.812,00	102.769.312,00	
20RO	Obeduc	2.094.700,00	387.600,00	2.482.300,00	4,28%
20RO	Obeduc	3.610.945,00	346.437,90	3.957.382,90	
20RO	Obeduc	1.482.876,64	132.000,00	1.614.876,64	
20RO	Obeduc	1.729.400,00	184.000,00	1.913.400,00	
20RO	Obeduc	3.222.300,00	323.568,00	3.545.868,00	
	Obeduc Total	12.140.221,64	1.373.605,90	13.513.827,54	
20RO	PE	770.320,00	0,00	770.320,00	0,35%
20RO	PE	241.100,00	57.900,00	299.000,00	
20RO	PE	25.860,00	0,00	25.860,00	
20RO	PE	9.265,00	0,00	9.265,00	
	PE Total	1.046.545,00	57.900,00	1.104.445,00	
	Total Geral	272.718.355,97	42.768.910,90	315.487.266,87	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

- **Ação 20RJ**

A Ação 20RJ deve ser vista em conjunto com a Ação 20RO que representa a concessão de bolsas. Por meio da 20RJ são financiadas as atividades vinculadas aos programas que, em conjunto com as bolsas, viabilizam o dia-a-dia dos projetos institucionais. Em programas onde não há concessão de bolsas, a Ação 20RJ engloba a totalidade das atividades a serem induzidas e fomentadas. Esses programas estão inseridos no objetivo 0597 do PPA 2012 – 2015 e são implementados por meio da iniciativa 02BQ.

Assim, o custeio e o capital do Parfor, do Pibid, do Observatório da Educação e o custeio dos processos formativos decorrentes das Olimpíadas de Química e do Programa Residência Docente no Colégio Pedro II são pagos com recursos desta Ação. Os programas Novos Talentos, Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - LIFE,

Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência, a Rede Nacional de Educação e Ciência e os Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica também são viabilizados com recursos da Ação 20RJ.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em custeio e capital no ano de 2012.

Tabela 30. Recursos da Diretoria aplicados em custeio e capital por Programa da DEB em 2012

AÇÃO	PROGRAMA	PLANO INTERNO	FOMENTO	RAP NÃO PROCESSADO	RECURSOS EMPENHADOS + DESTAQUES CONCEDIDOS + INSCRITOS EM RP	% CUSTEIO E CAPITAL (R\$)/ TOTAL CUSTEIO E CAPITAL (R\$)
20RJ	PARFOR	PARFOR - AUXPE	Custeio	0,00	1.380.000,00	50,13%
20RJ	PARFOR	PARFOR - FOMENTO	Custeio	16.388.417,13	58.631.686,68	
20RJ	PARFOR	PARFOR - FOMENTO	Capital	51.662,50	114.437,34	
	PARFOR Total			16.440.079,63	60.126.124,02	
20RJ	PIBID	PIBID - AUXPE	Custeio	95.807,81	431.849,07	17,49%
20RJ	PIBID	PIBID - AUXPE	Custeio	235.758,00	10.666.686,68	
20RJ	PIBID	PIBID - FOMENTO	Custeio	336.897,29	1.471.614,73	
20RJ	PIBID	PIBID - INSTITUCIONAL	Custeio	4.260.831,67	6.561.248,58	
20RJ	PIBID	PIBID - AUXPE	Capital	265.280,00	1.545.382,77	
20RJ	PIBID	PIBID - INSTITUCIONAL	Capital	32.000,00	308.150,58	
	PIBID Total			5.226.574,77	20.984.932,41	
20RJ	PE	Projetos Especiais - AUXPE	Custeio	5.781.444,94	14.162.994,94	12,14%
20RJ	PE	Projetos Especiais- PNOQ - AUXPE	Custeio	0,00	200.000,00	
20RJ	PE	Projetos Especiais- SBF - AUXPE	Custeio	0,00	167.939,03	
20RJ	PE	Projetos Especiais- RD - INSTITUCIONAL	Custeio	12.134,80	29.430,80	
	PE Total			5.793.579,74	14.560.364,77	
20RJ	LIFE	LIFE - AUXPE	Capital	399.871,85	12.336.575,20	11,93%
4019	LIFE	LIFE - AUXPE	Capital		1.977.450,00	
	LIFE Total			399.871,85	14.314.025,20	
20RJ	NT	NOVOS TALENTOS - AUXPE	Custeio	0,00	4.330.579,63	3,61%
	NT Total			0,00	4.330.579,63	
20RJ	Prodocência	Prodocência- AUXPE	Custeio	57.553,85	1.406.260,23	2,06%
20RJ	Prodocência	Prodocência- INSTITUCIONAL	Custeio	556.470,87	684.022,87	
20RJ	Prodocência	Prodocência- AUXPE	Capital	0,00	38.179,87	
20RJ	Prodocência	Prodocência- INSTITUCIONAL	Capital	0,00	342.011,47	
	Prodocência Total			614.024,72	2.470.474,44	
20RJ	OE	Observatório da Educação - AUXPE	Custeio	40.000,00	132.550,00	2,64%
20RJ	OE	Observatorio da Educacao-Indigena - AUXPE	Custeio	0,00	25.000,00	
4000	OE	Observatorio da Educacao-Indigena - AUXPE	Custeio	0,00	2.500.000,00	
20RJ	OE	Observatório da Educação- AUXPE	Custeio	0,00	50.000,00	
20RJ	OE	Observatório da Educação- AUXPE	Capital	56.000,00	446.627,00	
20RJ	OE	Observatório da Educação- AUXPE	Capital	0,00	8.000,00	
	OE Total			96.000,00	3.162.177,00	
	Total Geral			28.570.130,71	119.948.677,47	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

- **Sobre a execução em 2012**

A execução orçamentária anual da DEB no período de 2009 a 2012 reflete o processo de consolidação pelo qual a Diretoria passa. Com uma baixa execução orçamentária em 2009, que em 2010 subiu para 66,73 %, finda o ano de 2011 num patamar superior a 98 %. Essa tendência crescente de capacidade de execução é confirmada em 2012, cuja execução foi superior a 127%.

O ritmo de crescimento da execução orçamentária no período 2009 – 2012 foi expressivo – aproximadamente 900% em quatro anos. No entanto, o crescimento dos recursos humanos que operacionalizam e fiscalizam esse montante de recursos não acompanhou essa tendência.

Em 2012, diversos programas adiaram sua implementação ou expansão em função de indefinições orçamentárias. Logo no início do ano, foi determinado o contingenciamento orçamentário que perdurou por todo o ano fiscal de 2012. Suplementações orçamentárias foram autorizadas, antes que os recursos contingenciados fossem liberados. Essa ausência de lógica orçamentária dominou o cenário por todo o ano e dificultou o planejamento das ações da Diretoria. Apesar de todas as dificuldades, a execução orçamentária da DEB pode ser considerada excelente – média superior a 127 %. Em suas ações próprias, a execução foi superior a 134,38% na 20RJ e acima de 127,37% na 20RO. Os recursos externos, recebidos de outras diretorias ou descentralizados por outros órgãos, por meio das ações 4019 e 4000, respectivamente, foram executados em sua totalidade (100%).

f) Ano de 2013

O ano fiscal de 2013 foi marcado por diversas incertezas durante a execução das Ações 20RO e 20RJ. Foi um ano caracterizado por disponibilidade orçamentária e ausência de cotas financeiras. Na prática, as Ações 20RO e 20RJ, que são utilizadas para fomentar na CAPES os programas da DEB e da DED, não puderam ser executadas na íntegra e diversos programas das referidas diretorias não foram lançados ou tiveram reduzidas suas abrangências.

Uma síntese dos recursos recebidos pelas duas diretorias em 2013 é apresentada a seguir:

Tabela 31. Recursos orçamentários destinados às Ações 20RJ e 20RO – Ano de 2013

AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL (LEI)	CRÉDITOS SUPLEMENTARES	CRÉDITOS REDUZIDOS	DOTAÇÃO AUTORIZADA
20RJ	Custeio	92.406.260,00	172.606.086,00	0,00	265.012.346,00
20RJ	Capital	7.593.740,00	90.769.011,00	-2.531.247,00	93.300.257,00
20RJ Total		100.000.000,00	263.375.097,00	-2.531.247,00	358.312.603,00
20RO	Bolsas	700.268.052,00	241.471.674,00	-30.000.000,00	911.739.726,00
20RO Total		700.268.052,00	241.471.674,00	-30.000.000,00	911.739.726,00
Total Geral		800.268.052,00	504.846.771,00	-32.531.247,00	1.270.052.329,00

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

O orçamento conjunto das duas diretorias atingiu o montante de R\$ 1.270.052.329,00 após duas suplementações orçamentárias: a primeira liberada em agosto/2013 por meio de decreto no valor de R\$ 113.334.941,00; e a segunda por meio da publicação em 6/12/2013 do Projeto de Lei 12.889/13 no valor R\$ 358.980.583,00. Esses créditos foram reduzidos em R\$ 32,5 milhões. No entanto, os recursos suplementados vieram com a cota orçamentária e a cota financeira tinha que ser negociada caso a caso, o que impediu que eles fossem executados em sua totalidade. Ao final do ano, R\$ 88.866.880,87 foram colocados em restos a pagar a processar – RAP 2014 — R\$ 53.961.311,01 da Ação 20RJ (custeio e

capital) e R\$ 34.905.569,86 da Ação 20RO(bolsas) — e R\$ 325.394.963,66 foram recolhidos pela SPO/MEC.

Um montante de R\$ 1.709.899,05 foi gasto em despesas administrativas (passagens, diárias, auxílio avaliação educacional – AAE) e repartidos igualmente entre as duas diretorias, pois não há como separar por diretoria essas despesas. O orçamento da DEB para 2013 foi de R\$ 634.294.767,38 e o da DED foi de R\$ 635.757.561,62.

- **Recursos orçamentários recebidos pela DEB e suas aplicações – Ano 2013**

No ano de 2013 a DEB executou recursos que foram alocados nos Programas 2030 - Educação Básica — Ações 20RO, 20RJ — e no Programa 1449 - Estatísticas e Avaliações Educacionais — Ação 4000.

Os recursos disponibilizados na Ação 20RO somaram um total de R\$ 481.155.877,29 e foram utilizados no pagamento das bolsas aos programas fomentados pela DEB. Na Ação 20RJ foram alocados R\$ 153.138.890,09, sendo R\$ 94.347.429,65 em recursos de custeio e R\$ 58.791.460,44 em recursos de capital. A Ação 4000 foi utilizada para receber R\$ 7.000.000,00 do INEP, oriundos de uma parceria estabelecida entre CAPES/INEP para fomentar o Programa Observatório da Educação. A seguir é apresentada uma síntese dos recursos orçamentários disponibilizados para a DED no ano de 2013, considerando recursos próprios e os resultantes de parceria.

Tabela 32. Recursos orçamentários destinados à DEB – 2013

AÇÕES DA DIRETORIA				AÇÕES EXTERNAS À DIRETORIA	Total Ações (Próprias e Externas)
20RO	20RJ		4000		
Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)	Custeio (R\$)		
481.155.877,29	94.347.429,65	58.791.460,44	634.294.767,38	7.000.000,00	641.294.767,38

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

O montante de recursos próprios e recebidos de parceiros aplicados por programa da DEB está resumido na tabela a seguir.

Tabela 33. Recursos orçamentários executados por programa pela DEB – 2013

Programa DEB	EMPENHO LIQUIDADO + DESCENTRALIZADO + RAP 2014 - NÃO PROCESSADO (R\$)										% Recursos executados por Programa
	AÇÕES DA DIRETORIA				AÇÕES EXTERNAS À DIRETORIA	RAP 2014 - NÃO PROCESSADO				TOTAL (R\$) (Ações Diretoria, Externas e RAP-2014)	
	20RO	20RJ		Total (Ações Diretoria)	4000	20RO	20RJ		Total (RAP2014)		
	Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)		Custeio (R\$)	Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)			
Pibid	279.492.640,61	8.398.456,02	9.500,00	287.900.596,63		17.928.960,86	752.162,00	8.000,00	18.689.122,86	306.589.719,49	55,68%
Parfor	125.335.138,00	46.439.917,09	144.710,00	171.919.765,09		7.886.700,00	415.990,19	4.500,00	8.307.190,19	180.226.955,28	32,73%
OBEDUC	22.014.949,10	372.677,24	299.857,00	22.687.483,34	6.315.115,80	2.352.080,00		80.000,00	2.432.080,00	31.434.679,14	5,71%
Projetos Especiais	5.170.279,29	8.963.499,00		14.133.778,29		915.260,00	870.000,00	0,00	1.785.260,00	15.919.038,29	2,89%
Novos Talentos		3.265.992,04		3.265.992,04			6.277.049,90		6.277.049,90	9.543.041,94	1,73%
Prodência		36.200,00		36.200,00			4.579.713,57		4.579.713,57	4.615.913,57	0,84%
Life		0,00	0,00	0,00			1.403.006,11		1.403.006,11	1.403.006,11	0,25%
Despesas Administrativas		854.949,53		854.949,53					0,00	854.949,53	0,16%
Total	432.013.007,00	68.331.690,92	454.067,00	500.798.764,92	6.315.115,80	29.083.000,86	14.297.921,77	92.500,00	43.473.422,63	550.587.303,35	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

- **Análise da aplicação dos recursos disponibilizados – ano 2013**

- **Ação 20RO**

Na Ação 20RO ocorre a execução orçamentária das bolsas pagas aos programas Pibid, Parfor, Observatório da Educação e Projetos Especiais.

Na LOA 2013 estavam previstos na Ação 20RO recursos na ordem de R\$ 481.155.877,29 para o fomento de bolsas no âmbito da DEB. A execução orçamentária foi de R\$ 432.013.007,00 e R\$ 29.083.000,86 foram alocados em restos a pagar – RAP – 2014.

- **Ação 20RJ**

Por meio da Ação 20RJ são financiadas as atividades vinculadas aos programas que, em conjunto com as bolsas pagas na Ação 20RO, viabilizam o dia-a-dia dos projetos fomentados pela DEB.

Assim, o custeio e o capital do Parfor, do Pibid, do Observatório da Educação e o custeio dos processos formativos decorrentes das Olimpíadas de Química, Olimpíadas Brasileiras de Matemática e do Programa Residência Docente no Colégio Pedro II são pagos com recursos desta Ação.

Os programas Novos Talentos, Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - LIFE, Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência, a Rede Nacional de Educação e Ciência e os Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica também são viabilizados com recursos da Ação 20RJ.

Na LOA 2013 estavam previstos na Ação 20RJ recursos na ordem de R\$ 153.138.890,09 para o fomento de custeio e capital no âmbito da DEB – R\$ 94.347.429,65 para custeio e R\$ 58.791.460,44 para capital. A execução orçamentária foi de 68.785.757,92 e R\$ 14.390.421,77 foram colocado em restos a pagar – RAP – 2014.

- **Ação 4000**

Por meio da Ação 4000 foram repassados pelo INEP à Capes R\$ 7.000.000,00 destinados ao custeio do Programa Observatório da Educação. Desse total, R\$ 2.500.000,00 destinaram-se aos projetos fomentados pelo Edital 2010 e R\$ 4.500.000,00 aos projetos do Edital 2012. A execução orçamentária foi de R\$ 6.315.115,80.

- **Sobre a execução em 2013**

As dificuldades orçamentárias enfrentadas pela DEB ao longo de 2013 já foram descritas no tópico referente ao ano de 2013. Vale salientar que programas importantes deixaram de ser expandidos em 2013 em função das incertezas orçamentárias. Como exemplo citamos o Pibid, que deveria ter passado de 49.321 bolsistas para 75.000 já em 2013, e o Programa Residência Docente, que foi implementado inicialmente no Colégio Pedro II e que deveria ser expandido para os 17 Colégios de Integração. A não expansão também alcançou o Parfor cuja modalidade voltada à educação infantil foi adiada. Em situação crítica ficou o LIFE, que teve todo o recurso de capital recolhido pela SPO/MEC e o edital do programa que já tinha selecionado e divulgado o resultado do processo seletivo não pode ser implementado em 2013.

Apesar de todos os problemas enfrentados, pode-se considerar que a DEB teve uma boa execução orçamentária em 2013. A tabela a seguir sintetiza os recursos aplicados em cada Ação e informa o percentual de execução.

Tabela 34. Execução orçamentária das Ações da DEB – 2013

AÇÃO	MODALIDADE	DI + DECRETO + PL	EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE	EXECUÇÃO (EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE)	RAP 2014	EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE + RAP2014	EXECUÇÃO (EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE + RAP2014)
20RO	Bolsas	481.155.877,29	432.013.007,00	89,79%	29.083.000,86	461.096.007,86	95,83%
20RJ	Custeio	94.347.429,65	68.331.690,92	72,43%	14.297.921,77	82.629.612,69	87,58%
	Capital	58.791.460,44	454.067,00	0,77%	92.500,00	546.567,00	0,93%
4000	Custeio	7.000.000,00	6.315.115,80	90,22%	0	6.315.115,80	90,22%
Total		634.294.767,38	507.113.880,72	79,95%	43.473.422,63	550.587.303,35	86,80%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

Analisando o total de recursos orçamentários executados, tem-se uma execução média de 79,95%. Quando são considerados os recursos alocados no RAP2014, esse percentual de execução sobe para 86,80%.

A execução orçamentária na Ação 20RO foi de 89,79%. Quando são considerados os recursos alocados no RAP2014, esse percentual de execução sobe para 95,83%. O custeio da Ação 20RO também teve uma boa execução, 72,43% se não for considerado o RAP 2014. Considerando essa parcela, sobe para 87,58%. Os recursos externos, recebidos por meio da Ação 4000 e aplicados em custeio, tiveram uma execução de 90,22%. Esses números mostram que, apesar de todas as dificuldades orçamentárias, a execução orçamentária foi eficiente quando consideramos os recursos destinados às bolsas e ao custeio.

O grande problema na execução orçamentária está na Ação 20RJ na rubrica capital, cujo valor é inferior a 1%. Embora a cota orçamentária de R\$ 58.791.460,44 tenha sido liberada, não foi disponibilizada a cota financeira. Dessa forma, recursos que estavam reservados para os programas LIFE, Pibid, Parfor, Prodência e Observatório da Educação não puderam ser empenhados e foram recolhidos pela SPO/MEC.

8. Desafios da DEB

Em 2013, a equipe responsável pela Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica– DEB manteve seu trabalho de consolidação, expansão e implantação dos programas de indução e fomento à formação dos professores da educação básica, e tendo como norte a valorização do magistério e a elevação da qualidade da educação brasileira. Nesse período de cinco anos, já se observam resultados significativos e a sociedade percebe na Capes um agente capaz de fomentar e impulsionar mudanças na formação de professores e, por extensão, na educação básica do País.

Registre-se a sensibilidade para o tema da educação básica e o apoio irrestrito e competente do presidente da Capes, Prof. Dr. Jorge Almeida Guimarães, às políticas e aos programas desenvolvidos pela DEB. Sem dúvida, o desafio de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores, na perspectiva de valorizar a carreira docente e de buscar a qualidade da educação no Brasil, foi simplificado pelo entusiasmo e pelo sentido de urgência que o presidente conferiu à nova missão da Capes.

Além de desenvolver programas, a DEB cuida de questões estruturantes para a inserção plena da educação básica na Capes. Um primeiro cuidado, ainda em 2009, foi a revisão do orçamento, negociando as ações e os recursos destinados à área. Ações novas foram incluídas na Lei Orçamentária e mantidas no PPA 2012-2015. A garantia de recursos financeiros que suportem o crescimento dos programas ainda é um assunto que merece cuidado, já que a cada ano torna-se necessário pedir suplementação.

Em 2011, a DEB liderou a proposta de mudança na Lei 11.502/2007, reivindicando para a educação básica as mesmas condições dadas à pós-graduação e a possibilidade de o presidente da agência estabelecer as bolsas necessárias ao pleno desenvolvimento da missão do órgão. Em 2012, com a promulgação da Lei 12.695, esta diretoria, em conjunto com a Diretoria de Educação a Distância, elaborou proposta de regulamentação das bolsas pagas pela Capes, nas ações de formação de professores da educação básica. A autonomia concedida à presidência, a exemplo do que acontece no FNDE e no CNPq, é essencial para assegurar agilidade e transparência à Capes.

Com o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica, a DEB discute os grandes desafios e os caminhos para a formação docente, inclusive no tocante a uma pontuação na avaliação trienal da Capes que reconheça o envolvimento e o compromisso da pós-graduação com a educação básica.

Junto ao Conselho Superior, ao Conselho Técnico-Científico da Educação Superior e a todos os Comitês de Área de Capes, a DEB mostrou o cenário da educação básica no país e a necessidade de investimentos na formação de professores como estratégia essencial para a busca da qualidade do sistema nacional de educação. Os primeiros resultados já começam a aparecer: todas as grandes áreas apresentaram propostas de articulação da pós-graduação com a educação básica e cresce o número de mestrados profissionais para professores da educação básica.

Nesse contexto de mudanças e inovações, e buscando atingir os objetivos previstos no planejamento estratégico e alinhar suas ações à sistemática de trabalho da Capes - indução, fomento, avaliação, com flexibilidade, agilidade e responsabilidade pública - os principais desafios que se colocam para a DEB são:

- a) resolver questões ligadas ao número de analistas e assistentes de C&T em exercício da diretoria, tendo em vista o crescimento de seus programas e os recursos a serem executados (em recursos humanos a DEB é a menor diretoria da Capes);

- b) buscar apoio da DTI para reduzir o volume de trabalho não informatizado, tornando o Sicapes um sistema completo, que ofereça aos parceiros e ao corpo técnico respostas simples e amigáveis aos processos de recebimento e análise de propostas, acompanhamento e monitoramento em tempo real, prestação de contas, relatórios parciais e de cumprimento de objeto e outros, de modo a liberar os analistas de C&T para o acompanhamento pedagógico mais intenso e qualitativo das atividades desenvolvidas;
- c) manter, junto à DTI, as negociações para a implantação do ambiente virtual Comunidades Capes, que será um importante instrumento de gestão, visibilidade e compartilhamento dos programas que induz e fomenta, integrando-o ao Sicapes para que as informações e os produtos nele postados sejam parte do Relatório Técnico de Cumprimento de Objeto, simplificando o trabalho das IES parceiras e dos técnicos da Capes;
- d) acompanhar sistematicamente a implementação do PPA (Plano Plurianual) de modo a garantir uma execução orçamentária sempre acima de 90%;
- e) consolidar e, em alguns programas da DEB, implantar a cultura de acompanhamento e avaliação de processo e efetividade, com olhares externos;
- f) valorizar a educação básica na avaliação da pós-graduação;
- g) incentivar a integração e a sinergia dos programas apoiados;
- h) ampliar o diálogo e o compartilhamento dos programas com os parceiros responsáveis pela sua execução e destes entre si;
- i) buscar junto aos setores competentes o estabelecimento de uma base financeiro-orçamentária compatível com o tamanho dos programas e as projeções de crescimento estabelecidas para cada ano;
- j) expandir seu trabalho com a implantação de novos programas que contribuam para consolidar a missão da Capes na educação básica de induzir e fomentar, em regime de colaboração com os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério e sua valorização.

Para a DEB, o desafio da melhoria da qualidade da educação relaciona-se diretamente com a qualidade da formação de professores, com a estruturação da carreira, com as condições de trabalho dos profissionais e com a valorização do magistério nas instituições de ensino, na comunidade científica e na sociedade em geral. Embora não sendo responsável por todo esse arcabouço, a DEB considera que, se cada um fizer seu trabalho no presente, o futuro poderá trazer a mudança que o Brasil espera. A DEB está fazendo sua parte e sua visão de futuro inclui a expansão e a consolidação do que vem sendo feito e o crescimento inovador que levará à excelência e à equidade na formação docente.

Pautam o trabalho da Diretoria os ensinamentos de dois grandes brasileiros: Paulo Freire e Anísio Teixeira. O primeiro conclama à criatividade e a uma ação comprometida com o fazer responsável, com o aqui-agora: *“Na medida em que o homem cria, recria e decide, vão se formando as épocas históricas. E é também criando, recriando e decidindo como deve participar nessas épocas. É por isso que obtém melhor resultado toda vez que, integrando-se no espírito delas, se apropria de seus temas e reconhece suas tarefas concretas.”* (Paulo Freire, 1979, p. 64).

Anísio Teixeira, criador da Capes, lembra a necessidade de universalizar uma formação que prepare o educador que se forma e forma cidadãos de um mundo complexo: *“O desafio moderno é sobretudo este: conseguir que todos os homens adquiram a disciplina intelectual de pensamento e estudo que, no passado, conseguimos dar aos poucos especialistas dotados para essa vida intelectual. O conhecimento e a vida adquiriram complexidade tamanha que só uma autêntica disciplina mental poderá ajudá-lo a se servir da ciência, a*

compreender a vida em sua moderna complexidade e amplitude e a dominá-la e submetê-la a uma ordem humana.”

Reconhecendo a complexidade de formar um profissional de alta competência para as exigências da educação do século XXI, o papel estruturante dos professores da educação básica na concretização de um Brasil democrático e inclusivo, a necessidade de construção de um sistema nacional de educação de elevado grau de qualidade e equidade, a DEB enfrenta suas tarefas concretas e seus desafios com a certeza de estar contribuindo para escrever um novo capítulo na história dessa sexagenária e respeitada Fundação, a Capes.



Figura 20. Equipe DEB 2012

**DIRETORIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA –
DEB**

CARMEN MOREIRA DE CASTRO NEVES
Diretora

PAULO SÉRGIO PARRO
Assessor da Diretoria

Érika Sousa Dias - Secretária
Margareth Lopes Alves – Secretária

**COORDENAÇÃO DE APOIO À FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOCENTE
DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CGDOC**

IZABEL LIMA PESSOA
Coordenadora-Geral

Alcione Rodrigues da Silva - Secretária

LORENA LINS DAMASCENO
Coordenadora de Apoio à Formação de Profissionais do Magistério – CAF

Mariana Gomes Candido Fontes – Analista em Ciência e Tecnologia
Paloma Siqueira Fonseca – Analista em Ciência e Tecnologia
Guilherme Henrique Barata Macedo - Assistente em Ciência e Tecnologia
Barbara França Gontijo – Assistente em Ciência e Tecnologia
Sofia de Brito Ferreira - Analista em Ciência e Tecnologia
Regiane Kawakami - Analista em Ciência e Tecnologia
Stefany Matie Martins - Apoio Administrativo
Alexandre Ferreira da Costa – Apoio Administrativo

NINNA CARLA ZAMARIOLLI ARAÚJO
Coordenadora de Apoio a Programas de Valorização das Licenciaturas – CAL

Ruy Gonçalves Silva - Analista em Ciência e Tecnologia
Isabela Ramos Coelho Pimentel - Assistente em Ciência e Tecnologia
Ana Paula Bezerra - Assistente em Ciência e Tecnologia
Cleide Isaias dos Santos Soares - Apoio Administrativo
Bruna Fernanda Pamplona - Apoio Administrativo

**COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAS DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
– CGV**

**HÉLDER ETERNO DA SILVEIRA
Coordenador-Geral**

Kelly Vieira Flores - Secretária

**FERNANDA LITVIN VILLAS BOAS
Coordenadora de Apoio a Inovação e a Pesquisa em Educação – CINPE**

Betúllia Mariano de Oliveira Souto – Apoio Administrativo
Carine Pereira Mariani – Assistente em Ciência e Tecnologia
Cláudia Barbosa Santos Ferreira de Souza – Analista em Ciência e Tecnologia
Daniela Amorim Meira – Assistente em Ciência e Tecnologia
Felipe Formiga Tavares – Analista em Ciência e Tecnologia
Giulliano Amaral Viana - Analista em Ciência e Tecnologia
João de Deus Francisco de Almeida - Analista em Ciência e Tecnologia
Marcel Garcia de Souza - Assistente em Ciência e Tecnologia
Patrícia Amaral – Analista em Ciência e Tecnologia
Sílvia Helena Rodrigues – Analista em Ciência e Tecnologia
Talysson Andrey Rocha Santos – Assistente em Ciência e Tecnologia
–Matheus de Siqueira Xavier - Estagiário

**CLAUDETE BATISTA CARDOSO
Coordenadora de Valorização da Formação Docente - CVD**

Adriano Marini - Analista em Ciência e Tecnologia
Alex Frank de Oliveira Ferreira
Ana Carolina Villares Barral Villas Boas - Analista em Ciência e Tecnologia
Andreisa de Oliveira Cardoso - Analista em Ciência e Tecnologia
Elivelton de Oliveira – Apoio Administrativo
Fabrício Gonçalves Silva Filho – Analista em Ciência e Tecnologia
Gabriela Sousa Dias – Apoio Administrativo
Gisele Ferreira Esteves Peixoto – Analista em Ciência e Tecnologia
Inaê Murrieta Costa – Assistente em Ciência e Tecnologia
Josélia Paulino Borges - Analista em Ciência e Tecnologia
Lucas Lopes de Santana - Analista em Ciência e Tecnologia
Rose Cleide Mendes Monteiro – Analista em Ciência e Tecnologia
Simone Rodrigues da Rocha - Analista em Ciência e Tecnologia
Thailisa Sousa Bernardes – Assistente em Ciência e Tecnologia
Yuri Ghobad da Silva – Analista em Ciência e Tecnologia
Kariny Cristina Pereira – Estagiária
Letícia Del Pilar Lastras Batalha - Estagiária

**Diretoria de
Formação de Professores da Educação Básica - DEB**

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Ministério da Educação - MEC Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco L, Lote 6, 4º. Andar

CEP: 70.040-020 - Brasília/DF

Fone: (0055 61) 2022-6550; (0055 61) 2022-6565

Fax: (0055 61) 2022-6560

<http://www.capes.gov.br/educacao-basica>

9. ANEXO I – IES Parceiras

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
Total de projetos-grupos de pesquisa/IES				311	96	285	32	240	115	101	126	37	1032
NORTE				28	16	28	5	19	15	8	14	5	110
N	AC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE	IFAC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	AC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC	1	1	0	0	0	0	1	0	3
N	AC	Privada	FACULDADE BARÃO DO RIO BRANCO	FAB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	AM	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS	IFAM	1	1	0	0	1	0	1	0	4
N	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	1	1	1	1	1	0	0	1	6
N	AM	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	1	1	0	1	0	2	1	0	6
N	AM	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO NILTON LINS	UNINILTON	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	AP	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ	IFAP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
N	AP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	1	1	0	1	0	0	1	1	5
N	AP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAPÁ	UEAP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
N	PA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	IFPA	1	1	1	0	1	1	1	1	7
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	1	1	0	0	2	1	1	0	6
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	1	1	1	10	1	2	2	0	18
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA	1	1	0	0	1	0	0	0	3
N	PA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA	1	1	0	2	1	0	1	0	6
N	PA	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE SANTARÉM	CEULS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	PA	Privada	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNAMA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA	IFRO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	1	1	1	1	1	0	0	1	6
N	RO	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE JI-PARANÁ	CEULJI/ULBRA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RO	Privada	FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA	FCR	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RR	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA	IFRR	1	1	0	0	0	0	1	0	3
N	RR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	0	1	1	1	2	1	0	0	6
N	RR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	UERR	1	1	0	0	1	1	1	0	5
N	TO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,	IFTO	0	1	0	0	0	0	1	0	2

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
			CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS										
N	TO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	1	1	0	2	2	0	1	1	8
N	TO	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG	UNIRG	0	1	0	0	1	0	1	0	3
N	TO	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS	CEULP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NORDESTE				61	26	56	12	33	34	19	35	12	227
NE	AL	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS	IFAL	0	1	0	0	1	1	1	1	5
NE	AL	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	0	1	0	4	1	1	1	0	8
NE	AL	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	UNEAL	0	1	0	0	0	0	1	0	2
NE	AL	Estadual	FUNDAÇÃO DE AMPARO DE ALAGOAS	FAPEAL	0	0	0	0	0	0	0	1	1
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	IFBA	0	1	1	0	1	1	1	0	5
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	IFBAIANO	0	1	0	0	2	0	1	0	4
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	1	1	1	4	0	1	1	1	10
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	UFOB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	1	1	1	0	1	1	1	0	6
NE	BA	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	0	1	0	0	1	1	1	0	4
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	UEFS	1	1	0	0	0	1	1	0	4
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	1	1	0	0	1	1	1	0	5
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	1	1	0	1	2	1	1	0	7
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	1	1	1	2	0	0	2	0	7
NE	BA	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR	UCSAL	0	0	0	1	0	0	0	0	1
NE	CE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	IFCE	0	1	0	0	1	0	0	0	2
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	UFCA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	0	1	1	1	1	1	1	1	7
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	UNILAB	0	1	0	0	1	0	1	0	3
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	1	1	0	1	1	1	2	0	7
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	URCA	1	1	1	0	1	0	0	0	4
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ	UVA-CE	1	1	0	0	0	0	1	0	3

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
NE	CE	Privada	FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE	FVJ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	CE	Privada	FACULDADE SETE DE SETEMBRO	FA7	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	CE	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE TEOLOGIA APLICADA	INTA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	MA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	IFMA	1	1	1	0	1	0	1	0	5
NE	MA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	1	1	0	0	1	0	1	1	5
NE	MA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	UEMA	1	1	0	0	0	0	0	0	2
NE	PB	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	IFPB	1	1	0	0	0	0	0	0	2
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG	0	1	1	0	2	0	1	0	5
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	0	1	0	1	2	2	1	1	8
NE	PB	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	1	1	0	2	1	0	1	1	7
NE	PB	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA	UNIPÊ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	IFPE	1	1	0	0	0	0	0	0	2
NE	PE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO	IFSertãoPE	0	1	0	0	1	0	1	0	3
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	1	1	1	2	0	1	1	0	7
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	1	1	0	1	0	1	1	1	6
NE	PE	Estadual	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	UPE	1	1	0	0	0	0	1	0	3
NE	PE	Municipal	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ARCOVERDE	CESA	0	1	1	0	1	0	0	0	3
NE	PE	Municipal	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE SÃO FRANCISCO	CESVASF	0	1	1	0	1	0	0	0	3
NE	PE	Municipal	FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE AFOGADOS DA INGAZEIRA	FAFOPAI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Municipal	FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE BELO JARDIM	FABEJA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE ASCES	ASCES	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE DA ESCADA	FAESC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE	FAFIRE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE SANTA CATARINA	FASC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	UNICAP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PI	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ	IFPI	1	1	0	0	1	0	2	0	5

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
NE	PI	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	1	1	1	1	2	0	1	1	8
NE	PI	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	UESPI	1	1	0	0	0	0	1	0	3
NE	RN	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	IFRN	1	1	0	0	1	0	0	0	3
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UFERSA	1	1	0	0	0	1	0	0	3
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	1	1	0	6	1	3	1	1	14
NE	RN	Estadual	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESIDENTE KENNEDY	IFESP	1	0	0	0	0	0	0	0	1
NE	RN	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	1	1	0	1	1	0	1	0	5
NE	RN	Estadual	FUNDAÇÃO DE AMPARO DO RN	FAPERN	0	0	0	0	0	0	0	1	1
NE	RN	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACEX	UNIFACEX	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	SE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE	IFS	0	1	0	0	1	0	0	0	2
NE	SE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	0	1	0	4	2	0	2	1	10
NE	SE	Privada	FACULDADE JOSÉ AUGUSTO VIEIRA	FJAV	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	SE	Privada	UNIVERSIDADE TIRADENTES	UNIT	0	0	0	1	0	0	0	0	1
CENTRO-OESTE				23	5	21	5	24	12	16	11	4	98
CO	DF	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA	IFB	1	1	0	0	0	0	0	0	2
CO	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	1	1	1	6	2	3	2	0	16
CO	DF	Privada	FACULDADE JESUS MARIA JOSÉ	FAJESU	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	DF	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	UCB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	DF	Federal	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	CNPq	0	0	0	0	0	0	0	2	2
CO	GO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	IF Goiano	0	1	0	0	1	0	1	0	3
CO	GO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	IFG	0	1	0	0	0	0	0	1	2
CO	GO	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	0	1	1	5	0	1	1	0	9
CO	GO	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG	0	1	0	0	1	0	2	0	4
CO	GO	Municipal	UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	FESURV	0	1	0	0	1	0	1	0	3
CO	GO	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS	UNIFIMES	0	0	0	0	1	0	0	0	1
CO	GO	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	PUC/GO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	GO	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS	UNIEVANGÉLICA	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
CO	GO	Privada	INSTITUTO APHONSIANO DE ENSINO SUPERIOR	IAESUP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	MS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL	IFMS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	MS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	0	1	1	1	0	0	1	0	4
CO	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	0	1	1	4	2	3	2	1	14
CO	MS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS	1	1	0	1	1	0	0	0	4
CO	MS	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	UCDB	0	1	0	2	0	0	0	0	3
CO	MT	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO	IFMT	0	1	0	0	1	0	0	0	2
CO	MT	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	1	1	0	4	2	2	1	0	11
CO	MT	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	1	1	1	1	0	7	0	0	11
CO	MT	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA	AJES	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SUDESTE				131	23	114	3	96	28	31	39	10	344
SE	ES	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	IFES	1	1	0	0	0	0	2	0	4
SE	ES	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	0	1	0	2	0	0	1	0	4
SE	ES	Municipal	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ALEGRE	FAFIA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	ES	Privada	ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR FABRA	FABRA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	ES	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO - ESPÍRITO SANTO	SÃO CAMILO - ES	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	ES	Privada	FACULDADE FUCAPE	FUCAPE	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	ES	Privada	ESCOLA SUPERIOR SÃO FRANCISCO DE ASSIS	ESFA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Federal	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	CEFETMG	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IF SUL DE MINAS	0	1	0	0	0	1	1	0	3
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	IFMG	0	1	0	0	2	0	0	0	3
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS	IFNMG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,	IFSEMG	0	1	0	0	2	0	1	0	4

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
			CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS										
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	IFTM	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	0	1	0	4	1	1	1	0	8
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	0	1	1	6	2	1	1	1	13
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP	0	1	0	1	1	1	0	0	4
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UFSJ	0	1	0	0	0	0	2	0	3
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UFTM	0	1	0	0	1	2	1	0	5
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	0	1	0	3	2	1	2	1	10
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	0	1	0	0	0	2	1	0	4
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	0	1	1	0	0	0	1	0	3
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIFAL	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	UNIFEI	0	1	0	0	2	0	1	0	4
SE	MG	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES	0	1	0	0	1	1	1	0	4
SE	MG	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	UEMG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	UNIFEG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA	UNIFORMG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITARIO DE ITAJUBA	FEP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITARIO DO LESTE DE MINAS GERAIS	UNILESTE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DE CAMPOS GERAIS	FACICA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU	FACIG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	FUCAMP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE PARÁ DE MINAS	FAPAM	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DO FUTURO	FAF	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE PRISMA	FAP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADES INTEGRADAS DE CATAGUASES	FIC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADES VALE DO CARANGOLA -	FAVALE	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
			FAVALE										
SE	MG	Privada	FAI - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR EM GESTÃO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO	FAI-MG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE FUMEC	FUMEC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE DIVINÓPOLIS	ISED	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PUC/MG	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE	UNIVALE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAI	UNIVAS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE DE UBERABA	UNIUBE	0	1	0	4	0	0	0	0	5
SE	RJ	Federal	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET/RJ	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	RJ	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	IFFluminense	1	1	0	0	1	0	1	0	4
SE	RJ	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	IFRJ	0	1	0	0	0	1	0	0	2
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	0	1	0	1	0	5	1	0	8
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	0	1	0	7	2	2	1	2	15
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	1	1	0	2	0	1	1	0	6
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNI RIO	0	1	0	2	0	0	1	0	4
SE	RJ	Federal	COLÉGIO PEDRO II	CPII	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SE	RJ	Estadual	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PROFESSOR ALDO MUYLAERT	ISEPAM	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	RJ	Estadual	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO RIO DE JANEIRO	ISERJ	1	0	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	UENF	1	1	0	2	0	0	1	0	5
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	0	1	0	3	2	2	1	0	9
SE	RJ	Privada	ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA	IMPA	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SE	RJ	Privada	FACULDADE ARTHUR SA EARP NETO	FASE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DOM BOSCO	FFCLDB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS	FGV	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	FACULDADES INTEGRADAS CAMPO-GRANDENSES	FIC	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
SE	RJ	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PUC/RJ	0	1	0	2	0	0	0	0	3
SE	RJ	Privada	ABEU - CENTRO UNIVERSITÁRIO	UNIABEU	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA	UNIFOA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE	UGB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA	UNISUAM	0	0	0	2	0	0	0	0	2
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	UNIVERSO	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	UVA	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ORGÃOS	UNIFESO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	UNICAM	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	SOCIEDADE BRASILEIRA DE MATEMÁTICA	SBM	0	0	0	0	0	0	0	2	2
SE	RJ	Privada	SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA	SBF	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SE	SP	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	0	1	0	0	2	0	2	0	5
SE	SP	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	UFABC	0	1	0	2	0	0	0	0	3
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	0	1	0	8	1	0	1	0	11
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	0	1	0	1	2	2	1	0	7
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	0	1	0	4	1	1	1	0	8
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	0	1	0	11	1	3	1	1	18
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	1	1	0	7	1	2	2	0	14
SE	SP	Municipal	FACULDADES INTEGRADAS DE SANTA FÉ DO SUL	FUNEC	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	SP	Municipal	FACULDADES ADAMANTINENSES INTEGRADAS	FAI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ	CUFSA	1	1	0	0	0	2	1	0	5
SE	SP	Municipal	ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE JUNDIAÍ	ESEFJ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA	UNI-FACEF	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	1	1	1	1	1	0	2	0	7
SE	SP	Municipal	FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE BRAGANÇA PAULISTA	FESB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL	USCS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	UPM	1	1	0	0	0	0	0	0	2

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
SE	SP	Privada	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA	FFCL	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO	USC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO DE BATATAIS	CEUCLAR	1	0	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	Centro Universitário UNIFAFIBE	FAFIBE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE PRESIDENTE EPITÁCIO - FAPE	FAPE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE PINDAMONHANGABA	FAPI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE SÃO VICENTE	FSV	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS	FESL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES INTEGRADAS CLARETIANAS	FIC	2	0	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO	FGV-EAESP	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE PAULISTA DE ARTES	FPA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO DE PIRACICABA	FSDB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE SANTA MARCELINA	FASM	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE SEQUENCIAL	SEQUENCIAL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES ATIBAIA	FAAT	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS	FIFE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES INTEGRADAS TERESA D'ÁVILA	FATEA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO VERA CRUZ	ISE VERA CRUZ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	PUC/CAMP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUC/SP	1	1	0	4	0	0	0	0	6
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	UNAERP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO	UNASP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO	UNIBAN	0	0	0	3	0	0	0	0	3
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO	UNICASTELO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	UNICSUL	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA	UNIFEV	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO	UNIFIEO	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE FRANCA	UNIFRAN	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	UNIMEP	1	0	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM	UNISALESIANO	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BARRETOS	UNIFEB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	UNISAL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO	UNISA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	UNISO	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	UNIVAP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO	USF	1	0	0	2	0	0	0	0	3
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	UMC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	UMESP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	UNISANTOS	1	1	0	1	0	0	0	0	3
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE PAULISTA	UNIP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA	UNISANTA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SUL				68	26	66	7	68	26	27	27	6	253
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	1	1	0	5	0	3	1	1	12
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	1	1	1	0	1	1	2	0	7
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	UNILA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	IFPR	0	1	0	0	0	0	1	0	2
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	1	1	1	3	1	0	1	0	8
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ	UENP	1	1	0	0	1	0	0	0	3
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ	UNESPAR	0	1	0	0	0	0	1	0	2
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	0	1	0	0	1	1	0	0	3
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	1	1	0	5	1	2	1	0	11
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	UNICENTRO	0	1	1	1	2	1	1	0	7
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	1	1	1	3	1	1	1	0	9
S	PR	Privada	FACULDADE CENECISTA DE CAMPO LARGO	FACECLA	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
S	PR	Privada	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO	FACDOMBOSCO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	FACULDADE GUAIRACÁ	FAG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	FACULDADE SANT'ANA	IESSA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	PUC/PR	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	UTP	0	0	0	2	0	0	0	0	2
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	IFFarroupilha	0	1	0	0	2	0	2	0	5
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	IFRS	1	1	0	0	2	1	2	0	7
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSul	1	1	0	0	0	0	1	1	4
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	1	1	0	2	2	2	1	0	9
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	0	1	0	4	2	1	2	0	10
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	0	1	0	5	1	0	2	1	10
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	1	1	0	4	1	2	1	1	11
S	RS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	UNIPAMPA	0	1	0	2	1	4	2	1	11
S	RS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA	IPA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA	FACCAT	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE FEEVALE	FEEVALE	0	1	0	2	0	0	0	0	3
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	UCPEL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADE CENECISTA DE OSÓRIO	FACOS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	PUC/RS	0	1	0	3	0	0	0	0	4
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA	URCAMP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	0	1	0	1	0	0	0	0	2
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	UNICRUZ	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO	UNIFRA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADE TRÊS DE MAIO	SETREM	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE	UNILASALLE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO IVOTI	ISEI	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	UNIRITTER	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADES EST	EST	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	UNIJUI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADE PALOTINA	FAPAS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	1	1	0	2	0	0	0	0	4
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES	UNIVATES	1	1	0	2	0	0	0	0	4
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	URI	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	IF-SC	0	1	0	0	0	1	0	0	2
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	0	1	1	1	2	2	2	0	9
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	0	1	1	9	1	3	1	1	17
S	SC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARIENSE	IFC	0	1	0	0	1	0	0	0	2
S	SC	Estadual	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	0	1	0	2	1	1	1	0	6
S	SC	Municipal	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	1	1	0	1	1	1	1	0	6
S	SC	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	USJ	0	0	0	0	1	0	0	0	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	UNC	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE	UNIFEBE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	SC	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	UNIDAVI	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	UNIPLAC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	UNISUL	1	1	0	3	0	0	0	0	5
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	UNESC	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	UNIVALI	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	UNIVILLE	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO	UNOCHAPECÓ	1	1	1	0	0	0	0	0	3

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
			DE CHAPECÓ										
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNOESC	1	1	0	2	0	0	0	0	4
S	SC	Privada	FACULDADE DE ITAPIRANGA	SEI/FAI	0	1	0	0	0	0	0	0	1

10. ANEXO V – IES Observatório da Educação

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)
Total de projetos-grupos de pesquisa/IES				94	240
NORTE				8	19
N	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	1
N	AM	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	1
N	AP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	1
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	10
N	PA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA	2
N	RO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	1
N	RR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	1
N	TO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	2
NORDESTE				16	33
NE	AL	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	4
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	4
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	2
NE	BA	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR	UCSAL	1
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	1
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	1
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	1
NE	PB	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	2
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	2
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	1
NE	PI	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	1
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	6
NE	RN	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	1
NE	SE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	4
NE	SE	Privada	UNIVERSIDADE TIRADENTES	UNIT	1
CENTRO-OESTE				8	24
CO	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	6
CO	GO	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	5
CO	MS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	1
CO	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	4
CO	MS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS	1
CO	MS	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	UCDB	2
CO	MT	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	4
CO	MT	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	1
SUDESTE				36	96
SE	ES	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	2
SE	ES	Privada	FACULDADE FUCAPE	FUCAPE	1
SE	MG	Federal	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	CEFETMG	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	4
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	6
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	3
SE	MG	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PUC/MG	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE DE UBERABA	UNIUBE	4
SE	RJ	Federal	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET/RJ	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	7
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	2

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	2
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	UENF	2
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	3
SE	RJ	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PUC/RJ	2
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA	UNISUAM	2
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	UNIVERSO	1
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	UVA	1
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	UNICAM	1
SE	SP	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	UFABC	2
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	8
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	1
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	4
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	11
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	7
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	1
SE	SP	Privada	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO	FGV-EAESP	1
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUC/SP	4
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO	UNIBAN	3
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	UNICSUL	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE FRANCA	UNIFRAN	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO	USF	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	UNISANTOS	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	1
SUL				26	68
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	5
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	3
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	5
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	UNICENTRO	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	3
S	PR	Privada	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	UTP	2
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	2
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	4
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	5
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	4
S	RS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	UNIPAMPA	2
S	RS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE FEEVALE	FEEVALE	2
S	RS	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	PUC/RS	3
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	2
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES	UNIVATES	2
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	1
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	1
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	9
S	SC	Estadual	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	2
S	SC	Municipal	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	UNISUL	3
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	UNESC	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	UNIVALI	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNOESC	2

11. ANEXO VI – IES Observatório da Educação Escolar Indígena

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Sigla
Total de IES Observatório da Educação Escolar Indígena				
NORTE				
N	AC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC
N	AM	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA
N	PA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA
N	RR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR
N	TO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT
NORDESTE				
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA
CENTRO-OESTE				
CO	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB
CO	GO	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG
CO	MT	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT
CO	MS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD
CO	MS	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	UCDB
SUDESTE				
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UFSJ
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ
SE	RJ	federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUC/SP
SUL				
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC
S	SC	Municipal	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB